A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

JULHO/DEZEMBRO DE 1971 N.º 6

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

Boletim n.º 6

Publicado pela CNDDA

1972

Rio de Janeiro (GB)

NOSSA CAPA-:

ARPOADORES DE JACARÉS

(Bico de pena de Percy Lau)

A gravura representa uma cena muito típica das fazendas de gado em Marajó: — a caça ao jacaré.

Os terrenos baixos e alagados em certa parte do ano, bem como as lagoas rasas, constituem um ambiente muito favorável a êsses animais, que se reproduzem em quantidade espantosa.

Se bem que se encontre a hévea nas matas da grande ilha, a principal atividade ali é a criação do gado vacum. Para isso concorre a excelência das pastagens naqueles imensos campos naturais. O gado de Marajó é exportado para outros pontos da Amazônia e para as Guianas.

Praticando aquela criação tem o fazendeiro marajoara dois grandes inimigos naturais: — as enchentes que às vêzes alagam os campos obrigando os rebanhos a procurar os *tesos,* e os jacarés que diziam, os bezerrinhos. Atacando, assim, os bezerros, os jacarés dão anualmente aos fazendeiros de gado um grande prejuízo e, daí, a prática das grandes caçadas, em que se eliminam, às vêzes, centenas daqueles animais.

A caça com o arpão, a maneira do que se faz com o piracuru e outros peixes grandes, é muito usada em Marajó e constitui um método peculiar à Amazônia, devendo ser, sem dúvida, de origem indígena.

O jacaré é visado mais como inimigo do gado do que como um perigo para os habitantes da ilha.

Silvio Frois Abreu, 1944.

«O Brasil quer viver em paz e amizade com tôdas as outras nações. Há de tratar igualmente bem a tôdos os estrangeiros, mas jamais consentirá que êles intervenham nos negócios internos do país. Se houver uma só nação que não queira sujeitar-se a esta condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos haveremos de humilhar ou submeter à sua vontade».

José Bonifácio de Andrada e Silva

Patrono da Independência

1822

(Palavras a Mr. Chamberlain, Encarregado de Negócios da Inglaterra no Brasil)

COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Presidente de Honra
Professor Arthur Cezar Ferreira Reis

Presidente
General Tácito Livio Reis Freitas

Sede Provisória: Avenida 13 de Maio, 13 — Grupo 1202
(Clube Positivista)

Rio de Janeiro (GB)

A AMAZÔNIA E O SEU DESENVOLVIMENTO

Artur César Ferreira Reis *

I — O MUNDO AMAZÔNICO. CARACTERÍSTICAS

II — A AMAZÔNIA BRASILEIRA. CARACTERÍSTICAS

III — A AMAZÔNIA OCIDENTAL. A AMAZÔNIA ORIENTAL

IV — A SOCIEDADE AMAZÔNICA: FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO

V — A ECONOMIA AMAZÔNICA: CONDIÇÕES ATUAIS

VI — A PAISAGEM CULTURAL

VII — O INTERÊSSE UNIVERSAL

VIII — A POLÍTICA OFICIAL DE INTEGRAÇÃO

* Historiador. Sociólogo. Professor Universitário. Ex-Governador do Estado do Amazonas. Presidente do Conselho Federal de Cultura (CFC-MEC). Presidente de Honra da Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA).

O MUNDO AMAZÔNICO — CARACTERÍSTICAS

Há, na Sulamérica, três regiões perfeitamente distintas — a platina, a andina e a amazônica. Caracterizam-nas os aspectos fisiográficos, fundamentais na distinção e personalização de uma região geográfica e mesmo cultural. Na primeira, o que assegura a distinção é a bacia do Prata, com seus formadores, Uruguai e Paraguai e respectivos afluentes e confluentes. Na segunda, o elemento por excelência a ser utilizado é a cordilheira andina, que se estende de norte a sul de maneira ponderável. Na terceira, a bacia hidrográfica do Amazonas, a maior do mundo e a que, por isso mesmo, vem provocando a atenção universal.

Na primeira, ocorreu um processo de integração admirável, com a segurança de potencial de progresso evidente. Foi palco de uma vida extremamente difícil depois da independência dos Estados que a conformam politicamente. Disputou-nos, durante muito tempo, uma primazia no continente. Os nossos grandes conflitos militares nêles se efetivaram.

Na segunda, não ocorreu ainda aquêle processo desenvolvimentista que podemos encontrar na primeira. Viveu experiência interessantíssima no período anterior à conquista espanhola e, como a primeira, a experiência dolorosa de sua afirmação como soberania e autonomia política.

Na terceira, encontramos o mundo subdesenvolvido mais visível, com a incógnita de sua realidade nos seus aspectos maiores e menores. Muito de seu espaço continua desconhecido, impenetrado, apesar do interêsse que sempre despertou e provocou a movimentação da ciência universal, que dêle se aproximou e nêle exerceu uma intensa atividade descobridora e inventadora, ainda, apesar de todo êsse esfôrço, sem os resultados finais definitivos.

O mundo amazônico constitui cêrca de sete e meio milhões de quilômetros quadrados, dos quais quatro milhões e meio per-

tencem ao Brasil, que o descobriu e incorporou politicamente como área sôbre que exerce indiscutível soberania. Conhece outras soberanias, as representadas pela Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Representa a vigésima parte da superfície terrestre, um quarto das disponibiildades de água doce do mundo, um têrço da floresta latifoliado da terra, com ùnicamente dois e meio milésimos da população universal.

Em janeiro de 1967, reuniu-se em Manaus o Itamarati II, que tomou consciência da situação particular das áreas amazônicas daqueles países, informando-se, pelo testemunho e pela notícia atualizadíssima de nossos representantes diplomáticos ali acreditados. Essa situação, conforme os dados então manipulados para êsse inventário preliminar e para tomada de posição face às políticas integracionistas que aquelas nações estariam promovendo, era mais ou menos idêntica em tôdas as áreas não-brasileiras. Despovoadas, culturalmente pobres, econômicamente realizando-se sem perspectivas maiores que aquelas que o extrativismo autoriza no imediatismo de sua projeção. Os programas de ação incluíam, realmente, um propósito de modificar o quadro sem que, no entanto, as possibilidades de sua execução ou as ambições que pudessem oferecer importassem na existência de uma decisão de Estado que nos fizesse cientes de que as Amazônias, não-brasileiras, estavam realmente constituindo uma preocupação de seus respectivos governos para o futuro mais próximo. Houve mesmo o caso da Venezuela, que nem sequer fazia figurar, nos objetivos da segurança nacional, a área amazônica de seu território. É certo que, no particular do Peru, ocorria uma atitude diferente — o Presidente Belaunde Terry fizera sua campanha eleitoral em têrmos de conquista e de integração da sua Amazônia, uma vez que se considerava a "costa e a sierra "como espaços integrados e, em certo sentido, realizados como operação secular. Legislação de fomento, de preservação e de sentido permanente vem sendo decretada com sucesso visível. A experiência colombiana é menos ponderável.

O mundo amazônico, marcado pela bacia hidrográfica, pela vegetação, representada na floresta fechada em exportação muito escassa, conquanto a economia regional ainda seja uma decorrência do que essa mesma floresta proporciona, compõe, portanto, um mundo perfeitamente definido, autônomo no contexto sul-americano, totalizando 2/5 dêsse contexto territorial. A população indígena existente, seja na forma tribal, seja na acomodação em que vive com os elementos não-indígenas ou mestiços, é o mais representativo numèricamente. A ocupação do território não vem sendo uma

operação decorrente de um propósito oficial permanente, mas uma ocupação natural, mansa, levando ao crescimento demográfico vegetativo. E, como conseqüência, o processo de civilização ocorrendo lenta e precàriamente.

A AMAZÔNIA BRASILEIRA — CARACTERÍSTICAS

Somos o espaço maior — mais de quatro milhões de quilômetros quadrados. Os quadros populacionais são igualmente pequenos, se considerarmos o total da população brasileiro — pouco mais de cinco milhões de habitantes, em 94 milhões, mas muito superiores aos quantitativos das cinco outras áreas amazônicas. As populações indígenas perderam a expressão anterior, dos séculos XVII e XVIII, quando efetivamente representavam o fundamento humano, social. O rio, no entanto, para usar expressão de um ensaísta amazônico, o sr. Leandro Tocantins, continua a comandar a vida. É dominante, como a floresta, que assegura também o mais intenso da atividade econômica, o que de logo pode autorizar uma conclusão imediatista — a Amazônia brasileira, como parte do mundo amazônico, é um mundo por humanizar, aqui o "humanizar" definindo a parcimônia, em têrmos de civilização, do processo de posse efetiva com as manifestações visíveis de que já realizamos uma tarefa de domínio, vencendo a natureza tropical.

Sim, porque cabe aqui registrar, como elemento importante a considerar, quanto aos êxitos e fracassos do empreendimento, o trópico conta, vale, para explicá-lo, evidentemente sem que importe em assegurar-lhe ou reconhecer-lhe uma preponderância, uma importância ou uma interferência capital. Região tropical, a Amazônia, naqueles altos e baixos, não teria apresentado os mesmos índices de progresso que se podem encontrar em outras partes da Sulamérica ou, para ficar no caso particular do Brasil, em outras áreas do território nacional, em razão de sua condição de trópico. As restrições que se faziam, no passado, aos trópicos, conseqüentes a contactos nem sempre mais longos ou observações científicas um tanto apressadas, os prejuízos que se afirmavam, estão perdendo expressão. Porque, na verdade, eram muito mais resultantes de posições políticas, compreensíveis, dos países colonialistas, interessados em manter-se sôbre populações submetidas à sua soberania e aos seus interêsses econômicos, que pròpriamente das indagações científicas de cunho realístico. O velho debate, que se travou na Europa até os finais do século XIX, acêrca das excelências ou não das terras americanas, admiràvelmente examinadas por Antonelo Corbi, em livros intitulados "Viejas Polemicas sobre el Nuevo Mundo" e "La disputa del Nuevo Mundo", é um debate encerrado

definitivamente. E sôbre os trópicos, na sua forma negativa, começam a instituir também capítulo em vias de perda total de substância e interêsse. A Amazônia não terá alcançado o progresso de outras regiões porque fôsse parte dos trópicos úmidos sul-americanos, mas por fôrça de outras razões, mais imediatistas, da ação do homem sôbre a natureza portentosa, que despertou, com os entusiasmos primários, a ação predatória e, insisto, imediatista.

Na Amazônia brasileira já foi possível realizar uma ação criadora, que se representa em todo o conjunto de manifestações da inteligência humana. As cidades capitais que construiu, com a presença indiscutível da energia brasileira, que foi efetiva, ponderante, suporte de todos êsses atos de energia que se constatam, comprovam fàcilmente essa verdade. Se realmente ainda podemos aceitar como exata a frase "o rio comanda a vida", o que importaria em proclamar o estado de natureza em que se viveria, cedendo aos imperativos do meio físico e sem que o homem tivesse podido exaltar-se por comportamento a refletir suas melhores decisões e seu sucesso, se êsse estado de natureza pode ser defrontado, sem esfôrço, a poucos quilômetros dessas cidades capitais, nem por isso podemos deixar de constatar, igualmente, que, enfrentando o meio físico, o homem multiplicou-se e está agora semeando a boa semente da emprêsa agrária, da emprêsa criatória, do empreendimento industrial, da vitória sôbre a terra firme, da renovação de seu equipamento cultural, através de universidades que funcionam e começam a formar as equipes que comandarão o futuro, elaborando as elites essenciais, indispensáveis mesmo, à renovação que se inicia.

Falamos que o homem começa a alcançar vitória sôbre a terra firme. É preciso recordar, ou ter sempre em mente, que até bem pouco o homem amazônico vivia ou construía a sua vida ao longo dos rios, utilizando as várzeas para suas atividades. A terra firme, distante, era tida e havida como de difícil acesso para qualquer emprêsa que não fôsse a predatória do extravismo imediatista, rendoso até agora. Com a abertura das rodovias, o mito está perdendo viço. A Belém—Brasília, a Manaus—Itacoatiara, a Manaus—Manacapuru, a Manaus—Pôrto Velho, a Pôrto Velho—Brasília, a Bragança—São Luís, a Macapá—Clevelândia, a Manaus—Caracaraí, como anteriormente a Belém—Bragança, significam a mudança e, com ela, um capítulo nôvo de êxito e vitória na renovação. Evidentemente essa renovação não se processa com velocidade. Tão pouco é vagarosa demais. Há um meio têrmo. A confiança nos dias que virão, sem o apêlo à manutenção do passado extrativista, que foi natural nas circunstâncas de suas raízes no tempo, compreensível, necessário ao tempo, é confiança que se evidencia. A atividade agrária, a atividade criatória, a atividade industrial marcam a nova

fase. A Amazônia brasileira, nesse particular, supera as outras Amazônias, pela intensidade do esfôrço que se opera e está conduzindo a uma sua maior e mais extensa e mais rápida integração a um mundo mais próspero e menos rude no trato da própria natureza. As políticas adotadas, fora do Brasil, pelos nossos vizinhos, não expressam uma compreensão da gravidade da situação que se poderá criar com o espaço aberto que possuem, face a desventuras, fáceis de constatar em outros cantos da terra habitada por excesso demográfico.

A Amazônia Brasileira, como as outras Amazônias, constitui, no entanto, uma das áreas menos sabidas, apesar de tôda a legião de cientistas nacionais e estrangeiros que visitaram e pretenderam estudá-la. Seu subsolo está oferecendo surprêsas magníficas. E o que se afirmava nêsse particular, até bem pouco, era justamente de molde a nos levar à convicção de que na Amazônia seria até criminoso investir qualquer espécie de recursos na simples pesquisa de seu subsolo. O que então poderia afirmar o conhecimento geológico só admitiria aquela conclusão negativa. Ora, o que se está apurando hoje — bauxita na fronteira com a Guiana Francesa, bauxita nos rios que limitam o Amazonas e o Pará (Jamundá e Trombetas), ferro no Vila Nova e no Jatapu, cassiterita no vale do Madeira, manganês no Amapá e no Aripuanã, salgema entre o Madeira e o Tapajós, diamantes no vale do Rio Branco, no Tocantins—Araguaia, ouro no Tapajós e afluentes, ouro em rios da bacia do Rio Negro, linhito na bacia do Solimões—Marañon, conduzem a outra conclusão.

Os inventários, na base das informações bibliográficas existentes e compulsáveis, de autoria de Clara Pandolfo, a informação levantada pela CODEAMA, de autoria de economistas daquele órgão da administração amazonense, os espécimes que se podem ver, existentes nos mostruários do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus, complementando aquelas comprovações positivas, conduzem realmente a uma outra concepção — o subsolo da Amazônia não é pobre e poderá trazer surprêsas ainda mais positivas, já indicadas pelos técnicos que a FAO nos forneceu nos dias iniciais da SPVEA, hoje a SUDAM.

O inventário da Amazônia, seja a brasileira, sejam aquelas outras dos países confinantes, não pode deixar de ser apressado, constituindo-se as equipes que deverão proceder a trabalhos de campo e de análises do material coletado. O Instituto Agropecuário do Norte, o Instituto de Pesquisas da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas, o Museu Paraense Emílio Goeldi, as Universidades Federais do Pará e do Amazonas precisam, para essa tarefa urgente, ser convenientemente aparelhadas. Com recursos téc-

nicos, financeiros e pessoal em quantidade e qualidade suficientes, o que se sabe, todavia, não é de alentar. Falta tudo ou quase tudo para que êsses organismos funcionem a pleno emprêgo, numa impressão imediativa, e talvez perigosa ou inautêntica, de que essa exigüidade, limitação, descaso pelo equipamento e pelo funcionamento adequado daqueles centros de atividade científica e de pesquisa aplicada, obedeçam, ingênuamente, a intenções que não deverão ser as dos interêsses brasileiros. Faz-se necessário e urgente que se verifique detidamente êsse quadro desalentador, fazendo da decisão de inventariar a Amazônia por suas instituições especializadas uma decisão sua na indicação do que representa como suporte da ocupação da Amazônia, como dever nacional.

Escrevi, em conferência proferida no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, — "há que se proceder, portanto, a fim de que se torne efetiva e realista a ocupação da Amazônia, a um inventário da Amazônia brasileira, revelando-a, na sua realidade, como mundo tropical e empório de matérias-primas, região cuja integração representa, em nosso entender, a grande operação geopolítica do futuro, importando na maturidade brasileira. A estratégia a ser adotada deve ser esquadrinhada e realizada por nós próprios, brasileiros, e sob nossa orientação e decisão, conquanto aceitemos aquêles que conosco venham colaborar, naquelas condições, e com intenções nítidas de cooperação, visando a modificar, através da ciência e da tecnologia, os quadros em que ela se nos apresenta no momento".

A Nação não pode mais ignorar o que realmente possui no seu vasto império tropical. A maturidade de um País não se representa apenas na decisão de seus homens de Govêrno, nos seus feitos militares felizes, na estruturação de uma economia, alicerçada na produção em massa, que satisfaça os mercados internos, e nas relações exteriores realizadas na medida em que haja produção exportável, desnecessária ao consumo interno. Uma Nação adquire altura de maturidade quando realmente pode enfrentar os problemas de sua vida interior e lhes dar a devida solução, isto é, aquela compatível com a sua dignidade, com seus foros de cultura, visando à satisfação do bem-estar de suas populações, já escrevi em meu livro — "A AMAZÔNIA E A INTEGRIDADE DO BRASIL".

Tal inventário faz-se tanto mais necessário e urgente quando consideramos a potencialidade que a Nação começa a alcançar na sua projeção universal, nas responsabilidades que assume, nos esforços a que procede para abandonar a condição de subdesenvolvida a fim de assumir a grande função de País em plena conquista de sua energia, na realização de sua civilização. As maté-

rias-primas da Amazônia são essenciais a êsse nôvo momento, que estamos criando. O nosso império terá de representar um papel excepcional nessa fase, desde que saibamos, com segurança, encerrando o período do sensacionalismo tão prejudicial e tão falso, o que êle pode proporcionar. Será pedir muito, sonhar, imaginar fora da realidade, pensar em têrmos como êstes? Acredito na ressonância destas palavras, que não expressam emocionalismo, mas realismo, que não pode, porém, deixar de refletir o sentimento cívico a presidir qualquer iniciativa em Nação jovem como a nossa.

AMAZÔNIA OCIDENTAL E AMAZÔNIA ORIENTAL

Esta, a Oriental, integra-se pelos Estados do Pará, Território do Amapá e áreas amazônicas de Goiás e Maranhão. Aquela, pelo que dispõe o art. 1º, parágrafo 4, do Decreto 291, de 28-2-67, dos Estados do Amazonas e Acre, Territórios Federais de Roraima e Rondônia, e há que acrescentar, justamente, a área amazônica de Mato Grosso.

A idéia da diferenciação, para efeito de ação governamental nos planos de trabalho a executar, partiu do economista amazonense Samuel Benchimol, que, no curso de Análise Econômica, ministrado em Manaus pelo Departamento Nacional do SESI, sob o patrocínio do Govêrno do Amazonas e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas, sustentou a evidenciação da existência de sub-regiões do mundo amazônico. Na parte brasileira, havia que compreender, de logo, aquelas duas definidas particularidades regionais. A idéia foi defendida e aceita pelo poder público, que, através de legislação pertinente e de atos do Ministério do Interior, está promovendo uma política que reconhece a realidade das duas Amazônias, tendo em vista que a primeira beneficiara-se de sua fronteira marítima e, como conseqüência, já alcançou um desenvolvimento que não é a característica da outra, isto é, da Ocidental. Nesta, que dispõe de uma fronteira interior imensa, que exigiu a criação e instalação, em Manaus, de um Comando de Fronteiras, do próprio Comando Militar da Amazônia e já parte para um Comando Naval e uma Zona Aérea, o subdesenvolvimento é mais intenso, visível, o que justifica plenamente a intensificação, ali, da estratégia governamental em dinâmica maior.

A Amazônia Ocidental, pelos dados levantados pela SUDAM, representa, do ponto de vista de sua extensão territorial, 25,24% do Brasil, com 2.184.724 quilômetros quadrados de superfície, e população que não ultrapassa o milhão e meio de habitantes, equivalente a 0,44 h de densidade por quilômetro quadrado e 1,12% em relação ao Brasil.

A Amazônia Oriental totaliza 2.804.917 quilômetros quadrados, portanto 32,48% da superfície em relação ao Brasil; população de 4.381.613 habitantes, portanto, 0,64 habitantes por quilômetros quadrados e 4,95% da população brasileira.

Nesta, o Pará em primeiro plano, há um grau de desenvolvimento apreciável, tendo Belém como metrópole, que se assegura sua posição ímpar por todo um conjunto de cricunstâncias naturais e por uma expressiva atuação de seus habitantes e de seus governantes, que a realizam como demonstração admirável do que o homem brasileiro, no mundo tropical, pode promover.

É preciso, a esta altura de nossa exposição, registrar que a divisão das duas Amazônias, para efeito de ação governamental, não teve qualquer intenção restritiva ao desenvolvimento de uma em favor da outra. O que se considerou, realìsticamente, foi que, a Oriental, com um acervo tradicional ponderável, já se distanciara da outra no processo de crescimento, exigindo que se intensificassem, por isso mesmo, na Ocidental, maiores esforços para que ocorresse o equilíbrio, essencial a um desenvolvimento não parcial, mas homogêneo e harmônico quanto possível. A extensão, o despovoamento, a linha de fronteira, o subdesenvolvimento ofereciam razões bastantes para que a sugestão do professor Benchimol tivesse a receptividade que alcançou e se justifica fàcilmente. A propósito, será do maior interêsse a leitura dos dois admiráveis volumes que escreveu recolhendo as aulas que proferiu, intitulados — "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia", edição do Govêrno do Amazonas, série Euclides da Cunha.

A SOCIEDADE AMAZÔNICA, FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Os homens que vieram promover o descobrimento do espaço amazônico e dominá-lo na aventura mercantil e no exercício de uma estratégia política para imposição de uma soberania, não eram muitos. Vieram de Portugal e do Nordeste. Em 1616, plantaram um estabelecimento militar, o Presépio, que sombreou o núcleo, Belém, que comandaria a expansão em direção ao norte, ao sul e em direção ao oeste, com o que se elaborou uma base física gigantesca em detrimento ao que se pactuara em Tordesilhas. Alcançou-se, nessa expansão, o Marañon espanhol e o Orenoco pela via do Cassiquiare.

Os elementos indígenas, que compunham as sociedades e culturas regionais, opuseram reação pouco violenta, o que facilitou a emprêsa de descobrimento e de imposição de soberania com o complemento ou fundamento material da exploração florestal e ani-

mal que assegurou a presença da nova humanidade que se começou a criar.

Essa nova humanidade foi a resultante do processo de mestiçagem, intensificada por decisão oficial que, dêsse modo, deu raiz a uma sociedade solidária que permitiu a manutenção do "status" político e cultural. Impôs-se a língua portuguêsa, em substituição aos falares dos gentios locais. Estabeleceram-se dezenas de núcleos urbanos, as aldeias missionárias, que compuseram o fundamento das vilas, cidades e povoados que, sob o Consulado de Pombal, surgiram ainda e também por decisão oficial. Seis Ordens Religiosas atuaram sôbre a multidão nativa integrando-a ao nôvo espaço político e facilitando a emprêsa mercantil que se operava. A mestiçagem, sendo a solução feliz para a sociedade solidária, permitiu uma tranqüila posse e um domínio político que levou aos exageros de um Estado autônomo na região, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que sucedia, em 1751, ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, desligado inteiramente de qualquer vínculo de subordinação ao Estado do Brasil. A Capitania de São José do Rio Negro, para completar o mecanismo administrativo, com o Bispado do Pará e a Vigararia do Rio Negro, constituiu capítulo decisvo da ação do govêrno, traçada de Lisboa.

Escravos negros não compuseram a mesma gama que vamos encontrar no Nordeste açucareiro ou na região da mineração. Foram porção pequena. O extrativismo vegetal exigia mão-de-obra encontrada no gentio da própria Amazônia. Casais de açorianos, em meados do século XVIII, trouxeram sangue nôvo. Instalaram-se no Amapá, dando origem a Macapá, e em Bragança, fundação dêles. A independência fêz emigrar contingente português que não aceitou o fato consumado do Sete de Setembro, ou se arreceou dos extremosos nativistas que explodiram e levaram à crueza da Cabanagem, quando os desfalques na população se elevaram a cêrca de 30 mil vidas. Nos princípios do século XVIII, uma epidemia de varíola sacrificara 40 mil índios das aldeias missionárias. As epidemias, trazidas pelos barcos da comercialização, contribuíram igualmente para outros desfalques menos expressivos. Artur Viana, em livro memorável sôbre "As Epidemias no Pará", traçou o histórico minudente da ocorrência, à luz de gráficos e notícias fidedignas.

Antes dos nordestinos, atraídos pelos preços convidativos da borracha ou transferidos para a região em virtude dos surtos violentos de sêcas que os atormentavam, maranhenses procuraram o extremo norte, instalando-se no Solimões e no Purus. Movimentos internos de população, que se deslocavam de um rio a outro, na busca dos produtos florestais, no século XIX, ocorreram depois da Cabanagem. Santarenos, obidenses, montealegrenses e came-

teoaras abriram as correntes migratórias internas, dirigindo-se, de preferência, para o Madeira.

A migração nordestina provocou a expansão pelos altos rios, aí incluído o alto Purus—Acre e o alto Juruá, o que nos valeu o crescimento territorial no episódio da aquisição do Acre. Quando do último conflito mundial, os nordestinos voltaram a ser mobilizados para a recuperação dos seringais, o que se fêz com uma vivacidade bastante apreciável e sem as perdas de vida que se anunciaram em mais um sensacionalismo doentio e maldoso.

A contribuição de estrangeiros não é vultosa. Os norte-americanos que procuraram a Amazônia, depois da guerra de Secessão, não alcançaram sucesso. Estabeleceram-se em Santarém. Sírios e libaneses, como portuguêses que voltaram com o sucesso do "rush" da borracha e se fixaram em Belém e Manaus, como barbadianos que se aglomeraram nas duas cidades e em Pôrto Velho, desaparecendo sem que a emigração dêles fôsse continuada, registraram os algarismos maiores. Hoje, há a experiência japonêsa, bem sucedida e sem qualquer ocorrência prejudicial a seu crescimento. São colonos ativos, que introduziram a juta e a pimenta-do-reino na modificação da paisagem econômica. Projetos de transferência para a Amazônia de portorriquenhos, árabes e mestiços de japonêses com norte-americanos, frutos da ocupação norte-americana do Japão, não foram autorizados pelo govêrno brasileiro. Seriam o início da grande movimentação de grupos humanos que compõem os excedentes populacionais a serem abrigados, sob atenções dos organismos internacionais, nas áreas abertas, os espaços ainda não ocupados do mundo. O crescimento vegetativo da população amazônica é grande. Não o bastante, contudo, para a operação que se deseja de ocupação imediata e não a longo prazo como vem sucedendo. Uma política demográfica, portanto, está a impor-se para evitar surprêsas, como aquela da exigência de nossa concordância para a instalação das sobras populacionais, decorrentes da explosão demográfica universal.

A ECONOMIA AMAZÔNICA

Quando falamos em Amazônia, a idéia do extrativismo é imediata e razoável. A economia regional continua, porém, prêsa a êsse extrativismo, pergunta-se? Os homens que fazem a Amazônia não puderam ou não tiveram a coragem, a iniciativa necessária para mudar, num esfôrço de progresso? Ou estamos em face de uma comprovação de que, distantes do extrativismo, não poderemos ter o pé firme na Amazônia, nela criando novas atividades que signifiquem a mudança,

O extrativismo florestal e a coleta de peles de animais silvestres constituíram, com a pesca, sob técnica indígena, os fundamentos econômicos da aventura amazônica. Essa não pode, porém, continuar a ser a constante do que fazemos na Amazônia. A mudança de orientação é necessária, imperiosa, mas não deve significar o abandono daquele extrativismo. O que é preciso fazer, nesse particular, é adotar técnicas novas que produzam maior rendimento e não signifiquem apenas um assalto à floresta para explorá-la primàriamente na realização de uma economia destrutiva. A juta e a pimenta-do-reino, como no passado o cacau, o café e a cana, e hoje o arroz, o guaraná, são empreendimentos agrícolas bem sucedidos.

A pecuária, outro aspecto a considerar na conjuntura econômica regional, principiou na Amazônia pela Ilha de Marajó, onde, no século XVIII, Ordens Religiosas montaram as primeiras fazendas de criar gados vacum e cavalar. Essa é a origem dos rebanhos daquela Ilha. Depois, foi a vez do Baixo Amazonas, cujos pequenos campos também foram aproveitados, ainda no período colonial. Por fim, no vale do Rio Branco, três fazendas constituíram o plantel inicial dos rebanhos do Território de Roraima, ainda no século XVIII. Agora, os campos do Puciari, no Madeira, possìvelmente continuação interrompida dos campos do Oriente Boliviano, e para onde se lançam os interêsses de criadores de São Paulo e de Minas Gerais, que já procuram a aquisição de terras para as fazendas que pretendem instalar. Na Estrada Manaus—Itacoatiara, começa a ocorrer o mesmo. Nas cercanias de Manaus, na Ilha do Careiro, nos Autazes e adjacências, o criatório é um empreendimento vencedor. No Território do Amapá, ocorre a mesma decisão de ampliar a área de ocupação com novos plantéis. No norte de Goiás — na fronteira com o Pará, na Belém—Brasília, é emprêsa bem sucedida o criatório em Paragominas. O que acontece, no entanto, é que até agora não se fêz o necessário tratamento das pastagens nem se garantiu ao gado o seu crescimento pelos cuidados de uma defesa animal eficiente. Como conseqüência, grandes perdas de vida e um processo lento de desenvolvimento. A participação da pecuária na ocupação dos vazios da Planície pode ser um capítulo nôvo, de sucesso seguro, em face das experiências anteriores. Todos acreditamos aqui na função econômica decisiva da pecuária como instrumento de uma política de ocupação.

Os homens de emprêsa que reagiram ao extrativismo e se lançaram à aventura da industrialização, aproveitando a matéria-prima regional, são pioneiros que merecem nossa admiração. Devemos-lhe a indústria madeireira, a de tecidos e beneficiamento de juta, a destilação do pau-rosa, as usinas de beneficiamento de castanhas,

as usinas de lavagem de borracha, a indústria de couros e peles, a de óleos vegetais, ainda incipiente, a Refinaria de Petróleo em Manaus.

O sal-gema de Nova Olinda, o manganês do Aripuanã, o ferro do Jatapu, o linhito do Solimões, o calcáreo de Maués, a bauxita do Nhamundá, a cassiterita do Madeira, são recursos admiráveis que o subsolo já está nos apresentando como desafio à nossa capacidade realizadora. Como tal, projetos estão sendo elaborados, com capitais nacionais, da região e do Sul, e com a participação, técnica estrangeira para que o parque industrial, no Estado do Amazonas, se desenvolva com maior velocidade e com maior perspectiva de rendimento. Devo acrescentar que há, também, projetos para a produção de açúcar em usina modernissima, e de adubos para o enriquecimento do solo. O ferro do Jatapu vai ser aproveitado na siderúrgica de Manaus, a inaugurar-se em 1972.

O Banco da Amazônia e os Bancos regionais dos Estados do Amazonas, Pará e Acre têm a seu cargo, hoje, a prática relacionada com o desenvolvimento comercial da região. São órgãos de fomento e também de influência na vida mercantil.

A PAISAGEM CULTURAL

Escrevi há pouco para a revista "Cultura", do Conselho Federal de Cultura, longo ensaio em que pretendi apresentar, em grandes linhas, o panorama do esfôrço da Amazônia para integrar-se no movimento do desenvolvimento do País. Recordei os aspectos primários da criação indígena, o conflito cultural entre os que viviam na Amazônia antes da europeização da terra e os europeus que chegavam para a aventura da conquista do espaço e das matérias-primas regionais. A propósito dêsse conflito, tendo em vista que cultura significa tôda e qualquer manifestação do engenho humano, criando, inventando e estabelecendo um sistema de atividade, fruto dêsse espírito criador, fiz-lhe o histórico, partindo da imposição, ao gentio, da língua portuguêsa contra a qual se mantinham numa reação permanente, que nem os Religiosos haviam conseguido superar. A seguir, recordei todo o vasto trabalho de reconhecimento científico que desde a era portuguêsa descera como curiosidade ou como interêsse político e mercantil. Recordei nomes e fatos para chegar à indicação dos que, na própria região, principiaram a estudá-la ou a aproveitá-la para os seus ensaios, os seus romances, o seu teatro, a história e a sociografia.

Vem a pelo registrar que o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Instituto de Pesquisas Bibliográficas, ambos do Conselho Nacional de Pesquisas, em colaboração, elaboraram valiosa "Bibliografia da Amazônia", onde inscreveram mais de sete

mil verbêtes, relacionados com a problemática amazônica, número que aumenta pela continuação da pesquisa, que já identificou mais dois mil novos verbêtes para um adicional.

A paisagem cultural da Amazônia, que pode ser considerada sob os ângulos de sua identificação ou da formação de suas elites, teve suas côres mais avivadas a partir do século XVIII, quando se abriram as escolas régias, montaram os cursos mais altos, inclusive um militar, posteriormente enriquecidos pelos Seminários de Belém, Óbidos e Manaus, a que se vieram juntar as Escolas Normais de Belém e Manaus e os Liceus Provinciais das duas Províncias.

Na atualidade, além das instituições de pesquisas a que já fiz referência, há duas Universidades Federais: uma em Manaus e outra em Belém, uma Escola de alto nível de Agricultura em Belém, uma de pequena envergadura em Manaus, uma Faculdade de Direito em Rio Branco, Acre, além de uma rêde bastante vasta de ginásios e institutos de educação mantidos pelos Estados e Territórios e pela iniciativa privada, particularmente as Prelazias Católicas.

Duas Bibliotecas, uma em Manaus e outra em Belém, aquela inteiramente reformada em sua estrutura e enriquecida em seu acervo, com arquivos, o de Manaus também todo reestruturado, servem ao desenvolvimento cultural da Amazônia. Tenho o direito de referir que em meu govêrno dei ênfase especial a essa atividade criadora. Além dos Ginásios que criei, dos grupos e escolas que construí, fiz editar 40 monografias acêrca dos motivos econômicos regionais ou estaduais e 104 livros e trabalhos menores em sete séries, que serviram à divulgação dos autores locais, inclusive paraenses, ou acêrca da vida amazônica nos seus mais variados temas.

O INTERÊSSE UNIVERSAL

Escrevi há alguns anos, sendo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA, um livro que alcançou sucesso espantoso. Intitulei-o, depois de muita hesitação — *"A Amazônia e a Cobiça Internacional"*. Saiu agora em terceira edição, acrescido de um nôvo capítulo. Nêle pretendi, com acolhida geral, inclusive fora do Brasil, indicar o interêsse que a Amazônia despertara e continuava a despertar. Havia uma preocupação mundial pelo que ela podia constituir e continuava uma incógnita que era preciso desvendar. Nos dias de hoje êsse interêsse cresce. A fome de matérias-primas, que poderão ser encontradas na Amazônia, constitui um dos motivos para êsse interêsse. O outro é aquêle a que já me referi, de espaço imenso a convidar, não à sua internacionalização, mas à sua ocupação rápida por aquêles excedentes po-

pulacionais, produzidos pela explosão demográfica em expansão, apesar de tôda a política de contenção de natalidade, prejudicada pela longevidade, decorrente do uso de métodos e de medicamentos capazs de preservar a saúde e levar os homens a idades mais avançadas, diminuindo assim a mortalidade.

As tentativas do Instituto da Hiléia, do Instituto de Pesquisas Tropicais e a mais atual do Instituto Hudson são a evidência mais chocante de que não cessa êsse interêsse, que abriga propósitos inconfessáveis e prejudiciais à própria segurança nacional. Porque cabe aqui insistir na tese — não se trata de opormo-nos à contribuição, à colaboração da ciência universal ou à comercialização de nossas matérias-primas, até hoje tratadas com tanta violência e primarismo pelos que nos despojam de nossas riquezas visíveis. Essa colaboração sempre existiu, realizada, contudo, conosco e não à nossa revelia, como se pretende com tanta coragem. Essa comercialização também sempre ocorreu, promovida por homens de negócios nacionais e estrangeiros que nos anunciaram ao mundo na riqueza de matérias-primas que oferecíamos ao crescimento industrial das áreas em desenvolvimento ou já desenvolvidas. O que nos deve exigir cautelas, reservas, prudência é êsse audacioso propósito de, ignorando-nos como potência soberana, tentar a investigação, a ocupação, a comercialização. O interêsse universal não pode deixar de ocorrer, nem nos podemos opor a que êle ocorra. Que, todavia, seja uma interêsse que, ao invés de prejudicar-nos, suceda como fruto de nossa ação criadora, vitalizando a Amazônia e integrando-a em nossa mais hábil dinâmica.

A POLÍTICA OFICIAL DE INTEGRAÇÃO

Há hoje, realmente, uma decisão nacional de ocupar a Amazônia. O sentimento popular, as manifestações do poder público, são visíveis e dos mais fortes, quanto a essa decisão. Atos oficiais vêm sendo praticados por intermédio de organismos como a SPVEA, hoje SUDAM, e Banco de Crédito da Amazônia. Os incentivos fiscais e a Zona Franca de Manaus são demonstrativos dêsse propósito. Um planejamento integrado elabora-se no Ministério do Interior. Governadores, governados, Executivo e Legislativo Federais apuram, em inquéritos ruidosos, perigos à vista, erros cometidos, programam e promovem planos de trabalho. A política oficial brasileira não deve, contudo, ser estruturada ignorando-se a existência daquelas outras Amazônias, onde os respectivos governos já se movimentam para operações de integração. O Itamaarti, quando promoveu a reunião de Manaus, estava no propósito de promover a reunião dos governos amazônicos para o traçado de um plano mais vasto, que incluísse aquelas outras Ama-

zônias. Seria um planejamento continental, como o que se anuncia com relação à bacia do Prata. Parece-me certa essa atitude do Itamarati, lembrando-se, apenas, que foi o Ministro Macedo Soares quem tomou a iniciativa de promover as primeiras providências, que agora se materializam na anunciada conferência. Imaginava o Ministro que o desenvolvimento da Amazônia, de cujo maior espaço somos os detentores, fôsse uma realização que tivesse a nossa coordenação. Evitaríamos a infiltração de outros povos ou de outros governos que perturbassem, por qualquer modo, a nossa projeção natural e irreversível.

As fôrças armadas, com sua presença mais atuante na atualidade, recompondo o esfôrço similar do passado colonial, assumem um papel edificante na conjuntura. Conheço o que vêm efetuando por experiência própria. Sei, ainda, da confiança que as cerca no interior amazônico, onde as festejam e onde as buscam como aos Religiosos do credo católico, pelo que mostram que podiam fazer e continuam a fazer. Além da vigilância exercida ao longo das fronteiras, através de contingentes, sob o contrôle do GEF, e da direção mais ampla do "Comando Militar da Amazônia", montam as colônias militares, que constituem uma reprodução do que ocorreu no período colonial e imperial. Com relação à Marinha e à Aeronáutica, os respectivos comandos realizam a complementação da vigilância em têrmos efetivos, permanentes, em profundidade. A aviação militar cobre a região, em missões civis, atendendo às populações dispersas do "hinterland". A fôrça naval, além do levantamento que já realizou da costa norte, leva seus barcos constantemente a atendimento das mesmas populações, localizadas às margens dos grandes afluentes do Amazonas.

Os planos oficiais estão em elaboração final. Acredito que não encerrem fantasias. Não há quem tenha o direito de, a essa altura do processo de desenvolvimento universal, trazer-nos ou pretender impor-nos projetos mirabolantes. Elaboraram-se dentro da política o processo de manutenção e aperfeiçoamento da unidade nacional. A Transamazônica, com as providências complementares, que mobilizam todo o mecanismo da administração Federal, está sendo rasgada em obediência a tais propósitos. Constitui o empreendimento mais ousado, nas últimas décadas, desencadeado na América do Sul. Efetivada, como a Belém—Brasília, e posteriormente a Manaus—Roraima, completará um sistema de comunicações, possibilitando e impulsionando a ocupação dos nossos grandes vazios demográficos, com o que teremos, realmente, tendido à exigência nacional de integração.

A emprêsa amazônica impõe tempo, recursos, decisão de fazer. Assegurará a maturidade brasileira. Revelará ao mundo um povo capaz de promover-se e de realizar-se na sua potencialidade.

A INTERLIGAÇÃO DAS BACIAS DO AMAZONAS E PRATA *

João Botelho [1]

Os comentários, citações, deduções, explanações e conclusões que integram êste desvalioso trabalho, se justificam ante os oraculares ensinamentos do maior orador sacro de nossa língua, o Padre Antônio Vieira, em sua inimitável "História do Futuro", bem assim através os pensamentos altamente filosóficos e oportunissimos do sempre festejado Rui Barbosa, retirados à sua magistral "Réplica":

> "Só os apóstolos, como alumiados por Deus, disseram a verdade em tudo; os outros homens, como homens, erram e podem errar, diz o Doutor Máximo; e se o fundamento dos erros humanos é o efeito natural "de serem os homens homens", bem que se segue que nenhum homem se pode livrar desta pensão da humanidade, por douto e sapientíssimo que seja".
>
> "Não creio que de tão dura prova conseguisse alguém sair à satisfação de todos. Como o alcançaria, pois, quem de tantas qualidades para tamanha porfia se sente desprovido? Ainda quando, porém, tôdas me faleçam, não me hão de achar menos a consciência própria e o respeito da alheia, o desejo do bem e o amor da verdade, a paixão do dever e o entusiasmo do trabalho".
>
> "Valha-me esta consideração de escusa às faltas, que, a pesar meu, houverem escapado, às insuficiências de minha aptidão para emprêsa tamanha".

---

* Conferência pronunciada no Clube de Engenharia no 2.º ciclo do Curso de Altos Estudos Amazônicos.

[1] Advogado e jornalista. Ex-constituinte estadual do Pará, em 1935 e ex-constituinte à Assembléia Nacional de 1946. Ex-Secretário-Geral do Estado do Pará. Relator-Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, na Câmara Federal, publicado como livro sob o título: "Viagem Parlamentar à Amazônia Brasileira".

RÁPIDAS APRECIAÇÕES SÔBRE AS BACIAS DO AMAZONAS E PRATA

As Cobiçadas Riquezas Minerais da Amazônia Brasileira

Antes de aprofundarmos a procedência da tese ora esposada, na continuidade dos beneditinos esforços dêste nosso "Curso de Altos Estudos Amazônicos", impor-se-á que investiguemos, com "Olhos de Ver", como diria o doutíssimo Pe. Antônio Vieira, as penetrações, as "bandeiras", as caminhadas, as arrancadas, estas, sim, homéricas e inigualáveis, que os nossos antepassados empreenderam, em busca de ampliar os limites do nosso território; em busca de riquezas e, também, no desenobrecedor afã de escravizar ou reduzir as tribos dos autênticos povoadores de nossas terras, donos de áreas imensas, onde nasceram, construíram as suas tabas, onde imperavam as suas raças, muitos centenares de anos antes de os descobridores do Brasil anunciarem o formidável feito histórico-político-social, e cujas civilizações se foram extinguindo, progressivamente, pela maldade do branco, pela cobiça e inveja dos pseudo-civilizados, que se haviam por cristãos.

Limitaremos os ângulos de observação às Bacias do Amazonas e Prata, especialmente à primeira, começando pelas citações das vantagens e desvantagens que oferecem os dois Oceanos que banham os países da América Latina, nos quais desembocam rios integradores da hidrografia Sul-Americana.

O nosso festejado colega de conferências, Pimentel Gomes, estudioso dos problemas da Hiléia, em particular, do Brasil, em geral, conhecedor da ecologia, da geografia, da mineralogia e da economia regionais, em seu precioso e recente livro — "O Brasil entre as 5 grandes potências", elucida:

> "Rios pequenos, geralmente insignificantes, não raro periódicos ou subperenes, desembocam no Pacífico. São escassas e pequenas as planícies. Raras as terras cultivadas e cultiváveis. Afirma o geógrafo peruano Emilio Romero que se a América Latina pode ser um Continente Farto, esta fartura não se encontra no Pacífico. Parece ter razão. Pelo menos suas possibilidades econômicas são muito inferiores às da Bacia do Atlântico.
>
> A vastidão do Oceano Pacífico é outro fator negativo. Cria dificuldades ao intercâmbio comercial, alongando as distâncias.

A costa marítima do Atlântico é muito diferente. É muito maior. Há "golfões, baías, enseadas, portos de fácil acesso e segura ancoragem". Águas tranqüilas, navegadas com segurança. Não há ciclones, tufões nem maremotos. Grandes rios desembocam no Atlântico. Permitem a navegação fluvial até ao coração do continente, até ao Sopé dos Andes. Possuem imensa cópia de energia hidrelétrica, quase tôda ainda em potencial. O Atlântico é o mais navegado dos oceanos.

A África e a Europa estão relativamente próximas do Brasil. As regiões canadenses e estadunidenses do Atlântico são muito mais importantes do que as do Pacífico. Em suma, a costa do Atlântico é positiva. A do Pacífico, negativa.

O Amazonas, o maior e o mais caudaloso rio do Mundo, o rio-Mar, corre de Oeste para Leste, dos Andes para o Atlântico. Recebe mais de mil afluentes. Vários são importantíssimos. Vapores marítimos vão a Iquitos, no Peru. Manaus é regularmente freqüentada por vapores de grande tonelagem, provenientes do Rio de Janeiro, Nova Iorque, Londres e Hamburgo. Grandes vapores sobem o Madeira até Pôrto Velho. O Juruá e o Purus são navegáveis até quase às nascentes. O Amazonas, pelo seu valor como agente de intercâmbio comercial, pelas inúmeras cidades que lhe são ribeirinhas, por ser um caminho natural interiorano para os grandes focos de civilização, torna-se um fator geográfico positivo e de valor muito acentuado. Desemboca relativamente perto da Europa, da América do Norte e da África, um Continente em ascensão. São fatôres positivos e muito importantes. A Amazônia ainda é muito mal compreendida e subestimada mesmo pelos brasileiros. Sucede com ela o que outrora sucedeu com a Sibéria. Julgada quase inabitável, um pêso morto, entrou numa fase de tal desenvolvimento que tende a tornar-se a Região mais importante da União Soviética. Quanto à Amazônia, o futuro provará que o velho e perspicaz Humboldt é quem tinha razão. Já se sabe que é imensa a sua riqueza mineral. Situam-se na Amazônia brasileira uma das duas maiores reservas mundiais de minério de ferro e, talvez, a maior jazida de sal-gema. Existe muito minério de manganês. E há muito mais".

Aproveitando a expressão acima de Pimentel Gomes — "E há muito mais" —, conveniente será que, aqui, ràpidamente, de-

mos guarida a êstes dados coligidos pela nossa PETROBRÁS, tornados públicos, recentemente, pelas colunas da imprensa, através do "Correio da Manhã", matutino de larga fôlha de serviços à causa da grandeza do Brasil, e do nosso regime democrático, durante todo o período da atual República.

Reparem, por obséquio, os ilustrados colegas e bondosos ouvintes, para o cabeçalho da magnífica publicação: *"Reservas de óleo garantem o futuro"*, ostentando o subtítulo — *"Bacias sedimentares do Brasil — Terrestres e na plataforma continental"*.

O corpo do noticiário apresenta esta sucinta redação: "Pesquisa geológica feita recentemente pela PETROBRÁS dimensionou as reservas brasileiras de petróleo. Constatou-se que elas são suficientes para o abastecimento interno durante muitas décadas e mesmo para tornar o Brasil exportador dêsse produto.

A Bacia Sedimentar do Brasil abrange tôda a costa marítima, por onde se estende a plataforma submarina. Da costa parte para a Região Amazônica onde revela uma grande faixa seguindo a Bacia Fluvial. Avança também pelo Estado da Bahia, Sergipe e Alagoas e apresenta jazidas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte de São Paulo, até o momento inexploradas".

Emoldurando tão auspicioso noticiário, que deveremos difundir e ensinar às mentalidades dos nossos patrícios, despertando-lhes, mais ainda, o sentimento de defesa das nossas riquezas e de aproveitamento nacional das mesmas, exibe-se o mapa do Brasil com as seguintes potencialidades das suas Bacias Sedimentares: 1) Acre — 150.000 km²;; 2) Alto Amazonas — 600.0000 km²; 3) Médio Amazonas — 500.000 km²; 4) Baixo Amazonas — 100.000 km²; 5) Amapá — 2.000 km²; 6) Marajó — 100.000 km2; 7) — Salinópolis/Bragança/Viseu — 4.000 km²; 8) São Luiz — 8.000 km²; 9) Barreirinhas — 9.000 km²; 10) Parnaíba (Maranhão) — 7.000 km²; 11) Potiguar — 20.000 km²; 12) Tucano/Jatobá — 35.000 km²; 13) Sergipe/Alagoas — 10.000 km²; 14) Recôncavo — 10.000 km²; 15) Almada — 200 km²; 16 Jequitinhonha — 600 km²; 17) Bahia-Sul Espírito Santo — 5.000 km²; 18) Campos — 500 km²; 19) Pelotas — 6.000 km²; e 20) Paraná — 800.000 km²".

Comprova-se com os dados oficiais acima, até hoje sem desmentido sério, que exclusivamente na parte objeto de prospecções e perfurações da PETROBRÁS, ou de levantamentos outros especializados,as Bacias Sedimentares do Brasil — Terrestres e na plataforma continental, somam a astronômica quilometragem de 3.060.200 km²!

Acentuemos, contudo, sem regionalismos, porém na direção certa de despertar o sentimento nacionalista de nossa gente, a começar pelos nossos dirigentes e administradores da coisa pública, seguindo com os nossos políticos, estadistas, cientistas especializados no assunto, professôres, estudantes, comerciantes, industriais, lavradores e proprietários rurais, operários e lutadores dos campos e cidades interioranas de nosso território pátrio, que o total de quilometragem atribuído à Amazônia Brasileira, desde o Acre até o Parnaíba, no Estado do Maranhão, é de 2.173.000 quilômetros quadrados, superior em 1.2895.800 km² sôbre os restantes trechos do País, componentes daquele mapa republicano, de que estamos dando informação segura e fidedigna.

Vimos que as bacias sedimentares amazônicas, no Brasil, atingem mais de uma têrça parte da superfície de nosso território.

Contudo, no reforçamento das infindas riquezas minerais do "País das Amazonas", discriminaremos a relação, adiante, dos projetos em execução pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, mediante convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral. Dêsses projetos, em número de 27, cabem à Amazônia 14 e os 13 restantes aos demais Estados da Federação, o que confirma e realça a sua potencialidade mineralógica objeto da cobiça internacional.

Repetiremos, pois, dados oficiais publicados no "Correio da Manhã", há muitas semanas, sem contestação até agora, cabendo-nos, ademais, esclarecer que novos projetos advirão, futuramente:

1) Projeto Roraima — Mapeamento geológico sistemático com cadastramento das ocorrências minerais (ouro, diamante, bauxita) no Território Federal de Roraima.

2) Projeto Argila de Manaus — Pesquisa de materiais para a construção civil, no Amazonas;

3) Projeto Aripuanã-Sucunduri — Levantamento geológico dos rios Aripuanã e Sucunduri, com cadastramento das ocorrências minerais (cassiterita e manganês), no Amazonas;

4) Projeto Cuiabá — Mapeamento geológico sistemático, com cadastramento das ocorrências minerais, em Mato Grosso;

5) Projeto Alcalinas — Pesquisa de nióbio, fosfato e titânio, em Goiás;

6 e 7) Projeto Bandeirante — Pesquisa de materiais destinados à construção civil, em Brasília e Goiânia;

8) Projeto Jussara — Santa Fé — Prospecção de níquel e vermiculita, em Goiás;

9) Projeto Coianésia — Barro Alto — Prospecção de níquel e amianto, em Goiás;

10) Projeto Niquelândia — Prospecção de níquel, cobalto, cobre e amianto, em Goiás;

1) Projeto Gilbués — prospecção de diamantes nos Estados do Piauí e Maranhão;

12) Projeto Marabá — Mapeamento geológico sistemático, visando ferro e manganês, no Estado do Pará;

13) Projeto Argila de Belém — Pesquisa de materiais para construção (calcário e argila) no Estado do Pará;

14) Projeto Macapá-Calcoene — Mapeamento geológico sistemático, visando cassiterita e ouro, no Território Federal do Amapá;

15) Projeto Tungstênio-Molibdênio — Estudo das jazidas do tungstênio e molibdênio no Nordeste, na área da Paraíba e Rio Grande do Norte;

16) Projeto Cobre — Prospecção da província cuprífera do rio Curaçoá na Bahia;

17) Projeto Cromo — Levantamento do potencial geoeconômico de Campo Formoso, na Bahia;

18) Projeto Apatita — Levantamento do potencial geo-econômico da apatita, de Jacuípe, na Bahia;

19) Projeto Bahia — Mapeamento geológico sistemático, com cadastramento de ocorrências de cromo, ouro, cobre, manganês e chumbo, na Bahia;

20) Projeto Fosfato-Cedro Abaeté — Avaliação de reservas de fosfatos no Estado;

21) Projeto Fôlha do Rio de Janeiro — Mapeamento geológico sistemático para cadastramento das ocorrências minerais em Minas Gerais;

22) Projeto Grande São Paulo — Pesquisa de materias para a construção civil, em São Paulo;

23) Projeto Sudeste São Paulo — Mapeamento geológico sistemático, com levantamento de ocorrências minerais, em São Paulo e Paraná;

24) Projeto Leste Santa Catarina — Mapeamento geológico sistemático, visando cobre, estanho, tungstênio, ouro e berilo, em Santa Catarina;

25) Projeto de Concheiros Naturais — Prospecção de concheiros naturais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina;

26) Projeto Bagé-São Gabriel — Mapeamento geológico sistemático, visando cobre, estanho, tungstênio, molibdênio e chumbo, no Rio Grande do Sul;

27) Projeto Cobre — Prospecção da província cuprífera do Rio Grande do Sul.

Voltando, entretanto, às páginas de Pimentel Gomes, eis que nelas se esclarece:

> "A Bacia do Prata, embora promissora, apresenta vários fatôres desfavoráveis. Os seus formadores principais, os rios Paraná e Paraguai, correm longamente na direção norte-sul e só próximo a chegar à foz é que o Rio da Prata inflete para Leste". O mesmo sucede com o Rio Uruguai. Êste e o Paraná arrastam imensa massa de areia e barro. Depositam-nos no Prata. Acrescente-se que o Rio da Prata já está bastante afastado da América do Norte, da Europa e da África. É outra desvantagem. Ademais, os Rios da Bacia do Prata não oferecem à navegação as vantagens do Amazonas e de seus numerosos afluentes. A Rodovia Assunción—Foz do Iguaçu—Paranaguá e a Assunción—Foz do Iguaçu—Santos tem vantagens sôbre a navegação Assunción—Buenos Aires. A navegação fluvial tornou possível a República do Paraguai. Mas as rodovias citadas, hoje totalmente asfaltadas, constituirão o mais importante meio de transporte para a terra guarani. Serão o segundo pulmão paraguaio. E o mais importante. Também para a Bolívia é muito melhor utilizar as rodovias e ferrovias brasileiras que ligam Corumbá a Santos do que a navegação dos Rios Paraguai e Paraná, se as mercadorias são destinadas ao Brasil, à Europa e à América do Norte. A navegação do Paraguai tem problemas. O uso do Pôrto de Santos evitará uma volta de milhares de quilômetros e baldeações. O Prata, portanto, como fator geográfico é negativo".

Couto Magalhães, autêntico "Bota de Sete Léguas" dos ínvios caminhos do Brasil Central, do Extremo Norte, sertanista, homem público de raro saber, Governador das Províncias do Pará, de Mato Grosso e Goiás, além de nomeado pelo Imperador Pedro II para a de Minas Gerais, ao que não aquiesceu; exercendo êsses respeitáveis encargos ainda no comêço de sua maturidade, entre os 25 e 30 anos; que levou as armas brasileiras à vitória, expulsando os paraguaios de Mato Grosso; amigo dos índios, que pro-

tegia, defendia e chamava à civilização, talqualmente o fêz o Marechal Rondon; conhecendo-lhes as línguas diversas, as inúmeras lendas, que reuniu e publicou, assim disserta, ao ligeiro, acêrca da Bacia do Prata:

> "Os rios da Bacia do Prata, ou pelo menos os que compõem a sub-bacia do Paraguai, são antes grandes, imensas campinas alagadas, cobertas de plantas aquáticas, pelo meio das quais passa um canal de água corrente, ao qual se dá pròpriamente o nome do rio.
>
> Dêstes fatos resulta que o que se chama rio se divide em três gêneros de regiões distintas pelo seu aspecto, se bem que confundidas em uma só coisa, porque são tôdas cobertas de água; essas três regiões são: O Leito do Rio, as Baías e os Pantanais. O rio é de águas claríssimas, mas que, unidas naquela massa enorme, parecem negras. Nos dias em que o céu está coberto de nuvens, os barcos a vapor que sulcam essas águas serenas parecem *navegarem em um lago* de tinta preta, com a qual contrasta a alvura de prata das águas espargidas pelas rodas do vapor; na estação das águas não se vêem barrancos, e não se distingue o rio dos pantanais, senão porque as águas dêstes últimos são literalmente cobertas de plantas aquáticas, e tão completamente, que, a quem não tem experiência, se afigura que tôda aquela verdura brota de um solo firme, e fica muito longe de pensar que aquêle tapête de ervas tem por baixo de si às vêzes Cem Palmos de Água! As baías não são mais do que Grandes Lagos que se distinguem dos Pantanais, porque suas águas, como as do rio, não são cobertas de vegetais. Essas baías se estendem às vêzes por muitas léguas, e como as margens são baixas, quem viajar por elas sente a ilusão de estar viajando pelo mar, porque só avista céu e água". (O Selvagem, págs. 176/177).

À erudição de Gilberto Osório de Andrade, no seu lembrado livro de título sugestivo — "Um Complexo Antropogeográfico" (lineamentos para uma geografia total da Amazônia), cabem êstes relatos, êstes conceitos, acêrca dos inúmeros desbravadores da Planície, sem amiudar os pormenores dos itinerários, das conquistas dos que devassaram o recesso da Região lendária, que a desvendaram para o Mundo, desde o século XV ao século XVII; porém, abordando o que mais mereceu realce, ao seu entender de competente, a partir do século XIX:

"Paraíso dos naturalistas para uns, inferno verde para outros; hoje, centro de atração cheio de promessas, amanhã, miragem que se evita com amargura, âmbito onde couberam sucessivamente grandes êxitos e maiores fracassos, a Amazônia tem sido um cenário agitado de tenacidade inútil, audácia temerária, sucesso tanto mais fácil quanto mais efêmero, esforços consideráveis e negligências desmedidas.

Abrangendo uma área total entre seis e sete milhões de quilômetros quadrados, dos quais 3.800.000 estão em território brasileiro, repartindo-se o saldo entre a Bolívia, o Peru, o Equador e a Colômbia, a Bacia Amazônica constitui o mais vasto sistema fluvial do mundo. E sòmente a fração de superfície que toca ao Brasil supera os 3.520.000 km² da Bacia do Obi, os 3.300.000 km² do Mississipi e os 3.306.000 km² da do Rio Congo. Essa região, que Reclus comparou a um anfiteatro, acha-se emoldurada por uma orla orográfica de contôrno geral triangular cujo vértice se projetasse para Leste, estando limitada ao Ocidente por um grande trato semicircular da Cordilheira Andina. Ao centro e no sentido equatorial, cava-se a enorme depressão que Derby comparou a um frasco florentino deitado, com o gargalo voltado para o Nascente, coincidindo a angustura com a maior aproximação entre o Planalto Central do Brasil e os contrafortes meridionais do maciço das guianas, uns e outros já muito esboroados e dispersos pela erosão (taboleiros ou Serra do Parú, de onde desce o Rio Erepecurú; as Serras do Sapucuã e do Valha-Me-Deus; os montículos arenosos de Óbidos e Monte Alegre; as Serras de São Roque, Paranaquara, Jutaí, Jaraucu e Almeirim; Parintins, etc.)

O Rio é o mais volumoso da terra. Recebe como afluentes o sexto e o sétimo rios mais extensos da América: o Juruá e o Madeira, com 3.283 e 3.240 km respectivamente. Cinco dentre os maiores rios brasileiros desaguam nêle diretamente: o Purus, com 3.210 km, o Japurá, com 2.200, o Tapajós, com 2.000, além dos dois primeiros citados. E isso sem se computarem o Tocantins (2.640 km) e o seu tributário o Araguaia (2.627 km), que drenando embora as águas da Amazônia, não vão ao coletor. Sòmente o Juruá é maior do que o São Francisco, o Danúbio, o Indo, o Zambeze ou o Murray.

Os sete milhões de quilômetros quadrados cujas águas são drenadas pela Rêde Fluvial do Amazonas, compõem, como se sabe, a mais ampla bacia hidrográfica do Mundo. Como coletor central, o rio despeja no oceano, pelo seu largo estuário, ao norte de Marajó e pelos canais que o comunicam com o rio, 63.000 metros cúbicos por segundo em época de vazante, e 146.775 quando das enchentes anuais. O volume das matérias minerais em solução que essa formidável descarga fluvial arrasta, orça, em média anual, pelas 160.833.000 toneladas".

A decantada fama, aliás prejudicial à Planície, de que a Amazônia ainda é uma terra em formação, com efeito, não passa de mero jôgo de palavras empoladas, jôgo êsse feito por apressados cronistas e escritores estranhos à vida regional.

Desdobrando as várias mutações pelas quais passou a Amazônia nas diversas épocas geológicas, estudando-lhe as transformações operadas e desmentindo aquela fama injustificada, há cinqüenta anos assim falara o renomado cientista de descendência francesa, Paul Le Cointe, publicista notável, cujas obras hoje são raras, que se radicou a Belém do Pará, entre elas, as mais procuradas, "Amazônia Brasileira", o "Estado do Pará, a terra, a água e o ar":

"Por êste rápido golpe de vista lançado sôbre as diversas fases da formação da Amazônia atual e, principalmente, sôbre a estrutura geológica da sua parte oriental, torna-se evidente que o trabalho principal de modelação dos seus contornos pode ser considerado como concluído, e que os rios principais que a sulcam já acabaram de aprofundar seus leitos definitivos através das rochas ainda friáveis da planície terciária, correndo agora sôbre terrenos compactos, de formação antiga; já não haverá senão modificações superficiais de alargamento, deslocação lateral, rasgamento gradual dos "Travessões" ou afloramentos de rochas eruptivas, diorite, diábase... que provocam a formação de corredeiras e de cachoeiras.

Nada, em realidade, justifica o apelido de "Terra Imatura", que se costuma dar ao "País das Amazonas", construído, ao contrário, sôbre bases sólidas e que poderia ter sido chamado "Terra das Lendas", ou melhor ainda, como escreveu Fred Hartt, "Terra Incógnita",

qualificativo que, muito breve, também não terá mais razão de lhe ser aplicado".

Brasil Central, extenso continente e o mais antigo trecho do planêta terra — documentando a antigüidade das terras brasílicas, em particular as de Goiás, no trecho amazônico e em Minas Gerais, ensina a cultura sólida do saudoso engenheiro conterrâneo, Doutor Inácio Baptista de Moura:

"Limitai-me-ei a citar opiniões, que reputo as mais assentadas, começando pelas observações expendidas pela grande Comissão Brasileira, encarregada de estudar o Planalto Central do Brasil, escolhido para ser a sede da futura Capital da União.

Tendo Elias de Beaumont, segundo diz Gerber, demonstrado com evidência, que a idade das diversas partes do nosso globo, isto é, a época do levantamento das mesmas acima do nível do mar, deve ser anterior à mais antiga formação limítrofe, cujas camadas se conservam horizontais, assim como posterior à idade das formações, que, por efeito do próprio levantamento, se acham inclinadas, é claro que, em vista do referido fato, de se acharem as formações de transição (paleozóicas) horizontalmente estratificadas, sem serem cobertas por formações secundárias ou terciárias, fenômenos de que não consta haver semelhante exemplo em outra parte do mundo, é claro, repito, que esta Parte do Continente Sul-Americano já se achava elevada acima do nível dos Mares, em uma época anterior ao tempo em que começaram os depósitos submarinos; ou em outros têrmos, o Brasil Central já existia como um continente extenso, quando o resto do mundo ainda estava submergido no Oceano Universal, ou apenas surgiam partes dêle como ilhas insignificantes. É, pois, o Brasil, e em particular a província de Minas Gerais, a quem toca a honra de ser o mais antigo continente no nosso planêta.

Ao redor desta região, diz o Dr. Hussack, porém, ao Norte e Oeste na Bacia do Tocantins—Araguaia e na do Xingu—Paraguai, a Leste na do São Francisco e ao Sul na do Paraná, houve enormes depósitos de sedimentos, que, por transgressão, cobriram as margens da antiga Ilha Goiana e se estenderam sôbre as enormes regiões, que hoje constituem grande parte das bacias mencionadas. Êstes depósitos têm permanecido em posição horizontal, como já demonstraram Derby e outros, em São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Piauí, Bahia e Minas Gerais, parecendo ter começado na época devoniana e continuado, com interrupções, até a época secundária. As manifestações da atividade vulcânica, mais acentuadas nos limites meridionais do planalto, diminuem, parece, à proporção que se avizinham do Equador.

Na Bacia do Paraná nota-se abundância do Augito Porfirítico, especialmente no triângulo mineiro, onde se ostenta a princesa do sertão, a cidade de Uberaba, na Rajadinha (Goiás), perto de Mestre D'Armas e no lugar denominado Olhos D'Água, junto das nascentes do Rio Urubu, um dos primeiros componentes do Tocantins, encontra-se o mesmo Augito.

Constituído, assim, em terra firme o continente que algum dia se havia de chamar Brasil, começou a sofrer a ação desnuante dos agentes desagregantes, que, em um sem número de séculos, lhe têm esculpido as atuais feições topográficas, e cujos limites se patenteiam claramente, atendendo-se para os vales das correntes d'águas pelo desnível do álveo destas em vários pontos, e pela diferença do nível de um álveo ao outro.

O chapadão amazônico do planalto se compõe, pela maior parte, como o da Bacia do Paraná, de grés e xisto argiloso encostados a rochas metamórficas, que aparecem nos vales dos rios. E desconhecida a idade geológica dêstes estratos, pois ainda se não encontraram fósseis nesta região.

Orbigny referiu a idade carbonífera às camadas adjacentes à Barra do Guaporé, por se, aparentemente, assemelharem às camadas carboníferas da Bolívia Oriental, na qual se têm encontrado fósseis. Tanto a formação devoniana como a formação carbonífera são apresentadas ao longo das margens amazônicas do planalto. É muito provável que tais camadas se estendam pelo planalto adiante, e constituam, ao menos em parte, o chapadão de que tratamos. A aparente semelhança dos chapadões do Amazonas e do Paraná favorece êste modo de ver. Por outro lado, podemos supor que os estratos de idade secundária das Bacias do Parnaíba e do São Francisco se estendem pela divisória das águas do Tocantins e formam parte do chapadão amazônico".

Realçando a importância da Região Amazônica, sem remontar ao período dos séculos XV a XVIII, porém fixando-nos nas investigações de sábios e cientistas, que a pervagaram, durante o século XIX, arrimâno-nos aos conhecimentos indubitáveis de Gilberto Osório de Andrade:

> "Século XIX — É o século do interêsse científico pela Amazônia. Em 1800 Humboldt está se encaminhando para descer à Bacia, o que realmente faz, mas não pode passar de São Carlos, porque não traz papéis em ordem e regressa ao Orenoco pelo Cassiquiari. Dentre as observações de Saint-Hilaire, em 1816, nos chapadões centrais do Brasil, há indicações geográficas que dizem respeito à Região das Cabeceiras do Tocantins-Araguaia.

No Séquito da Noiva Austríaca de D. Pedro I chegam ao Rio em 1817 Spix, Martius e outros, que se internam depois pelo Pará e vão até às lindes do Peru. As comunicações econômicamente possíveis entre o Pará e Mato Grosso são estudadas em 1820 pelo Tenente Antônio Peixoto de Azevedo, que do Paranatinga passa ao Tapajós, por determinação do Tenente-General Tavares de Carvalho, a êsse tempo Governador de Mato Grosso. Os inglêses Lister, Maw e Hinde exploram, em 1829, as Bacias do Hallaga e do Ucaiali.

Em 1832 o Botânico Poepping colhe e estuda gêneros e espécies nas terras ocidentais da Amazônia. Ao mesmo tempo em que Inácio Acioli Cerqueira e Silva publica a sua "Corografia", Antônio Ladislau Monteiro Baena edita o seu famoso "Compêndio das Eras", livro indispensável ao estudo da História Regional. O seu "Ensaio Corográfico da Província do Pará" vem à luz em 1839.

Em 1843 Adalberto da Prússia examina a Hidrografia do Xingu e Francis de Castelnau viaja desde os Andes até o Tocantins. Tardy de Montravel, encarregado de verificar as frontetiras da Guiana, estuda a navegabiliade do Amazonas.

Vem depois Osculati, pelo caminho de Orelana.

Alfredo Wallace surge em 1848, e quase ao mesmo tempo William Bates estuda o mimetismo na Hiléia.

No primeiro dia de 1853 o primeiro navio a vapor singra o Amazonas.

De 1861 a 1865 Chandless empreende idas e vindas pela planície, tão operoso que se diria ubíquo, e tão exato que se afigura infalível.

O futuro Barão de Ladário, Capitão de Fragata José da Costa Azevedo, aceita e cumpre, entre 1862 e 1864 a incumbência de levantar a hidrografia do Amazonas.

Transpondo os Parecis vem sair no Tapajós, em 1863, a expedição de Bossi, enquanto Couto de Magalhães viaja de Goiás até o Pará pelo Tocantins.

Em 1864 Ferreira Penna explora o Baixo Amazonas pela margem direita, depois de ter feito o mesmo quanto ao Rio Trombetas no ano anterior.

Em 1865 é o início da viagem de Agassiz com sua espôsa. Data de 7 de dezembro do ano seguinte

o Decreto n.º 3.749, que abriu os cursos do Amazonas. Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro à navegação mercantil internacional, antiga aspiração animada por Souza Franco e advogada firmemente por Tavares Bastos.

James Ortons chega no ano imediato, transpõe os Andes, desce o Napo, sobe o Beni, o Mamoré e o Guaporé. A era dos grandes estudos geológicos, iniciada com Agassiz vai ter seu "climax" em 1870, com Charles Frederick Hartt e sua comitiva de estudantes de Cornell, inclusive J. C. Ranner.

Em 1871 o médio e o alto Tapajós são estudados por Antônio Gonçalves Tocantins e João Correia de Miranda. Em 1874 o Barão de Teffé preside os trabalhos de demarcação com a Bolívia; dois anos depois, o padre Nicolino de Souza avista os Campos Gerais ao Sul da Serra de Tumucumaque; em 1879, Dionísio de Castro Cerqueira está encarregado das fronteiras com a Venezuela; em 1882 e até 1889, Church reconhece a Bacia do Madre de Dios e do Mamoré, e o Coronel Pereira Labre faz o mesmo quanto às dos Rios Ituxi, Aquiri e Beni.

Data de 1882 o início das viagens dêsse heróico Coudreau, sepultado a 9 de novembro de 1889 à margem do Trombetas e cujas explorações científicas, procedidas num raio extraordinário, foram continuadas pela espôsa. Os irmãos Von Den Stein fazem pesquisas etnográficas no Xingu em 1884; em 1889 voltam acompanhados de Ehrenreich e Vogel; em 1889 Barbosa Rodrigues estuda a flora e a pré-história amazônicas, interessando-se também por questões de lingüística, enquanto Stradelli remonta às cabeceiras do Uaupés e Oscar de Miranda procede ao levantamento hidrográfico do Paratinga com o auxílio de Teles Pires, outra vítima dos sertões".

TOCANTINS E ARAGUAIA
DOIS GIGANTES UNINDO O NORTE AO SUL
SUAS RIQUEZAS INENARRÁVEIS

Historiando amplamente o valor econômico dos rios Tocantins e Araguaia, as suas possibilidades, as penetrações, estudos e investigações que nêles se fizeram, realçando o espírito de estadista do culto e dedicado Marquês de Pombal, a quem se deve, talvez, a melhor definição sôbre a destinação do futuroso rio To-

cantins — "Corredor do Brasil" — e compreendendo a imperiosa necessidade da ligação Tocantins-Araguaia, tão reclamada pelos vitais interêsses do Brasil e da Amazônia, quão descurada, incompreensìvelmente, pela maioria das administrações republicanas, com raríssimas exceções, informam o fecundo talento e a cultura consolidada do abalizado engenheiro paranaense, escritor, poeta e jornalista, Inácio Batista de Moura, no seu sempre atualizado "De Belém a São João do Araguaia-Vale do Tocantins":

> "O Tocantins parece ter sido mais cuidadosamente observado e considerado pelos antigos colonos portuguêses, independente das empreitadas de resgates, que os mais ambiciosos e estupidos fizeram para aprisionar ali índios, que foram reduzidos ao cativeiro.
>
> O Marquês de Pombal, estudando apaixonadamente a topografia do Pará, chamou devidamente o Tocantins, "Corredor do Brasil", significação acertada, porque, efetivamente, êle representa a comunicação mais direta entre o Norte e o Sul da República. Antes mesmo das observações dêse Ministro, já muitos exploradores e sábios haviam percorrido a importante via fluvial, de cujas viagens, infelizmente, bem poucos deixaram traços e notícias para a ciência. Observando a confluência do Tocantins com o Araguaia, que forma, pela divisão das águas, a grande península Goiana, nota-se que o Araguaia se aproxima mais da direção média do Tocantins, parecendo que o geógrafo se enganou ou trocou os nomes que deu aos dois grandes ramos do rio, aliás de igual importância e com pouca diferença de volume dágua. O Tocantins, que, na brilhante frase de James Orthon, corre por um leito de diamantes, safiras, opalas, ouro, carvão de pedra, petróleo, etc., é depois do Amazonas o mais importante Rio do Brasil e um dos mais notáveis do mundo. Proporcionalmente é o mais despovoado dos rios do Brasil, tendo entretanto no seu seio elementos para garantir vida de cidades e vilas, que, com auxílio de boa imigração espontânea, poderiam advir para o futuro, fazendo das suas margens centros e empórios comerciais. Todavia, ninguém quer compreender o alcance que está reservado aos audazes que queiram desbravar aquêles sertões ginorados, fazendo conhecer melhor os seus produtos e garantir um futuro certo.
>
> O Rio Araguaia, tão importante como o Tocantins, tem uma origem menos explorada. É formado pela

junção do Rio Grande com o Rio Vermelho, tendo êste origem na serra de Ourofino, que é parte da do Estrondo ou Serra Grande, sendo aquêle proveniente da junção dos Rios Caiapós e Barreiros, vindo êste do Oeste e o outro do Sul. Recebe o mesmo Rio Grande como afluentes, pela margem direita, o Rio das Almas, o Rio Claro, e o Ribeirão da Água Limpa; e pela esquerda, alguns córregos. O Araguaia, que separa o território do Pará do de Goiás, vai, pelo seu afluente Tapirapé, estabelecer os limites entre o Pará e Mato-Grosso; no seu longo curso forma a grande Ilha de Bananal ou de Sant'Anna, que divide o rio em dois grandes braços.

Os Carajás, que foram a nação indígena mais poderosa do Araguaia, denominam o Cristalino: Manrieberó — Rio da Mantrichã, nome de um peixe daquela região; o Rio das Mortes: Yuaebó, rio em forma de pé; o Tapirapé: Manamberó, Rio da Pedra; o Araguaia: Berocan, Rio Grande. Parece que a palavra beró significa "rio", na língua daqueles indígenas.

O Araguaia tem águas mais calmas e cachoeiras mais fáceis de remoção do que o Tocantins, existindo trechos perfeitamente navegáveis, até por vapores, como entre Leopoldina e Santa Maria, e muma distância de 960 km, ficando Leopoldina situada num barranco da margem direita do Rio Vermelho com o Rio Grande; afluente do próprio Araguaia e a 48 km distante de Jurupensen, já no território de Goiás. A diferença de nível observada entre a maior enchente e a maior estiagem do rio é de 7 metros; e a sua menor largura, na frente da Povoação de Leopoldina, é de 392 metros. O engenheiro Joaquim R. de Morais Jardim explorou, em 1879, por conta do Governador de Goiás, todo o Rio Araguaia, com o fito de estabelecer a sua navegabilidade. Foi êle quem precisou o grande trecho de pedras que fica quase em frente de Leopoldina, e que serve de marco terminal da seção da atual navegação a vapor, apresentando, todavia, canal profundo, até ao travessão de pedras, um quilômetro abaixo de Itacaiú. O primeiro barco a vapor que inaugurou êsse trecho de navegação, teve o nome de "Araguaia", e foi transportado por terra, em pedaços, da antiga província de Mato Grosso, sôbre 14 carros puxados por bois, através dos chapadões que se interpõem entre a Bacia do

Prata e a do Amazonas, na distância de 100 léguas, por lugares ínvios. O segundo, foi o rebocador "Cristóvão Colombo", que foi transportado do Pará, pelo Rio Tocantins, vencendo com grandes dificuldades e perigos as cachoeiras dêsse rio até à confluência com o Araguaia, a cuja navegação se destinava. Para o futuro do Pará, o Rio Araguaia trará maiores vantagens do que o prolongamento, depois da sua bifurcação. Os campos são ali mais viçosos e mais gerais, e as condições de colonização mais estáveis e mais prometedoras. Já ali possuímos uma povoação pertencente ao Estado do Pará, denominada "Sant'Ana dos Barreiros" e onde se têm estabelecido antigos habitantes dos municípios de São Vicente e de Boa Vista, em Goiás, sob a ilustre direção de Frei Gil de Vila Nova, dominicano francês, que tão saliente papel representou na guerra civil que enlutou aquelas comarcas. As outras povoações existentes no Araguaia são: São José, Santa Maria e Leopoldina, tôdas na margem direita.

A primeira tenttiva para o reconhecimento do Rio Araguaia remonta ao ano de 1970, em que o Capitão Diogo Pinto de Gaia, por ordem do Governador Bernardo Pereira Berredo, o explorou, tendo visto tôda a vasta Ilha de Sant'Ana. Em 1731, foram descobertas as minas de Natividade pelo sargento-mor João Pacheco Couto, o qual foi expedido com 80 homens pelo General Governador Alexandre de Sousa Freire. Em 1774, foi fundado com índios Jauapós e Carajás um lugarejo, com a denominação de Nova Beira, na grande Ilha de Sant'Ana. Em 1765, José de Almeida Vasconcelos e Soveral, à frente de uma "bandeira", vogou o Araguaia entre o sítio Bananal e as povoações dos Carajs. *Em 5 de fevereiro de* 1791, *Tomás de Sousa Vila Real parte do Pará, e, navegando o Tocantins e o Araguaia, chega por terra* a Goiás, capital da Província. Em 1799, o Ministro dos Negócios Ultramarinos recomendou muito particularmente a D. João Manuel de Meneses a navegação dos Rios Araguaia e Tocantins, e a carta régia de 7 de janeiro de 1806 concede inteira isenção de direitos por 10 anos aos que se estabelecessem nas margens dêsses rios. O Marechal Jerônimo Jardim, em uma conferência que fêz em 1894, neste renomado Clube de Engenharia, falou proficientemente *sôbre as "Vantagens da viação férrea e fluvial*

do Tocantins e Araguaia, não só sob o ponto de vista estratégico, como também em função da economia comercial e agrícola dos Estados, que êles, diretamente, comunicam. Para Goiás, servirão não sòmente os dois rios principais, Tocantins e Araguaia, como todos os que a êles afluem, desde o seu ponto de confluência; para Mato Grosso, aproveitarão o Araguaia, que o separa daquele Estado, e o Rio das Mortes, perfeitamente navegável em cêrca de 800 km e que, com o nome de Rio Manso, se aproxima de Cuiabá, sua Capital".

A ANTEVISÃO DO SISTEMA MISTO DE VIAÇÃO PARA SOLUCIONAR AS LIGAÇÕES NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

E na antevisão de que o sistema misto de viação seria e será a solução para as ligações dos caminhos andantes como os pontos de terra firme, na Amazônia e em outras partes do Brasil, buscando vencer os rápidos, corredeiras, cachoeiras, empecilhos orográficos, chavascais e pantanais, especialmente nos dias hodiernos, em que as estradas de rodagem superam, pela sua mobilidade de traçado e multiplicidade de entroncamentos, as estradas férreas, e em que as linhas aéreas vingam quaisquer outras barreiras, assevera o renomado engenheiro:

> "Estamos convictos de que êste ramo de viação mista brasileira há de ser o mais importante da viação geral da República, sobretudo quando a estreita faixa do litoral povoado se tornar insuficiente para remunerar o trabalho, e quando as terras centrais provocarem com os seus produtos o consumo insaciável das capitais à beira-mar".

Pensamentos proféticos cuja concretização se operou na Belém—Brasília, na Brasília—Acre, na Transamazônica que gizará na bruteza do sertão a aproximação dos pontos extremos da Amazônia Ocidental; na Transacreana, que Euclides da Cunha previra, preconizando caber a imperiosidade do seu traçado à Engenharia Militar, visando à sua realização em prazo predeterminado. A Transamazônica e a Transacreana se complementarão no gigantismo de suas finalidades, integrando a imensa Região, engolindo distâncias e aproximando populações, vilas, cidades; incrementando o escambo, a diversificação de indústrias locais, incentivando a mineração e intensificando as descobertas de reservas minerais, bem como ampliando as áreas agricultu ráveis e de pe-

cuária do País, levando o progresso, o desenvolvimento e a civilização aos mais recuados recantos de nosso território.

Êsses três enormes rasgões no corpo físico de nossa maior área territorial, partindo da Capital da República, compondo-se com outras estradas que lhes sirvam de seguimento, e que demandem a interligação dos vários Estados da Federação, é evidente, constituirão a autêntica autodefesa da nacionalidade, a perfeita garantia das suas populações e das riquezas do nosso solo, dos nossos rios, do nosso subsolo ou, ainda, em última dedução, a mais rigorosa modalidade da Segurança Nacional, em cuja filosofia não poderão, jamais, caber as tentativas dos futurólogos, de superpotências imperialistas que preconizam a construção de grandes lagos na Amazônia. Com êsses lagos, sob o chamariz do aproveitamento de potencial hidrelétrico, que a Amazônia possui à farta, em suas cachoeiras, em seus múltiplos rios, ou sob outras motivações, objetivam encobrir as nossas inenarráveis riquezas mineralógicas no trabalho impatriótico de retardar o desenvolvimento de nosso Brasil.

UMA AMAZÔNIA INTEGRADA, PARA SEMPRE BRASILEIRA

Poucos dias decorreram da manifestação do ilustre militar, Chefe do Departamento de Produção e Obras do Ministério do Exército, General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ao presidir em Manaus a instalação do 2.º Grupamento de Engenharia e Construção, quando afirmou, interpretando os sentimentos da nacionalidade:

> "A Amazônia não é um inferno verde nem um paraíso perdido! Mas, sim, uma vasta área onde tôda uma geração espera ansiosa e confiante o esplendente alvorecer de um amanhã fecundo, diferente e promissor. É tempo, na verdade, de o homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vem acontecendo. É tempo de findar aquela extrema anomalia, tão decantada no passado, de que o homem, na selva, vivendo da exploração florestal pelo isolamento insuperado, trabalha para escravizar-se. É tempo de mudarmos essa imagem. O que queremos é uma Amazônia integrada, mas para sempre brasileira".

Ora, se a observação do renomado militar, que se deslocou para assistir ao início dos trabalhos da Engenharia Militar, abran-

gentes da abertura das Transamazônica e Transacreana, é válida, ao asseverar, em nome dos seus colegas das três armas:

> "É tempo, na verdade, de o homem comandar a vida na Amazônia, deixando de escravizar-se ao rio, como secularmente vem acontecendo",

então, por que razões superiores, por que motivações futurologistas, deverá êsse mesmo homem ficar escravizado às barragens de múltiplos grandes lagos, que o "Hudson Institute" propagandeia precisam de ser construídos na Amazônia, em busca e à procura da internacionalização da Hiléia, idéia combatida, intransigentemente, pelos constituintes de 1946, à frente a figura marcante, de nacionalista puro, do ex-Presidente Artur Bernardes, cujos ideais, também nossos, marcaram época e agitaram os sentimentos nacionalizantes do povo brasileiro, jogando por terra a insólita internacionalização tentada, que, vinte anos depois, repontou em 1966, com o "Hudson Institute", na semeadura do futurólogo Hermann Kahn, do seu lugar tenente Roberto Panero e da farândula de seus seguidores, fanatizados pelas potencialidades cerebrais que chispam faíscas antinacionais, a alimentar fogueira que nos cumpre extinguir?

As penetrações, "bandeiras", investigações científicas, levantamentos hidrográficos, etnográficos, orográficos, etnológicos, econômicos, climáticos, enfim de mil modalidades; as interligações dos vários e mais importantes cursos d'água que contribuem para o fastígio indestrutível do maior rio do mundo o Rei dos Rios, o Amazonas, demonstram e comprovam, por sem dúvida, de um lado, o alto interêsse da descoberta de riquezas nas terras banhadas por êsses rios, tributários do Rio-Mar, e, também, nas cortadas e regadas pelo próprio Amazonas; e, por outro lado, exponenciam que, além das riquezas da fauna, da flora, da mineralogia, a Planície lhes acenava com possibilidades até então desconhecidas em outros quadrantes do Orbe, assertiva fácil de deduzir e confirmar, em decorrência da continuada cadência das incontáveis viagens de personalidades internacionais, das mais conhecidas, e que se deixaram identificar; pois outras, a nosso ver, ingressaram sorrateiramente na hinterlândia, sem conceder sua identificação, é lógico, e durante séculos seguidos a devassaram e estudaram-lhe os problemas, sob aspectos variegados. Contudo, cumpre acentuar que a constância dessas viagens, visitações ou penetrações, inequìvocamente, realçam a prova da existência da facilidade das interligações fluviais da Hiléia. Quaisquer intuitos das mesmas entradas pela sertania, menos os que se bitolaram pela tendência desnacio-

nalizante da rica, lindíssima, portentosa e insuperável Região Amazônica Brasileira, visto como essa tendência malsã encontrou ontem, de parte dos nossos ancestrais, a mais radical repulsa e, hoje, é firme e inabalàvelmente barrada pelo patriotismo das atuais gerações, que se miram nos exemplos edificantes de outrora, dos nossos avoengos, na coesão e união de civis e militares, em geral, sem discrepâncias; por fim, a realidade nos ensina que de tudo isso se recolhe, não há negar, palpável e gritante, a forte atração magnética do antigo "País das Amazonas" lendárias e guerreiras; a da hospitalidade gritante dos seus habitantes, em tôdas as camadas, altivos e cônscios de seus direitos e deveres raciais; a da capacidade ambientadora dos glebários, que vencem as resistências do estrangeiro e condicionam as suas mais hábeis investidas às conveniências regionais e nacionais nossas; a do arraigado espírito nacionalizante do caboclo amazônida, que sob a sua aparente displicência guarda, amealha e distribui, nas propícias oportunidades, a energia da sua têmpera equatorial, pondo-a, sem negaças, espontânea e permanentemente, ao serviço da Pátria, que êle venera, defende e procura honrar, sem temores, sem subterfúgios, com a sua peculiar altaneria.

As lutas homéricas que em épocas diversas agitaram a coletividade amazônica, jamais abalaram os seus sentimentos de solidariedade aos irmãos de outros Estados da Federação; jamais enfraqueceram a sua inexaurível fonte de confiança em dias melhores, em destino menos incerto para a nossa Terra.

Nos períodos torvelinhantes das crises econômico-financeiro-sociais que envolveram a Região, a começar pela guerra civil da Cabanagem, a maior que o Brasil teve, de cunho genuìnamente nacionalista; ou a prosseguir com a queda brusca dos preços dos produtos primários regionais, à frente o seu maior lastro de exportação — a borracha, justo é que ressaltemos não haver o amazônida desertado dos seus recantos de atividades e moradia ou residência, resistindo, decênios, à série infinda de dificuldades que lhe embargavam os anseios civilizadores; e, sem modesto ou expressivo arrimo interno, e sem ajuda externa, que raramente procura, por ser avêsso aos recursos de fora do Brasil; com as suas próprias fôrças, aos poucos, gradativamente, soube reconquistar e impor-se à admiração dos que o abandonaram nas incertas e amargas horas das provações, ou dos que, talvez, de outros meridianos, dêle duvidaram, e prelibaram a sua derrota, que nunca virá.

Quem, sem se envergonhar poderá vir a sonegar, no cômputo e apuração de tôdas essas caminhadas empreendidas pela *"selva selvaggia"*, como diria Dante Alighieri, por representantes de inúmeras raças, expoentes de cultura, de esforços e de economias con-

solidadas; também, por altas expressões da cultura, patriotismo e ciência brasileiras, derivarem as mesmas das reais ligações e interligações estabelecidas pela dadivosa natureza, por intermédio dos caminhos andantes dos Rios; complementados através de estradas vicinais, varadouros abertos, naqueles recuados tempos, rùsticamente, a machado, a facão, a terçado, sem a proteção da maquinaria moderna; criando, naqueles séculos distantes, as comunicações que nos deixaram, abrindo vilas, plantando cidades, aumentando o escambo comercial com os ribeirinhos e com os países irmãos da Bacia Amazônica e, ainda, com a Europa, a África, as Américas do Norte e Central? Êsses realísticos horizontes fixados foram pelos nossos ancestrais descobertos, pela sua geração de sacrificados, especialmente pela dedicação insuperável do índio, habitante primitivo das terras centenares de anos bem anteriores a 1500, visto como é o silvícola o maior conhecedor dos atalhos, veredas, varadouros, furos, paranás, rios, lagos, montanhas e de outros acidentes mil. Sem a ajuda decidida do caboclo, do índio, tais viagens ficariam em meio, não atingiriam aos pontos prestabelecidos, pois os estrangeiros que nos honraram com as suas preferências de estudiosos e cientistas, de industriais e comerciantes, de artesãos e padres, jesuítas, integrantes de outras ordens religiosas e cristãs, de viajantes ou flibusteiros, nunca poderiam obter êxito nos seus empreendimentos, sem a ajuda do filho da terra, das autoridades, visando aos recônditos pontos da hinterlândia, vadeando rios, transpondo montanhas, vencendo distâncias imensas, lutando contra as feras e as doenças regionais, em cujas jornadas gloriosas rasgaram, quer os estrangeiros, quer os nacionais, na mais difícil competição, na qual levamos vantagens incontestes, o extenso território pátrio, os sertões mais desconhecidos, desde as ribas do Amazonas e de seus principais tributários até aos contrafortes andinos, dêstes até aos longínquos limites das três Guianas e dos países limítrofes com a Amazônia Brasileira!!!

As gerações posteriores à época dos "bandeirantes", dos cientistas, dos construtores de fortalezas nas zonas mais favoráveis à defensabilidade de nosso território brasílico, dos comerciantes e industriais que se estabeleceram na hinterlândia amazonense, dos donos de seringais e dos proprietários de navios fluviais, que constituíram organizações poderosas de transporte marítimo, naqueles tempos tão remotos, das companhias estrangeiras que exploraram as vias fluviais, as gerações posteriores, a nosso ver, perderam aquêles interêsse e impulso iniciais, traçados pelos nossos ancestrais, que nos deram ensinamentos e patrimônio vultosíssimo, que deveremos resguardar, a duras penas que seja!!!

Quem profanará a memória de tantos bravos patrícios e conterrâneos, uns imolados conscientemente, esquecendo-se de suas idealísticas avançadas nas selvas, em busca de levantamentos de rios, lagos, furos e paranás, baías, montanhas, campos gerais e zonas raras, no único intuito de aumentar o nosso território, de descobrir-lhe os mistérios mais recônditos, de difundir núcleos populacionais e de ocupação do grande vazio antropogeográfico da Amazônia?

Quem não reconhecerá a pequenez, sem ofensas diretas ou indiretas, dos nossos contemporâneos, salvantes elogiosas exceções, no só desejo de retratar verdades incontestes, em comparação aos feitos agigantados dos bandeirantes de antanho, dos sertanistas de ontem, ao rasgarem latitudes e longitudes em todos os quadrantes de nossa área territorial insuperável, invejada por estranhos, menosprezada por alguns e, sempre, pertinazmente defendida e querida pela nacionalidade?!

Gerações inteiras se deslocaram para o interior da Planície, nas inimitáveis e venturosas arrancadas para conquistar e acautelar os limites de suas posses, chamadas ao seu patrimônio, sob lutas intensas, lutas que enrijeceram a fibra dos filhos das então desconhecidas regiões em que se divide e subdivide a Amazônia Brasileira.

Inexistissem tais sacrifícios e lutas e dificilmente teríamos obtido a ampliação do nosso território, que o Tratado de Tordesilhas fraturara, enormemente, mas que o de Madrid, anos depois — pela vigorosa atuação do Marquês de Pombal, pelo patriótico empenho da cultura do grande jurista brasileiro, paulista de nascimento, Alexandre de Gusmão, e acima de tudo pelo constante zêlo e a incansabilidade das arremetidas dos bandeirantes, dos nativos, dos Chefes dos Sertões, em busca do ouro e de outras riquezas minerais, dos Padres Jesuítas e Missionários de várias ordens religiosas — conseguira elastecer definitivamente, compondo a fisiografia atual de nossa Pátria.

Daremos audiência especial, agora, à autoridade do grande sertanista, historiador, homem de ciência e engenheiro respeitado pela sua cultura, Theodoro Sampaio, autor destas produções literárias inesquecíveis: — "O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina"; "O Tupi na Geografia Nacional"; "História da Fundação da Cidade do Salvador" e "Os naturalistas viajantes", com o elevado propósito de documentar as nossas assertivas precedentes:

> "Mas se dos tratados apenas ficou a semente do direito, como base para futuros convênios; se por marcos lindeiros, após tantas discussões, não ficaram mais

que as balizas naturais, da cumeada dos montes, dos saltos e cachoeiras, das fozes e confluências dos rios sertanejos, e das linhas hierográficas que êstes representam, a ciência todavia ganhou e ganhou muito nas explorações geográficas, nas determinações astronômicas de pontos fronteiriços, no mais perfeito conhecimento do país interior, na sua botânica, na sua zoologia e etnografia.

Corrigia-se, aperfeiçoava-se a geografia da América do Sul, no seu contôrno continental, como no traçado dos seus grandes rios interiores. Aos estudos e trabalhos cartográficos do jesuíta, Padre Samuel Fritz, que desceu o Amazonas no começo do Século XVIII, se juntaram os dos comissários régios, portuguêses e espanhóis, Ricardo Franco de Almeida Serra, que escreveu sôbre a região do Mato Grosso e a das cabeceiras do Rio Branco; Francisco José de Lacerda e Almeida, natural de São Paulo, que explorou como astrônomo e geógrafo o Amazonas, o Rio Negro, o Uaupés até sua primeira cachoeira, o Madeira e Guaporé, o Jauru e o Paraguai, e que, pela derrota ordinária dos sertanistas bandeirantes, se transportou de Vila Bela de Mato Grosso a São Paulo, levantando mapas e fazendo roteiro das suas longuíssimas viagens, as quais abrangeram o largo período de dez anos, de 1780 a 1790; Antônio Pires da Silva Pontes, natural de Minas Gerais, e companheiro de viagem de Ricardo Franco nas explorações do Rio Branco, que escreveu sôbre a geografia dos sertões; José Custódio de Sá e Faria, que fêz estudos nos Rios Tietê e Paraná; D. Andrés de Oyarvide, comissário espanhol, e cosmógrafo, que procedeu a importantes observações científicas e organizou uma carta da América do Sul; D. José Maria Cabre e D. Juan Francisco Aguirre, que escreveram notáveis memórias sôbre os trabalhos da demarcação e, sobressaindo entre todos êsses comissários, o célebre D. Félix de Azara que, recolhido ao Paraguai, empreendeu e executou importantes estudos geográficos e zoológicos, durante cêrca de vinte anos (1781-1801), sendo o primeiro naturalista viajante que generalizou as suas observações a respeito de coisas americanas.

Aos estudos geográficos, então empreendidos, juntaram os portuguêses o das ciências naturais, enviando ao Brasil em 1785 a sua primeira Missão Científica, re-

gularmente constituída e prestigiada pelo Sr. Alexandre Rodrigues Ferreira, natural da Bahia, comissário que subiu do Pará pelo Rio Amazonas; explorou o Rio Negro e o Branco; percorreu o Madeira e o Guaporé e passou a Cuiabá, em 1790, donde tornou a Belém, ponto inicial da viagem. Importantes foram os estudos do sábio naturalista, ilustrados com belíssimos desenhos e constantes de minuciosos diários, memórias diversas sôbre a botânica e a zoologia das regiões percorridas e descrição de bom número de nações indígenas, estudos que certamente rivalizariam com os de Azara, se outro tivesse sido o destino que lhes deram ou se desde então tivessem vindo à luz da publicidade e não permanecessem nos arquivos de Lisboa, como simples fonte de consulta de que outros depois se utilizariam, com detrimento da fama e precedência do notável brasileiro, conforme também refere Varnhagem, no Vol. II, pág. 997, da 2.ª Edição de sua História Geral do Brasil.

Precedendo de cêrca de meio século a êsses estudos e trabalhos dos comissários de limites e dos naturalistas espanhóis e portuguêses, vêm os do viajante francês Carlos Maria de La Condamine, companheiro de Bouguer e de Godin, na comissão astronômica de 1735 a 1739, que mediu, no Equador, o comprimento do Grau Meridiano. Conduzida com bom êxito, essa expedição dos sábios acadêmicos franceses e espanhóis procedeu a importantes estudos no grande planalto de Quito e na vertente oriental dos Andes, donde desceu ao Amazonas, que foi então percorrido até sua foz. Lançaram tais estudos muita luz sôbre a geografia desta parte do nôvo continente; divulgaram noções mais perfeitas sôbre a sua hidrografia, sôbre as comunicações do Amazonas e do Orenoco, das quais todavia já muito antes (1639) os jesuítas Acuña, Christobal e Arteida tinham dado notícia confirmada pouco depois pelas viagens do Padre Roman e pela expedição de Isturiaga, levadas do Orenoco até a foz do Rio Madeira.

Cabe incontestàvelmente a De La Condamine e aos seus colegas de comissão a precedência nos estudos científicos nesta parte da América, e, se bem que tendencioso se mostrasse o ilustre viajante nos seus estudos de hidrografia da Guiana Francesa, servindo às pretensões do seu país, sôbre o território do Amapá, os seus trabalhos científicos, todavia, importam num

grande passo para a frente na solução das questões que, ou pela ciência ou pelo direito, afetam aos povos do nôvo mundo.

Depois dêle as viagens científicas empreendidas por inglêses, franceses, espanhóis, holandeses se sucedem a curtos intervalos.

A Geografia e sobretudo as Ciências Naturais dominam o campo das investigações no primeiro período do século XIX.

No Brasil, é para o Vale do Amazonas, a terra da promissão dos naturalistas e viajantes, que se concentram as atenções do mundo sábio".

Inexistissem as incursões dos cientistas brasileiros e estrangeiros; paralisassem as desassombradas penetrações dos bandeirantes paulistas, baianos, cearenses, amazonenses, matogrossense e de outros recantos da pátria comum, sempre bem assessorados pela bondosa solidariedade do índio e os limites de nosso território estariam diminuídos em milhões de quilômetros quadrados. Contudo, tais viagens científicas ou de conquistas, de aventureiros ou de patriotas, de investigadores de riquezas ou de perseguidores dos silvícolas, naquelas épocas recuadas se tornaram viáveis e possíveis, embora os veículos fôssem as canoas rùsticamente fabricadas, bem antes da navegação a vapor e a motor, graças aos caminhos andantes, graças à tenacidade dos desbravadores dos sertões, que venciam os tropeços e embaraços naturais dos rios, representados nas cachoeiras poderosas, propulsoras de milhões de cavalos-fôrça, muitas ou a sua quase unanimidade, sem o menor aproveitamento até hoje, ou configurados em maciços orográficos, ou em corredeiras ou rápidos, temidos pela coragem dos homens que, em tais circunstâncias irremovíveis, complementavam as ligações e as interligações dos vários cursos d'água, por intermédio dos denominados Varadouros e estradas rùsticamente abertas.

Documentando o que veiculamos, falará, agora, o Gen. Frederico Augusto Rondon, autoridade insuspeitável de renomado sertanista, publicista e estudioso dos problemas da planície, Presidente do Instituto de Colonização Nacional, criador e estimulador do "Curso de Altos Estudos Amazônicos", cuja modéstia permanente corre parelha com o seu valor.

Em sua interessantíssima obra "Uaupés — Hidrografia, Demografia, Geopolítica", com que nos honrou em afabilíssima dedicatória, que guardamos cuidadosamente entre os nossos poucos livros, assim ensina o festejado autor, retratando a realidade da vida cabocla, no que tange ao seu deslocamento:

"Na Amazônia, mais que alhures, são os rios "caminhos que andam". São vias naturais de acesso, desde as regiões civilizadas, onde se adensam as populações, em cidades, vilas e povoados ribeirinhos do Rio-Mar, até os mais recônditos sertões. A vida, em todos os seus aspectos, prende-se intimamente aos rios. O homem é um canoeiro nato. Os agrupamentos humanos se escalonam pelas vias fluviais e se irradiam, costeando os afluentes por vêzes insignificantes; e de uns remontam a outros; passam de uma para outra vertente pelos varadouros, caminhos excepcionais a que o homem é forçado, para vencer os tratos de terra firme que se estendem entre os caudais, encurtando distâncias, despontando cabeceiras ou contornando obstáculos naturais.

Nos séculos da conquista, os rios foram os caminhos espontâneos das bandeiras desbravadoras; e sua tirânica influência nos destinos da Amazônia estendeu-se através dos lanços da expansão colonial, alcançando nossos dias, materializada, sucessivamente, na ubá e na igarité, dádivas da floresta submetidas pelo homem à transformação utilitária da indústria; na lancha e na alvarenga do forasteiro regatão, mostras flutuantes da cvilização dos baixos rios, trazendo ao homem utilidades supérfluas e levando, em troca desigual, os frutos do seu labor; no confôrto dos gaiolas e na suntuosidade dos "Steamers".

Definir a Amazônia é, sobretudo, definir sua hidrografia, a civilização se atém à beira-rio, subindo pelos caudais em arremetidas, levando em promiscuidade compensadora o govêrno e a fôrça, o missionário, o sábio e o aventureiro — expressões polimorfas da nacionalidade a dilatar-se em seus próprios domínios".

Acentuando a capacidade de gigantes dos nossos ancestrais, antigos descobridores, missionários, cientistas, caçadores de riquezas, ou conquistadores de sertões, sempre em busca das ligações e interligações dos vários trechos do Brasil, ampliando-lhes os limites, ouçamos o que elucida Capistrano de Abreu, historiador precioso, escritor de alto conceito e de cultura respeitável, no seu "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil":

Refletindo no que diz Vieira (Padre Antônio Vieira) sôbre a navegação por fora, e em seu silêncio quan-

to a quaquer via terrestre que desviasse os obstáculos, parece razoável a opinião de Varnhagen, que apenas fala de ter sido a Pedro Teixeira "confiada a missão de abrir e fazer mais praticável a comunicação terrestre-fluvial até Maranhão". Esta existiu até o século XIX: descreve-a Oliveira Bastos, descreve-a Romualdo Antônio, que mais tarde devia realçar o nome paraense do sólio da Bahia. Partia de Belém, subia o Guamá, passava por Ourém e Bragança, e saía na costa junto ao Yuri-Açu".

Resulta patente, pois, que os antigos, com a sua sabedoria e perspicácia, através o estudo meticuloso e paciente das dificuldades que se lhes opunham nas caminhadas que empreenderam, sempre se inclinaram, conforme fôra atribuído ao grande Pedro Teixeira, pela interligação terrestre-fluvial, ou seja, aproveitamento dos caudais e de seus tributários, até o último ponto de sua navegabilidade franca e, daí em diante, por estradas rústicas, varadouros, que retomassem, de nôvo, o curso dos rios principais, ou o de seus afluentes mais à feição, pelo sentido de distância ou de possibilidades econômicas.

De que os abnegados antepassados da nacionalidade, os ancestrais de nossa raça estavam certíssimos, ressaltará evidente desta passagem do discurso de S. Excia. o Senhor General Médici, ao inaugurar os trabalhos da Transamazônica:

> "Nosso esfôrço inicial será concentrado na Transamazônica, começando em Picos, no Piauí, onde se interliga com a rêde rodoviária nordestina, vai atingir Itaituba, depois de passar por Pôrto Franco, Marabá e Altamira, obra essa entrgue ao dinamismo do Ministro dos Transportes, Mário David Andreazza, para servir àquelas regiões, cuja ocupação deverá processar-se de pronto e com absoluta prioridade.
>
> Prolongando a estrada até as fronteiras com o Peru e a Bolívia, cortando as rodovias Cuiabá—Santarém e Pôrto Velho—Manaus, e complementando todo o sistema fluvial amazônico, ao intercepar os terminais dos principais afluentes, estaremos facilitando a exploração de reservas de ferro, manganês, estanho, chumbo, ouro, cobre e fecundando terras virgens e solos férteis, que vão deixar de ser bens geográficos para se transformarem em verdadeiros bens econômicos. Estaremos, assim, facilitando o esfôrço de ocupação e desenvolvimento da

Amazônia — imperativo do progresso e compromisso do Brasil com a sua própria história".

Nunca passou pela mente dos antigos desbravadores e colonizadores da nossa magnífica Região Amazônica, ou de outras que compõem o nosso dilatado território, modificar os cursos d'água ou discipliná-los, porque mantinham a natureza como a sua melhor mestra da vida, apresentando-lhe os ensinamentos e retirando do seu seio dadivoso, nos três reinos que a compõem, o indispensável à sua manutenção, o inadiável para o desenvolvimento econômico-financeiro regional, procurando a implantação dos agrupamentos humanos às glebas, propiciando, assim, a exploração das riquezas cobiçadas, no intuito do engrandecimento coletivo.

Nos dias de hoje, em pleno domínio da técnica, da mecânica, da eletrônica, do radar, do avião a jato e do supersônico, do contrôle remoto, de tantas outras maravilhas dêste século a findar; quando o homem dispõe de maquinaria pesada para abrir estradas colossais, que serpenteiam e se enroscam disciplinando as florestas, cortando-as em vários ângulos e rumos, buscando as ligações rodo-fluviais-ferroviárias e, também, aéreas, que se apresentem como mais aconselháveis, evidente será declarar que tôdas as inimagináveis e imagináveis interligações se poderão realizar, vingando os obstáculos naturais das cachoeiras, das corredeiras, dos rápidos, das montanhas ou alcantilados, dos alagadiços e pantanais, sob a orientação sadia de não modificação da fisiografia normal da natureza, sem a falsíssima e mendaz solução das construções miraculosas de lagos, que sacrificarão a beleza e a existência de vilas, povoados e cidades, ao mesmo passo que tornarão submersas imensas riquezas minerais, dificultando-lhes o aproveitamento mais imediato, mais econômico, portanto, mais lucrativo; o sentido lucrativo reclamado pelas contingências nacionais.

Que as nossas negligências e omissão não sirvam de pretexto ao aventureirismo de futurólogos ou futuristas, aliados a alguns brasileiros desconhecedores dos problemas amazônicos, *in loco*, alheios aos sentimentos arraigados de pugnacidade, de heroísmo dos amazônidas; futurólogos que, pertinazmente, insistem na pregação da necessidade e da operabilidade de lagos artificiais, distribuídos por vários quadrantes da Amazônia, querendo disso convencer, além dos seus habitantes, as autoridades do País, e em cujos quadrantes se encontram as melhores reservas minerais de ferro, de cassiterita, de tantalita, de materiais estratégicos, que interessam à defesa nacional, de sal-gema, de bauxita, de carvão siderúrgico ou entracito, próximo ou no mesmo local das ocorrên-

cias de minério de ferro, de cristal de rocha, de pedras preciosas, de muitos outros minerais, ainda não prospectados ou explorados, industrialmente.

FUTUROLOGIA — CIÊNCIA DE DOMINAÇÃO

Nova Tentativa de Internacionalização da Amazônia

A confundir estadistas e homens de ciência, causando espanto aos menos crédulos, descrença aos mais atualizados nos problemas econômico-sócio-políticos, surgiu há pouco o "Hudson Institute", pela iniciativa do Dr. Herman Kahn, a quem muitos de sua Pátria, emprestam, certamente com procedentes motivações, qualidades excepcionais, especialmente, a de ser possuidor de cerebração privilegiada, rara, tocando às raias do gênio, dando-lhes a pomposa profissão de Futurólogo, possìvelmente a de criador da Futurologia. Esta, ao nosso entender, pelos fatos que adiante anotaremos, tem dois anseios visíveis a realizar, sempre em benefício da superpotência a que serve o "Hudson Institute": — O primeiro anseio, inegàvelmente, se insinua, sorrateiramente, pelo amaciamento do sentimento nativista de povos, a que as orgulhosas superpotências, na mais característica das discriminações, designam de Subdesenvolvidos; e isso se dá através de Projetos mirabolantes e miraculosos, em que planejam, sob o alarde de propaganda farta, bem orientada, objetivando, segundo preconizam, operar transformações imediatas na vida e no progresso e bem-estar dos agrupamentos humanos mais necessitados, com a implantação de Lagos Interioranos, abrangentes de milhões de quilômetros quadrados na América Latina, destinando a área a alagar, de seiscentos mil quilômetros quadrados (600.000 km2), à Amazônia Brasileira, "superfície equivalente ao dôbro de grandes lagos Norte-Americanos".

Admitimos, pelo que temos lido da contestação à iniciativa estrangeira do "Hudson Institute", de refutação às idéias dos que são solidários com a doutrinação dessa entidade, que a implantação de lagos, a construção de represas de rios ou outras modalidades técnicas afins, além de consumirem bilhões de cruzeiros, servirão, isto sim, para ocultar, durante várias gerações, as tão cobiçadas riquezas da fauna, da flora e, sobretudo, do reino mineral, reduzindo-as e tornando-as de mais difícil exploração industrial, quando não as reduzam no montante de seu potencial hodierno e primitivo.

O segundo anseio, profundamente combatido, tanto quanto o primeiro, por tôdas as esferas oficiais, sobretudo na dos militares

das três armas, bem assim pelas classes sociais do Brasil inteiro, é resultante do nôvo malthusianismo, concebido pela fantástica concepção do renomado futurólogo Dr. *Herman Kahn*, ou de outros buscando limitar a natalidade nos países em expansão, em desenvolvimento, que as superpotências batizaram de Nações subdesenvolvidas, sem fundamentação procedente.

Vê-se, de logo, que a pretensão no confinar o crescimento das populações, sobretudo nas áreas imensas da Amazônia Brasileira, e despovoadas, de vazio demográfico sensível, também existente em outros trechos de nossa Pátria e de demais coletividades das Américas Central e Latina, encobre a tendência de retardar, isto sim, o desenvolvimento dos povos visados, no desejo do domínio econômico, primeiramente, e do político, depois, pela campanha intensiva de redução da natalidade, visto como o maior valor sôbre a terra é o homem, é o braço humano, pois sem o seu impulso civilizador, sem as suas caminhadas de aventuras, de descobrimento de riquezas, de planejamento de ligações e de intercâmbios de variadas modalidades, nunca se conseguirá a conquista efetiva do progresso, da ciência, da cultura, da civilização, do desenvolvimento, enfim.

A História Universal isto comprova, sem margem a contestações criteriosas e seguras, através civilizações que feneceram; outras que permanecem; umas que se impuseram pelas armas às mais débeis e as escravizaram; desde os Sumerianos, Babilônicos, Egíp-Cartagineses, Romanos; dêstes, aos Mongóis, Chineses, Japoneses, Incas, Maias e outros povos da antiguidade.

Documentaremos, nesta altura, as assertivas veiculadas linhas antes: há mais de dois anos, ou seja a 14 de julho de 1968, o matutino "Correio da Manhã" deu à notoriedade Relatório Secreto da lavra de três diplomatas patrícios, incumbidos, em boa hora, pelo Ministério das Relações Exteriores, de investigar as características do "Hudson Institute", as suas implicações no planejamento do sistema de "Grandes Lagos Para a América do Sul". Dêsse documento inexiste confirmação nem desmentido oficial, no atinente à exatidão do que elucidara, passando, destarte, após tão longo período de sua divulgação, à órbita das realidades indesmentidas.

Tão importante Relatório ficou consagrado, anteriormente à estampa naquele órgão da imprensa, nas páginas 138 verso a 148 da "Revista Brasileira de Política Internacional" Março/Junho de 1968, Ano XI — N.°s 41/42, editada sob os auspícios do "Instituto Brasileiro de Relações Internacionais", fundado em 1964, e que tem por objetivo "promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil".

São daquela preciosa contribuição de nossa eficiente diplomacia, êstes entrechos, oportunamente aqui transcritos, a fim de despertar a consciência nacionalista dos brasileiros, em geral, à frente as autoridades constituídas, sob a Presidência do Exmo. Senhor General Médici, dirigente dos destinos da nossa Pátria:

"O Hudson Institute é uma entidade de pesquisa e planejamento de política internacional e dos problemas de segurança dos Estados Unidos. Embora caracterizado como entidade privada sem fins lucrativos, trabalha com estreita vinculação com o Govêrno daquele país, conforme se depreende do fato de que mais de 85% de seu orçamento provém de contratos com agências oficiais norte-americanas, especialmente com o Departamento de Defesa.

Não é clara a vinculação exata que a finalidade precípua do Instituto — segurança dos Estados Unidos — possa ter com a criação de um sistema de "Grandes Lagos", na América do Sul.

Que teria levado o Instituto a orientar suas preocupações, no sentido de uma política de ocupação efetiva da Região Amazônica? Várias hipóteses nos ocorrem desde logo:

1) O autor do projeto, Sr. Robert Panero — que é americano e ocupa posição de relêvo dentro da organização — tem com a América Latina, ou mais exatamente com a Colômbia, vínculos de família, capazes por si sós, de atrair sua atenção para os problemas da área.

2) O Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), por iniciativa do Sr. Carlos Sans de Santamaria, solicitou há tempos que o Instituto estudasse os problemas da América Latina;

3) O Diretor do Instituto, Sr. Herman Kahn, caracteriza-se por uma visão ampla e futurista dos problemas mundiais, suscetível de motivar-se com a grandiosidade do plano; e

4) A preocupação estratégico-militar norte-americana com um sistema regional integrado de vias de acesso ao Panamá e à costa ocidental da América do Sul, revelada inicialmente pela construção da Estrada Pan-Americana, e, mais recentemente, pela "Carretera Marginal de La Selva", poderia completar-se com a cria-

ção de hidrovias, que conduzissem ao Amazonas, e dêste à Venezuela, através do Negro e do Orenoco.

A inundação de consideráveis áreas — prossegue o substancioso Relatório de nossa diplomacia arguta e vigilante — "estimadas, com a inclusão de outros lagos menores em tributários do Amazonas, em 600.000 km² ou seja, superfície equivalente ao dôbro de grandes lagos norte-americanos — é justificada de diferentes maneiras:

1) trata-se de área que hoje já é parcial e sazonalmente inundada e, portanto, de limitado aproveitamento econômico; 95% das atividades da população ribeirinha se *consumiriam* na "luta contra o rio".

2) A inundação das terras propiciaria acesso direto às terras altas, de grande riqueza mineral e melhor aproveitamento agropastoril;

3) O aproveitamento hidrelétrico das barragens a serem construídas supriria tôda a região com energia abundante e, mesmo com aproveitamento inicialmente reduzido, bastaria para autofinanciar a obra".

Contestamos, firmemente, os falsos fundamentos invocados nos itens acima transcritos; frente ao próprio desenvolvimento regional dos agrupamentos humanos da Amazônia; face à marcha crescente de sua economia, embora todos os entraves e dificuldades que, secularmente, vem enfrentando e vencendo.

E, com êstes períodos, conclui o Relatório, aqui em pequenísima parte transcrito, mas nos pontos mais essenciais, comprovando o plano do "Hudson Institute" ou dos seus arautos no Brasil:

"Subsistem, no entanto, inconvenientes e grandes incógnitas em todo o plano de inundação da Amazônia; vários nucleos populacionais hoje existentes, Óbidos, Santarém, etc., teriam de ser transladados para as terras altas; as modificações climáticas previsíveis são significativas, mas desconhecidas em seu efeitos; o fluxo de sedimentos que o Amazonas carrega para o Atlântico seria interrompido, ou alterado, *de forma tal que o Instituto prevê a necessidade de uma substancial revisão da oceanografia do Atlântico.*

E basta mencionar ainda que, entre as incógnitas suscitadas, embora com muitas reservas, os planejadores do Instituto mencionaram até a de que o Centro de Gravidade da Terra poderia ser deslocado, dado o pêso da água a ser represada na altura do Equador (sic)".

Entretanto, quando entre as incógnitas levantadas pela aludido Hudson Institute, as acima transcritas não bastassem para

obstaculizar, definitivamente, os seus falsos anseios de desenvolvimento da Amazônia Brasileira, a tentativa maquiavélica de internacionalização da Hiléia, certamente, servirá de estentórico brado de alerta às autoridades e ao povo do Brasil; e essa internacionalização ressalta destas informações fidedignas, integradoras do aludido documento redigido por três diplomatas brasileiros:

"O caráter internacionalizante da concepção do Hudson Institute se revela, por exemplo, no fato de que o Amazonas é exclusivamente vinculado a seus tributários colombianos e peruanos, mas não é prevista a ligação que seria mais lógica e mais conveniente aos interêsses brasileiros e latino-americanos, qual seja a do Paraguai com o Guaporé, e dêste com o Madeira, para alcançar o Amazonas. Essa última linha sul-norte de hidrovias, que ligaria o Prata ao Amazonas e interessaria de perto aos países mediterrâneos, não foi ainda estudada pelo Instituto. É apenas prevista a criação de um lago entre o Guaporé e o Alto Paraguai, com o objetivo de regularizar o fluxo do Rio da Prata. Nem cogitou sequer — e isto é sintomático —, das dificuldades de navegação do Guaporé, entre Guajará-Mirim e Pôrto Velho".

O disfarce do domínio econômico ostenta facêtas diversas, de difícil comprovação; porém, quase sempre, é mais interessante para os países superdesenvolvidos, que assim seja, tudo fazendo por evitar a gritante realidade que ressaltaria da dominação política, contrária, frontalmente, à Soberania do Estado Beneficiário de Favores Econômicos.

O inesquecível Alberto Tôrres, talvez de nossos sociólogos, em sua época, o mais notável, pela clareza nas idéias, pelo patriotismo nas atitudes, sempre desassombradas, pelo conhecimento aprofundado dos problemas sócio-políticos do Brasil, elaborou êstes períodos diamantinos de sinceridade e franqueza em "A Organização Nacional", que retratam o que ainda somos, econômicamente, quer no País, em geral, quer na Amazônia em particular.

> "O Brasil carece precaver-se, em primeiro lugar, de continuar a ser colônia do capital e do trabalho estrangeiros; defender-se, depois, do exagerado desenvolvimento do comércio estrangeiro no País, principalmente no que toca à gestão de suas riquezas e de suas relações econômicas à vida e às necessidades ordinárias da população. A exploração econômica de um território convém mais, freqüentes vêzes, às nações fortes, do que a ocupação política. A exploração não é impedida pela paz, e pode, pelo contrário, achar, em seu regime, melhores bases de apoio e desenvolvimento. Ainda nesta

hipótese, temos o máximo interêsse em promover a organização do País".

E, na antevisão dos perigos que, há mais de 50 anos, já rondavam a Amazônia Brasileira, acrescenta o impávido lutador das boas causas nacionais, Alberto Tôrres:

> "O problema da Amazônia é gravíssimo, no ponto de vista social, no econômico e, possìvelmente, no político.
>
> A política econômica é o próprio fundamento da vida social, jurídica e moral de um povo. Sem valor econômico, o homem não pode ter personalidade. É sob êste aspecto que se mostra a maior fraqueza da sociedade nacional".

O LAGO DA PAZ", NA REGIÃO DO XINGU, PONTA DE LANÇA PARA A CRIAÇÃO DO GRANDE LAGO AMAZÔNICO

A Condenável Intromissão Estrangeira num dos Trechos Mais Ricos do Brasil

Que todos atentem bem para estas palavras patrióticas de Sua Excelência o Sr. General Presidente da República, dirigida aos diplomatas brasileiro, à oportunidade de sua recente formatura:

> "Cabe-nos exigir, com singeleza, mas sem hesitação, o reconhecimento e respeito às novas dimensões de nossos interêsses.
>
> Cabe-nos, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior e não deixaremos de usá-la em favor dos povos que, *como o nosso, aspiram ao progresso, à plena utilização de seus recursos*, ao *acesso às conquistas da ciência e da técnica, ao desenvolvimento pacífico, à erradicação da miséria*".

Em o "Correio Econômico" do brilhante matutino "Correio da Manhã", edição de 13/14 do mês próximo findo, há um mês precisamente, o engenheiro patrício Dr. Vinicius Valadares, cujo nome declino com a simpatia que de mim muito merece, em reportagem do jornalista e confrade José Carlos Braga, esclareceu as motivações da iniciativa que se atribuiu do projeto do "Lago da Paz", levando à conta do Govêrno a iniciativa da construção do

mencionado Lago, "que se espalhará no mapa do Brasil desde o paralelo 9, no Pará, até o paralelo 14, em Mato Grosso". Aquela reportagem, sob o título de amaciamento do sentimento nacionalista do Brasil — "Lago do Xingu está deixando de ser sonho" — assim começa:

> "O Brasil deverá iniciar a construção de um grande lago artificial, na região do Xingu, antes de 1975. Comissão oficial formada há 15 dias estudará a forma de execução do projeto, elaborado há dez anos pelo engenheiro brasileiro Vinicius Valadares. A viabilidade já foi comprovada, em 1968, através de estudos do serviço de informações do govêrno. Em três anos tudo poderá ser feito desde que 380 milhões de dólares estejam disponíveis. Cinco grandes grupos internacionais Alcoa, Billit, Parco Chemical Corporation, INCO e Republic Steel Corporation — já estão em contato com o Brasil, oferecendo recursos e garantindo a construção das barragens, usinas e tôdas as obras necessárias, desde que possa explorar as jazidas minerais da região.
>
> O projeto Lago da Paz surgiu para:
>
> 1 — Tornar navegável o rio Araguaia em 2.200 km, possibilitar a ligação entre a Bacia do Amazonas e a Bacia do Prata, ou seja de Buenos Aires a Belém do Pará. Uma hidrovia interna de aproximadamente 5.000 km.
>
> 2 — Aproveitar potencial energético integral da área, de cêrca de 7 milhões e 300 mil km².
>
> 3 — Transformação e escoamento das reservas naturais da área através do tranporte fluvial".

Homenageando o espírito de lutas patrióticas do falecido Brigadeiro Haroldo Veloso, com êste título sugestivo — "Testamento de Veloso Mobiliza a Nação", o nº 4 de "A Amazônia Brasileira em foco" — agôsto dêste ano, magnífica publicação oficial da "Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia", sob a Presidência de Honra do grande amazonólogo Prof. Arthur César Ferreira Reis, Ex-Governador do Estado do Amazonas e Presidente do Conselho Federal de Cultura, Comissão que possui à frente de seus destinos, como seu Presidente, o culto Ge-

neral Tácito Lívio Reis de Freitas, aos quais me ligam laços de firme, fraternal e longa amizade, elucida :

"A Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou a venda de terras a estrangeiros encerrou seus trabalhos e enviou relatório à Presidência da República, após três anos de investigações, entrevistas e viagens. O relatório do Brigadeiro Deputado Haroldo Veloso — recentemente falecido — coloca no seu verdadeiro nível o problema: é de tamanha gravidade que só pode ser visto em têrmos de segurança nacional. Não se trata mais de suposição nem de ponto-de-vista: *documentos provam que grupos estrangeiros já adquiriram mais de 20 milhões de hectares — uma área maior do que o Estado do Paraná — e na Bahia, por exemplo, dez por cento de território estadual foram alienados a grupos de outras nações.*

O Brigadeiro Veloso, depois de narrar tôda a gravidade do problema propõe que essas terras sejam desapropriadas imediatamente, para atender a uma exigência da segurança nacional. Seu relatório é um verdadeiro testamento em defesa da Amazônia.

A primeira medida concreta acaba de ser adotada pelo Govêrno da Bahia: o Procurador-Geral do Estado, Sr. Paulo Almeida, cumprindo determinação do Governador Luiz Viana Filho, denunciará à Justiça os criminosos nacionais e estrangeiros envolvidos nas fraudulentas operações de compra de terras e pleiteará a anulação delas, para que o Estado possa recuperar 6 milhões de hectares de áreas alienadas ilegalmente".

Adiante, alertando o nosso povo para o real perigo à Segurança Nacional, acrescenta:

PROBLEMA DE SEGURANÇA

O Brigadeiro Haroldo Veloso, um dos mais entusiastas defensores da "hiléia", identificou em seu trabalho que as compras de terras efetuadas por firmas americanas obedeceram a uma preocupação de isolar a entrada da Amazônia, bloqueando totalmente a bôca do Rio Amazonas, no Pará e no Amapá. Ao mesmo tempo, as preferências dos compradores americanos foram centralizadas nas zonas mais férteis, ao lado da Belém—Brasília e em outros pontos onde a existência de minérios já está provada".

"A impressão tida ao examinarmos a região — diz o Brigadeiro Veloso — é a de que formou um cordão de isolamento separando a Amazônia do resto do Brasil".

Pelo relato da reportagem, reproduzindo informações do engenheiro patrício, ficou constatado que o projeto do Lago da Paz surgiu para aquelas três finalidades já anteriormente enfocadas.

AMAZONAS E PRATA INTERLIGADOS HÁ MAIS DE 10 ANOS

Autodidata na matéria, mero curioso nos assuntos da espécie, sem entretanto deixar de consultar os livros de mestres e especialistas que, anos seguidos, palmilharam aquela Região, em épocas remotas, há mais de cem anos, quando ainda as estradas de rodagem estavam no compasso do facão, do machado, de outros instrumentos aplicáveis à abertura de caminhos, nos ínvios sertões brasileiros, como os da Região Xinguara, daremos, aqui, guarida ao vulto histórico e notabilíssimo do General Couto de Magalhães, a fim de contestar a necessidade da construção do aludido Lago da Paz como possibilitador da ligação entre a Bacia do Amazonas e a Bacia do Prata, restando, pois, inexpressivos os dois outros itens da justificativa de construção do famigerado Lago da Paz, no que tange ao aproveitamento de potencial energético que sem o Lago continuará integralmente aproveitável e, talvez, em melhores condições; no que respeita, por outro lado, à transformação e escoamento das imensas reservas minerais, mediante transporte fluvial, que o Govêrno da República, em boa hora, está decidido a complementar, em todos os Rios da Amazônia Brasileira, através as grandes estradas Transamazônica, Transacreana, e outras que a essas estradas tronco conduzam, dentro do rendilhado de cobertura rodoviária programada, e que se unirá aos sistemas fluvial, ferroviário e aeroviário, que surgirão, colateralmente, destarte livrando a Amazônia das implicações desnacionalizadoras, amofinadoras, do "Hudson Institute".

Várias Constituições do Brasil consagram o direito dos índios às suas terras e, a atual, implantada pelo Govêrno da Revolução, declara no seu Art. 198, §§ 1º e 2º, em caráter de amparo irrestrito aos silvícolas, com o que mais se agigantou a sua defesa; ademais, êles são sujeitos ao regime tutelar do Estado, em obediência ao Art. 6º, item III, parágrafo único do nosso Código Civil vigente.

Assim orientam o Art. 198 e seus parágrafos:

> "Art. 198 — As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos têrmos que a lei federal determinar, a êles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de tôdas as utilidades nelas existentes.
>
> § 1º — Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que te-

nham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2º — A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio".

Ora, o tão indesejável "Lago da Paz, na verdade irá alagar e acabar com as terras habitadas pelas últimas estirpes dos nossos primitivos habitantes, que fugindo à perseguição de quase cinco séculos — desde o descobrimento, com as raríssimas exceções de missionários e catequistas, de estadistas do coturno de José Bonifácio de Andrade e Silva, Patriarca da Independência e outros, de vultos marcantes de patriotismo e abnegação como o Marechal Rondon, o General Couto de Magalhães, dentre os mais notáveis —, se recolheram e reagruparam nos riquíssimos sertões do Brasil Central, da Zona do Xingu e em outros trechos limítrofes, localizados no coração do País.

Contra êste esbulho, contra esta invasão preparada, contra esta inconstitucionalidade gritante, ouso erguer o meu brado de alerta, dirigido às consciências bem formadas dos cidadãos de tôdas as classes sociais, a começar pela dos nossos dirigentes.

No tributo da mais meridiana justiça, com efeito, caberá ser declarado que Sua Exa. o Sr. General Presidente Médici, na sua viagem à Amazônia Brasileira, entre outros atos positivos em defesa da nacionalidade e da região assinou Mensagem dirigida ao Congresso Nacional, estabelecendo, de futuro, o denominado "Estatuto do Índio", com o que resgatará velha dívida de todos nós com os oprimidos e perseguidos silvícolas.

Ouçamos o inesquecível sertanista, homem público, competente conhecedor dos problemas do Brasil Central, defensor dos índios, General Couto de Magalhães, através as páginas de "O Selvagem":

A REGIÃO DOS SELVAGENS

"Sem falar da margem esquerda do Amazonas, nem da imensa bacia percorrida pelo Paraná e seus afluentes, a grande região ocupada hoje pelos selvagens é o "plateau" ou "araxá" central do Brasil, especialmente a parte compreendida entre as terras altas que dividem as Bacias do Prata da do Amazonas ao Sul, o Araguaia a leste, o Amazonas ao norte e o Madeira ao poente.

Nessa região, por assim dizer Virgem, (naquela época, há mais de século), existe uma população indígena que alguns avaliam em dois milhões de habitantes, que outros pretendem que não excede

a quatrocentos mil, mas que em todo o caso é considerável. Essa região, que só por si daria um reino maior do que a França, é quase inteiramente desconhecida dos brasileiros e dos homens civilizados. A buzina do selvagem, os seus cantos de amor e gritos de guerra são quase os únicos sons que por ora têm repercutido os ecos dêsse vasto País. Se o leitor tiver paciência para acompanhar-me, ficará formando um juízo de como se transpõe êsse reino dos selvagens, que tenho viajado mais de uma vez, correndo grandes perigos, devendo a vida a meu revólver ou a meus braços, mas onde tantas vêzes senti o inefável gôzo de me ver a sós com Deus e a natureza.

Uma das mais curiosas viagens geográficas que se podem fazer pelo interior do Brasil, ou, melhor direi, pelo interior da América do Sul, será aquela em que, penetrando pelo golfão do Prata, se vá sair na foz do Amazonas, ou vice-versa.

Uma viagem dessas, há alguns anos, seria reputada temerária, alguma coisa de semelhante às viagens de Levingstone para descobrir as fontes do Nilo.

Hoje, porém, se é ainda trabalhosa e arriscada, deixou de ser temerária, ao menos em certas direções.

Tenho-a empreendido diversas vêzes: na primeira, segui ao Norte de Minas até Diamantina, atravessei os Vales dos Rios Jequitinhonha, das Velhas, Paraopeba, São Francisco, Parnaíba, Corumbá; *dobrei o divisor das águas no lugar denominado Bom Jardim*, atravessei as cabeceiras do Tocantins e, descendo pelos Rios Vermelho, Araguaia e Tocantins, cheguei ao Pará em 1864". Isto, e mais os relatos seguintes, se passou há mais de um século, dizemos.

"Outra vez subi do Pará pelo Araguaia e Tocantins, segui pelo divisor das águas em rumo de Leste a Oeste até o Cuiabá, desci por êsse Rio, pelos de São Lourenço, Paraguai, Paraná, Rio da Prata até Montevidéu. Tenho feito outras viagens, entrando por São Paulo e Minas, e representam elas, entre idas e vindas, a soma de 4.500 léguas viajadas pelo interior e tôdas tocando na região de que acima falei. Nessas viagens tenho adquirido alguns conhecimentos geográficos e topográficos que me não parecem destituídos de interêsse, sobretudo no que respeita à região do divisor das águas, *cuja estrada* (reparem bem — já existia), *sendo de recente data, ainda não deu passagem a nenhum geógrafo que descrevesse êsse imenso País, que, na latitude sul de* 15° e 16°, *divide as duas maiores bacias fluviais do mundo.*

DIVERSOS ROTEIROS

Comecemos por dar uma notícia dos diversos roteiros que seguiram nossos maiores *para penetrar de uma Bacia na outra, to-*

mando em consideração sòmente aquêles que podem servir à navegação a vapor. Subindo de Montevidéu pelos Rios da Prata, Paraná e Paraguai, quem quiser ir ao Amazonas tem cinco grandes roteiros a seguir, cada qual mais curioso:

1) Seguir pelo Rio da Prata, Paraná e Paraguai acima até a foz do Jaurú, subir êste até ao antigo Registro, ponto onde termina a sua navegação, tomar a estrada por terra que com vinte léguas ultrapassa o divisor das águas, embarcar de nôvo no Guaporé, abaixo da ponte na estrada que vai de Vila-Boa de Mato Grosso para Casalvasco e Departamento Boliviano de Santa Cruz de La Sierra, e descer o Guaporé até sua junção com o Amazonas.

Hoje êsse caminho fluvial é obstruído por setenta léguas de rápidos e cachoeiras que medeiam entre a última de cima, denominada Guajará-Mirim, e a última de baixo, conhecida sob o nome de Santo Antônio.

Dentro em pouco, porém, a locomotiva, seguindo pela corda de arco descrito pelo Madeira, transporá a região das cachoeiras, fazendo-se a vapor o caminho terrestre, que fica reduzido a 50 léguas, ligando perpètuamente os interêsses daquela República aos nossos, e garantindo-se a paz que nossos vizinhos não quererão mais perturbar.

Nesses sertões encontram-se dois grandes vestígios da atividade de nossos maiores: um é a fortaleza de Coimbra, na fronteira da costa do Rio Paraguai com a Bolívia, pouco acima da Baía Negra; a artilharia dêsse forte, que não podia subir pelo Rio da Prata, porque o govêrno espanhol não consentiria, veio pelo Madeira, foi varada por terra do Guaporé para o Jarú, e daí desceu até ao forte. Conheci ainda, já muito avançado em anos, um pilôto que serviu nos barcos que a transportaram, sendo então de 15 anos de idade; êsse homem, chamado João Antônio, residente no meio do sertão de Cuiabá, no lugar denominado Sangrador Gande, narrou-me mais de uma vez as peripécias dessas viagens, em que gastaram um ano lutando com os índios, com as cachoeiras, com a terrível peste denominada máculo e quase sempre com a fome. O outro vestígio da atividade de nossos maiores nesses sertões é o gigantesco forte do Príncipe da Beira, situado na margem direita do Madeira, defronte à missão jesuíta espanhola de Moxos.

Calculo que as distâncias a percorrer, segundo êste roteiro, sejam de mil quatrocentas e cinqüenta léguas, a saber: setecentas e trinta de Montevidéu ao Registro do Jaurú; vinte por terra, do Registro à ponte do Guaporé, ali o divisor das águas; setecentas da ponte do Guaporé à foz do Madeira.

As viagens que de Mato Grosso se faziam para o Amazonas estão hoje totalmente abandonadas, devido à maior facilidade que

se encontra em outras comunicações, suprindo-se os habitantes de Vila Bela, dos gêneros de que necessitam, em Cuiabá.

2) O segundo roteiro seria deixar o Paraguai à esquerda, subir o São Lourenço e Cuiabá, até à cidade dêste nome, seguir trinta léguas por terra até à vila do Diamantino, ponto êsse em que se dobra o divisor das águas, com oito léguas, ir ao pôrto no Rio Negro que serve a essa vila, e por êle abaixo, Juruema e Tapajós, ir à cidade de Santarém no Amazonas, junto à foz do mesmo Tapajós, naquele rio. Durante a guerra do Paraguai, esta navegação tomou algum incremento, e ainda hoje é utilizada, especialmente para suprir-se a população de Cuiabá com guaraná, gênero de que fazem um grande comércio na província, e que só o podem haver dos índios Maués, que o fabricam. Estimo a distância a percorrer por êste roteiro em mil cento e vinte e oito léguas, a saber: setecentas de Montevidéu à Cuiabá, trinta de Cuiabá ao Diamantino, oito do Diamantino ao Pôrto do Rio Negro e quatrocentas por terra, Juruema e Tapajós até Santarém. Como é sabido, o Arinos, como o Madeira e em geral todos os grandes confluentes do Amazonas que descem do "plateau" de Mato Grosso e Goiás, vence uma zona encachoeirada de cêrca de setenta léguas. A mais famosa das cachoeiras do Arinos é o Salto Augusto, para transpor o qual é necessário varar as canoas por terra. Do Pôrto do Rio Negro a Itaituba, os viajantes de Cuiabá gastam de dezoito a vinte dias na descida, e três a cinco meses na subida, sendo auxiliados nas cachoeiras pelos índios Apiacás, tribo pertencente à família tupi, de excelente índole e amiga do trabalho, que fornece aos viajantes boa parte do mantimento que usam na viagem, ajustando-se como pescadores e caçadores.

3) O terceiro roteiro, que foi apenas explorado pelos antigos e que se não pode bem compreender olhando para os nossos mapas, porque o curso do rio que serve de intermediário entre as duas bacias (Rio Manso) está errado, visto que o fazem confluente do Cuiabá, quando êle pertence ao oposto sistema do Amazonas, fato êste que verifiquei por mim mesmo, como direi adiante, o terceiro roteiro consistiria em tomar por ponto de partida o mesmo Cuiabá, seguir vinte léguas a este até o Rio Manso, que não é outro senão o mesmo que entra no Araguaia com o nome de Rio das Mortes, descer por êle abaixo até ao Araguaia, e por êste e pelo Tocantins ir ao Pará; a distância de Montevidéu ao Amazonas, por êste roteiro, eu a calculo em mil duzentas e setenta léguas, a saber: setecentas a Cuiabá, vinte por terra ao Rio Manso, dobrando ali o divisor das águas, duzentas do Rio Manso ou das Mortes, que é a mesma coisa, e trezentas e cinqüenta do Araguaia e Tocantins até ao Pará.

Afirmando eu que os mapas estão errados quando dão o Rio Manso como confluente do Cuiabá, e que êle pertence ao oposto sistema do Amazonas, e que não é outro senão o Rio das Mortes, é justo que dê os motivos de minha afirmação. Não se trata de um rio secundário, senão de um que pode figurar entre os grandes do mundo, pelo crescido volume de suas águas e extensão de seu curso, que excede de novecentas milhas. Acresce que é dos confluentes do Amazonas o que vem mais ao sul, porque suas fontes, que se confundem com as do Cuiabá-Mirim, ficam com diferença de minutos na mesma latitude que o Cuiabá, onde já as águas do Prata são navegáveis e navegadas a vapor. Quando explorei a nova estrada do Cuiabá para o Araguaia, a que vem pelo alto do divisor, entrei, a trinta léguas de Cuiabá, pelo sertão a dentro em rumo de norte, e a cinco léguas de distância encontrei o Rio Manso, correndo já no rumo de Oeste a Leste. Mandei explorá-lo do Sangrador Grande, cinqüenta léguas a Oeste de Cuiabá, e o sargento que dirigiu a expedição encontrou o rio já profundo e volumoso tanto ou mais que o Cuiabá, acêrca de sete léguas ao norte do destacamento, correndo o precipitado rumo Oeste a Leste. Em Cuiabá comuniquei estas observações ao Sr. Barão de Melgaço, a quem tanto deve a geografia daquelas regiões, e êle me disse que havia visto na Secretaria do Govêrno um ofício do mestre de campo José Paes Falcão das Neves, em que dava conta aos membros do govêrno da sucessão, em Cuiabá, de uma exploração mandada fazer no Rio Manso em fins do século passado ou princípios dêste, pelo capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, a fim de reconhecer se êste era o mesmo rio que no Arraial dos Araés corria com o nome de Rio das Mortes. Êsse ofício vem acompanhado de um mapa, e por êle se verifica o que eu acabo de afirmar. Mandei copiá-lo, não só para prova desta asserção, como porque contém uma descrição detalhada da navegação dêsse rio, hoje completamente desabitado e quase esquecido. É nas suas margens que estava colocada a povoação dos Araés, ali fundada por motivo da narração feita pelo capitão Bartolomeu Bueno (Anhaguera) de que os índios dali, os Colomis e Cunhatains, como êle diz, meninos e meninas, traziam ao pescoço palhetas de ouro como ornato. É tradição que os povoadores do lugar, depois de haverem trabalhado com pequeno resultado durante anos, descobriram afinal as minas, dando em um caldeirão de ouro, que lhes desenvolveu de tal jeito a ambição, que se mataram uns aos outros, fugindo o resto, e fazendo-se aos sertões, por mêdo do castigo que os perseguiria. Esta tradição tem levado àqueles ermos alguns exploradores audazes, e ainda o ano passado por lá andou um que, como os outros, não foi bem sucedido, não tendo podido trabalhar por falta de mantimentos e recursos.

Junto a cópia de um ofício que dá notícia da mineração de ouro nos Araés antes das descobertas das minas de que acima falei, extraída também da Secretaria de Mato Grosso.

4) O quarto roteiro que se pode seguir da Bacia do Prata para a do Amazonas estava perdido e rodeado de maiores obscuridades ainda do que o terceiro, porque o rio que serve de intermediário entre as duas bacias é totalmente desconhecido, nem mesmo vem figurado nos mapas; pelo contrário, na carta geral do Império, vem desenhada uma serra justamente na região que êle percorre, na qual, aliás, não existe serra alguma. Já dei ao Sr. Ernesto Valée, encarregado da nova carta geral do Império, tanto quanto eu o podia fazer, os dados necessários para traçá-lo, e a nova carta trará essa importante correção.

Eis como me nasceram conjecturas relativas a êste roteiro. Na província do Pará encontrei, entre diversos pilotos velhos do Tocantins, a tradição de que os padres jesuítas dali se comunicavam com os do Paraguai por um caminho fluvial, interrompido apenas por quinze léguas de travessia por terra; esta tradição que encontrei em Baião e da qual me falaram também em Juquirapua, nos Patos, etc., era constante, uniforme; a passagem dos jesuítas no Tocantins e Araguaia é sabida por diversos documentos antigos, entre outros pelas cartas do Padre Antônio Vieira, e por nomes de lugares que provàvelmente seriam postos por êles, entre outros: um dos temerosos canais da cachoeira das Guarinas é conhecido até hoje com o nome de canal "Vitam eternam", isto é, caminho para o outro mundo; canal do Inferno, no qual naufraguei em 1866, e que tem êsse nome, porque até então os que ali tinham entrado, de lá não saíram. Em reiteradas viagens pelo divisor das águas, nunca pude compreender qual ou quais seriam os rios que aquêles enérgicos padres tinham seguido, subindo o Tocantins e o Araguaia, para se passarem, só com quinze léguas de travessia de terra, à bacia do Rio da Prata; que as águas de uma e outra bacia se entrelaçam e às vêzes se confundem, era fato averiguado; que, porém, as navegações de uma e outra bacia se avizinhem tanto nessa altura, eis o que se não podia compreender, porque os únicos rios traçados nas Cartas, o Cahiapó Grande e o Barreiro, não chegam navegáveis à distância inferior de quarenta léguas dos seus correspondentes Taquary e Pequery, na bacia do Rio da Prata; entendi, portanto, que a tradição era exagerada, e nessa crença fiquei até o dia 5 de junho de 1871. Nesse dia, vindo eu de viagem pelo divisor das águas do Araguaia para Cuiabá, no meio de campos cerrados que existem entre o ribeirão da Ponte Grande e o córrego dos Dois Irmãos, nossos cães de caça levantaram uma onça, em cujo encalço seguimos, e que só pudemos matar depois de considerável marcha e já muito

tarde; além de grande fadiga, porque fizemos a pé a travessia de uma mata, éramos torturados pela necessidade de água, o que nos obrigou a seguir pelo leito de um córrego sêco. Assim, chegamos inesperadamente à margem de um grandioso rio, quando esperávamos apenas encontrar um regato. Dois dias depois, encontrei-me com um sertanejo audaz, que tem explorado parte dêstes sertões, o Capitão Antônio Gomes Pinheiro, em cuja companhia fiz diversas explorações até à latitude e à longitude da montanha denominada Paredão, que corresponde, na Bacia do Prata, à altura do leito do Itiquira. Rasgou-se-me então a venda dos olhos e compreendi tão claramente o roteiro dos jesuítas, como se houvera sido companheiro de viagem dêsses audazes exploradores. À vista dêstes fatos, o roteiro dos jesuítas do Paraguai, para se comunicarem com os do Pará, era o seguinte: Subiam o Paraguai acima até à foz de São Lourenço; por êste acima até à foz do Itiquira, por êste à serra; saíam por terra e, com marcha de quinze léguas, ganhavam as águas do Amazonas, por intermédio do rio de que há pouco falei, ao qual, segundo a tradição antiga, conservou o nome de Rio das Garças; por êle abaixo até ao Araguaia, e por êste ao Tocantins e ao Pará.

Estimo as distâncias a percorrer por êste roteiro dos jesuítas entre Montevidéu e Pará em mil e duzentos e vinte e cinco léguas, a saber: seiscentas e quarenta até à foz do Cuiabá no São Lourenço; sessenta pelo São Lourenço, Pequiry, Itiquira até à serra ou o divisor; quinze de viagem por terra, dobrando o divisor entre o Itiquira e o Rio das Garças; cinqüenta ao Araguaia, e quatrocentas e sessenta ao Pará, pelo Araguaia e Tocantins.

5) O quinto roteiro seria subir, como no terceiro, os rios da Prata, Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá, até a cidade dêste nome; seguir por terra a Leste por cima do divisor das águas até ao Araguaia, e por êstes e o Tocantins chegar ao Pará. Dos roteiros que ficam descritos, é êste o que está hoje mais seguido, devido à navegação a vapor do Araguaia, única que possuimos na América do Sul em cima do grande *plateau* central, donde defluem as águas do Prata para o sul e as do Amazonas para o norte. Estimo as distâncias a percorrer por êste traçado, que eu mesmo tenho percorrido mais de uma vez, em mil duzentas e trinta e sete léguas entre Montevidéu e o Pará".

Reflitamos, maduramente, nestas passagens de real patriotismo e de inconfundível análise serena dos problemas que deveremos enfrentar, pertencentes ao discurso do Exmo. Senhor Presidente da República, General Garrastazu Médici, na cerimônia de formatura de nova turma do Instiuto Rio Branco, no Palácio do Itamarati:

"O nosso País se recusa a crer que a história se desenrole necessàriamente em benefício de uns e em prejuízo de outros; não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis, e reafirma o direito de forjar, dentro das fronteiras, o seu próprio destino e de escolher, fora delas, as suas alianças e os seus rumos.

Não admitimos que a grande revolução científica e tecnológica de nosso tempo se faça — como ocorreu, no século XIX, com a revolução industrial — em benefício quase exclusivo dos países mais desenvolvidos. Repelimos qualquer tentativa, seja qual fôr o pretexto invocado, de restauração da tese de zonas de influência ou de imposição da vontade política de um país, ou grupo de países, a outros. A Nação Brasileira, por tôdas as suas fôrças vivas, está empenhada na tarefa de dar o grande salto tecnológico, sem o qual não será possível acelerar o ritmo de seu desenvolvimento. Por essa razão, o Brasil quer ter mãos livres em todos os setores da pesquisa científica e da aplicação pacífica nas novas e ilimitadas fontes de energia. E se recusa a comprometer o seu futuro obrigando-se, por esquemas internacionais, em que lhe são negados direitos e prerrogativas, que se pretende constituam privilégio de alguns.

Imperativos da Segurança Nacional e a determinação inabalável de salvaguardar nossos recursos naturais impuseram que se fixasse o limite do Mar Territorial Brasileiro em duzentas milhas. Com êsse ato de soberania se fortalece a crescente tendência dos países latino-americanos no sentido de impor disciplina jurídica uniforme, em matéria de capital importância, para o desenvolvimento comum".

Ao fêcho de quanto perquirimos, comentamos, deduzimos e explanamos, olhos postos na soberania do Brasil, no desenvolvimento do seu povo e no desdobramento de nossa civilização, sem nenhuma má-vontade com outros povos, cumprimos o dever de acatamento e de solidariedade respeitosa ao apêlo do Exmo. Senhor Presidente Médici, feito em junho último, no Nordeste, preconizando o insubstituível valor da verdade:

"Exijo que se diga e que se mostre sempre a verdade, por mais que ela nos doa".

SÔBRE A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Irene Garrido Filha *

A ocupação da Amazônia é uma urgente necessidade que se impõe aos brasileiros, pois a "cobiça internacional" por ela aumenta progressivamente, com o conhecimento, cada vez maior, da potencialidade de seus recursos minerais e florestais.

Para isso, o Norte precisa ligar-se às outras áreas brasileiras, quebrando-se, assim, o isolamento em que vive a maior parte da região, e que começou a diminuir com a abertura da Belém—Brasília e da Brasília—Acre.

É importante o entrosamento das duas medidas: ligação com as demais áreas do Brasil e ocupação, baseada numa atividade econômica que beneficie a região e o país; tendo em mira a integração nacional.

Recentemente, o govêrno brasileiro tomou várias medidas atinentes à Amazônia. De início, criou o Programa de Integração Nacional (16 de junho de 1970), visando entre outras medidas, à construção de duas estradas; a Transamazônica e a Santarém—Cuiabá, com a reserva de 10 km de cada lado, para fins de reforma agrária. Isto representa 3.600 km de extensão de rodovias e 72.000 km² de área destinada à ocupação da terra.

Em seguida, nova legislação, de 31 de março de 1971, incorpora ao domínio da União as terras devolutas localizadas numa faixa de 100 km de cada lado de imensa rêde de estradas construídas, planejadas e projetadas na Amazônia, e consideradas "indispensáveis à segurnça e ao desenvolvimento nacionais". As estradas citadas no decreto perfazem um total de 17.653 km de extensão, abrangendo uma área de 3.527.000 km², quase a metade da superfície de nosso País.

Além disso, outro decreto, da mesma data, determinou a desapropriação de 64.516 km², para fins de colonização, de uma área

---

* Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia (da Fundação IBGE). Autora de diversos trabalhos em sua especialidade. Professôra. Estagiária na França (1962/64).

de forma poligonal, tendo em um dos vértices a cidade de Altamira, às margens do Xingu, no Estado do Pará. (ver mapa)

Estas medidas governamentais devem ser analisadas em seus aspectos positivos e negativos.

Está fora de dúvidas que a abertura de estradas na Amazônia provocou o povoamento, incentivou o desenvolvimento agropecuário, além de ser responsável pela decadência do sistema do aviamento. Isto ocorreu com a abertura da Belém—Brasília e se repetiu com a Brasília—Acre. É bom ressaltar, no entanto, que as duas citadas rodovias têm traçado longitudinal, unindo ao Sudeste desenvolvido importantes núcleos urbanos da Amazônia, como Belém, Pôrto Velho e Rio Branco. Com base nessa experiência é que se pode prever pleno êxito para a Santarém—Cuiabá.

Santarém, situada na confluência do Tapajós com o Amazonas, é, no Médio Vale do Amazonas, a cidade mais importante depois de Manaus; e comanda a vida econômica de vasta área em dinamismo. Na região onde se localiza, vem-se desenvolvendo intensamente, desde a década de 60, a cultura da juta, nas várzeas, e a criação de gado num sistema de transumância. Nas águas baixas, estando as várzeas enriquecidas pelo húmus depositado durante a enchente, o pasto subespontâneo brota viçoso e o gado aí engorda; durante a cheia, mudam-se caboclos e gado para a terra — firme, onde ficam a salvo da inundação. Além disso, nos primeiros quilômetros da Santarém—Cuiabá, abertos há já bastante tempo, localizam-se colonos nordestinos, sobretudo cearenses, que transformaram esta área de terra firme numa das mais densamente ocupadas da Amazônia.

Na extremidade meridional da Santarém—Cuiabá, nos municípios do norte de Mato Grosso, vem ocorrendo uma ocupação baseada na pecuária de corte, cuja finalidade é o abastecimento de carne do Sudeste. Geralmente são fazendeiros desta região que aproveitam os incentivos fiscais para expandir suas atividades.

Na extremidade sul da estrada o povoamento não será tão denso quanto na porção norte, porque a pecuária extensiva não emprega muita mão-de-obra. Porém a ocupação desta parte da Amazônia, ao longo dos 1.500 km da Santarém—Cuiabá, será possível, como o foi para as duas anteriores rodovias de ligação com o Sudeste.

Com relação à Transamazônica, o aspecto não é o mesmo. Ela unirá duas regiões subdesenvolvidas. Na extremidade leste está Picos, já ligada, por estrada, a Recife e João Pessoa; no outro extremo, Humaitá, já conectada com a Brasília—Acre, porém sede de município extrativista decadente.

Pretende o govêrno, com isso, povoar o mundo amazônico quase vazio com o excedente populacional de um Nordeste em crise crônica de uma estrutura agrária arcaica, acentuada pelos problemas advindos da sêca. A ineficácia dessas medidas de política agrária já foram analisadas por Orlando Valverde no número anterior desta publicação.

A questão relativa à Transamazônica é encontrar, no seu percurso, razões para sua abertura. Sôbre isto se manifestou o governador da Paraíba, João Agripino: "... ligar o Nordeste ao interior da Amazônia é interligar regiões empobrecidas, sem a menor possibilidade de tráfego, se não surgirem no curso da estrada fontes de produção" (Citado por F. Moraes e outros — "Transamazônica", pág. 57).

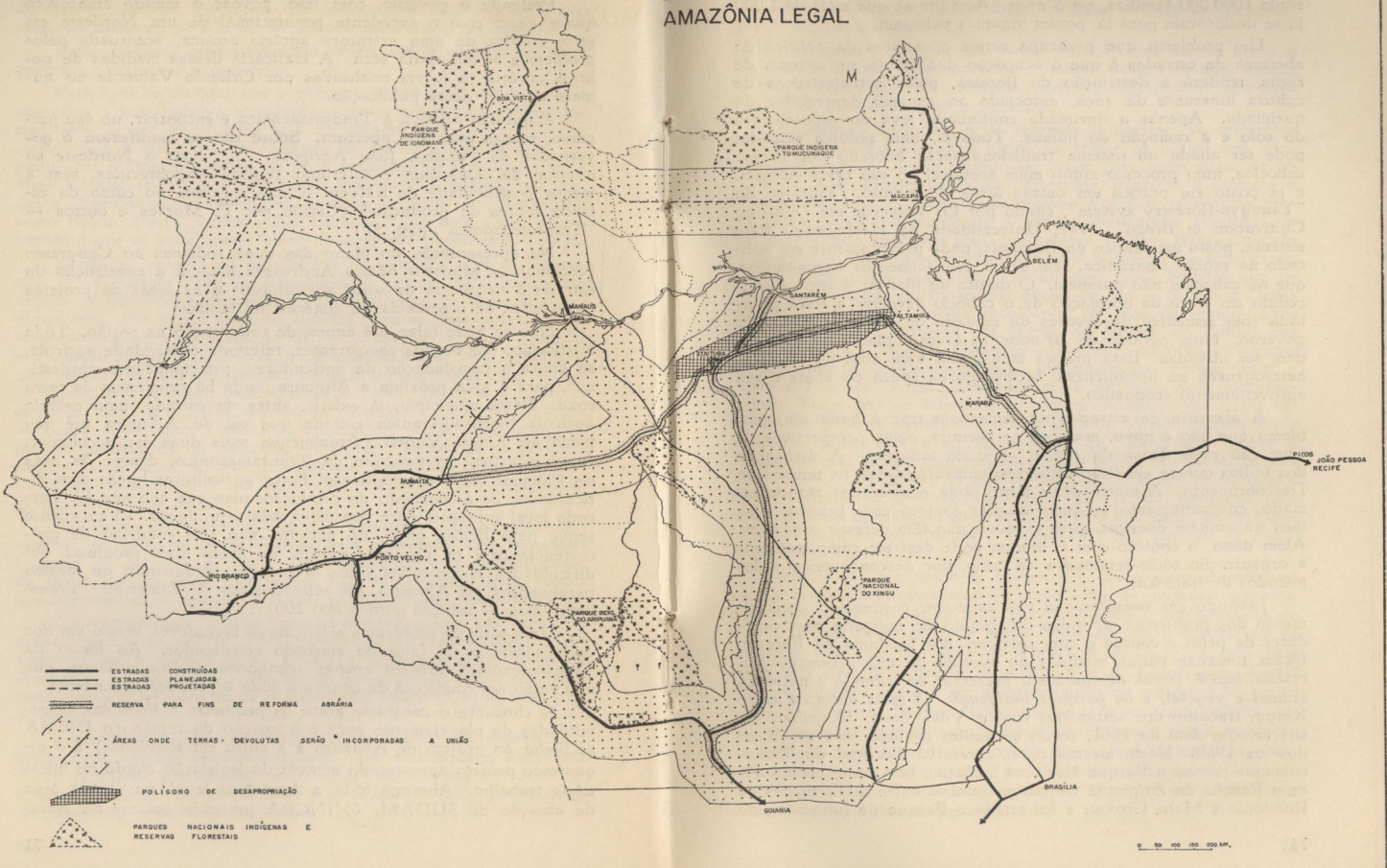
Na apresentação do plano das duas rodovias ao Congresso Nacional, o Ministro Mário Andreazza associa a construção da estrada à existência de solos agricultáveis e às áreas de projetos de estudos de ocorrência de minérios na região.

Não se pode falar, até agora, de colonização na região. Tôda a atuação, dos órgãos competentes, referente à atividade agrícola, se limita à transladação de agricultores, principalmente nordestinos, para a área próxima a Altamira, onde há ocorrência de terra roxa. Neste município, já existia, antes da estrada, uma colônia agrícola localizada numa estrada que vai de Altamira até seu pôrto no Xingu, Vitória. Atualmente, mais duas áreas coloniais foram abertas, no percurso da Transamazônica, dentro da área do Polígono de Desapropriação. Êstes agricultores lutam com dificuldades de escoamento da produção, uma vez que não há mercado local suficiente para consumir tôda a produção. O excedente segue para Belém, onde, no entanto, não tem condição de concorrência com os produtos vindos de áreas mais próximas. As dificuldades encontradas pelos lavradores nordestinos, ou mesmo paranaenses, em Altamira, são relatados por A. Tamer em "Transamazônica — solução para o ano 2001".

Uma série de problemas alcançam os lavradores, sendo um dos mais sérios o da falta de mercado consumidor. Ao longo da Transamazônica existem apenas acanhados núcleos urbanos, que não estão em condições de consumir tôda a produção excedente.

É chocante o contraste entre as pequenas e limitadas possibilidades de planejamento para a ocupação da região (o INCRA se limita ao projeto de Altamira e a outro em Rondônia) e o gigantesco projeto apresentado através da legislação citada no início dêste trabalho. Abrange tôda a Amazônia legal, ou seja a área de atuação da SUDAM. O INCRA pretende colocar na Ama-

POLÍTICA DE OCUPAÇÃO
AMAZÔNIA LEGAL



zônia 1000.000 famílias, em 5 anos. Acredita-se que mais de 1.000 já se deslocaram para lá, porém algumas voltaram.

Um problema que preocupa certos opositores da política de abertura de estradas é que a ocupação das terras, no sistema de roças, tenderá à destruição da floresta, pelas características de cultura itinerante da roça, associada ao aspecto depredador da queimada. Apenas a queimada continuada leva ao esgotamento do solo e à remoção do húmus. Todavia, uma política florestal pode ser aliada ao sistema tradicionalmente adotado por nossos caboclos, num processo muito mais acessível ao seu nível cultural, e já pôsto em prática em outras áreas do mundo. Trata-se do "Taungya-florestry system", citado por O. Valverde em "Shifting Cultivation in Brazil", 1971, Universidade de Heidelberg. Êste sistema, pôsto em prática na Birmânia, pode perfeitamente ser aplicado na região amazônica, sem exigir conhecimentos agronômicos, que os caboclos não possuem. O direito de plantar a roça é concedido em troca da obrigação de o caboclo devolver a terra plantada com sementes de árvores de madeira de lei fornecidas pelo govêrno. Num período de 20 anos, as árvores plantadas não podem ser abatidas. Esta prática transforma uma área de florestas heterogêneas em homogêneas, facilitando na época do abate o seu aproveitamento econômico.

A abertura de estradas na Amazônia traz à baila um problema que não é nôvo, mas que se acentua, pelas perspectivas de ocupação mais densa da região — o do indígena. A dizimação dos índios tem-se verificado progressivamente, desde os tempos do Descobrimento. A morte dêles tanto pode ocorrer por ataque armado, envenenamento ou pelo simples contato com brancos, que lhes transmitem doenças, para as quais não têm defesas orgânicas. Além disso, o contato com o branco pode destruir completamente a organização sócio-econômica da tribo, por desconhecimento dos métodos de tratá-los.

Levando em consideração tais aspectos, e tomando conhecimento dos problemas advindos do contato do indígena com caçadores de peles e couros e com coletores dos produtos da floresta, foram tomadas várias medidas no sentido de criar *reservas florestais,* isto é, terras destinadas a preservar as tribos e a natureza animal e vegetal, e os *parques indígenas.* O mais antigo é o do Xingu, trabalho dos sertanistas irmãos Vilas Boas. O decreto de sua criação data de 1961, tendo os limites da área sido modificados em 1968. Nesta mesma data, a reserva florestal do Tumucumaque passou a Parque Nacional indígena, bem como constituiu-se o Parque do Aripuanã da antiga reserva entre o Território de Rondônia e Mato Grosso; e foi criado o Parque de Ionomani, no

Território de Roraima. Além disso, existem 8 reservas florestais, datadas de 1961, e mais 5, de 1968.

O indígena é alvo de tão pouca atenção que até as áreas a êles destinadas são desrespeitadas e muitas delas têm seus limites de difícil delimitação. Há, também, reservas superpostas. É o caso de Parima, Pedras Negras e outras.

Os parques nacionais e as reservas indígenas, se realmente respeitadas, seriam os únicos meios de tratar os índios com dignidade e respeito, demonstrando-se, assim, um justo grau de civilização. Os parques nacionais preservam, também, a fauna e a flora existentes em determinada região. Foi êsse o sentido profundamente humano que levou à criação do Parque Nacional do Xingu, segundo explicam seus fundadores (Villas Boas, Orlando e Cláudio — "Xingu — os índios e seus mitos"). As funções do parque ultrapassam sua área. Contou-nos Noel Nuttels que os Indígenas de áreas próximas têm noção de que o parque é "terra de índio", para onde podem recolher-se em caso de perigo. Pois bem, é justamente através das terras do parque do Xingu que passa a rodovia BR-080 (Manaus—Brasília), na qual motoristas de caminhão e outros forasteiros, inocentemente, podem levar a morte aos índios. Além daqueles que os matarão, nada inocentemente. Tudo isto no interêsse de alguns latifundiários, cujas fazendas de gado se beneficiam com a estrada. Êsses homens ainda declaram, brincando, à edição especial de "Realidade" sôbre a Amazônia, que sabem lidar melhor com os índios que os sertanistas Vilas Boas. Um dêles, na citada publicação, ainda se vangloria de ter influído na mudança do trajeto da estrada, para que passasse no meio do parque, encurtando de 200 km, sugestão esta que foi acatada pelas autoridades ("Realidade". Ed. especial da Amazônia, pág. 132).

Retornando à questão de objetivos a serem concretizados no percurso da Transamazônica, a exploração de recursos minerais é perfeitamente válida, se feita por brasileiros e em benefício do Brasil. Pode, numa primeira etapa, visar apenas à exportação de minérios, mas esta não deve ser a meta a ser atingida, nem pela Amazônia, nem pelo Brasil. A substituição da exportação de café pela de minérios, meta a ser atingida conforme salientou há pouco tempo o Ministro Delfim Neto, não poderá ser uma política nacional de caráter permanente. A única vantagem é que a produção de minérios não depende das condições meteorológicas. Os minérios, porém, têm, tanto quanto o café, baixa cotação no mercado mundial, e estão na dependência sempre, dos grandes trustes, que ditam os preços das matérias-primas.

O desenvolvimento da Amazônia só poderá ser alcançado com a sua industrialização. Tôdas as nações exportadoras de matérias-primas são nações pobres e dependentes de seus compradores.

É interessante observar que, salvo exceções honrosas, a maioria dos opositores da construção da Transamazônica só vêm de mal na sua abertura a questão da ocupação agrícola de suas terras "sem bases científicas". Como se alguma ocupação de qualquer parte do território brasileiro, mesmo nos tempos atuais, tenha sido feita por pioneiros "cientistas" e "técnicos"... Daí se conclui que interessa, a êsses opositores, a Amazônia vazia. No entanto, a exploração mineral é sempre considerada por êles viável e muito boa para a região.

Quando se fala no perigo da exploração estrangeira de nossos minérios, com a abertura da Transamazônica, não se pensa na estrada para transporte da matéria-prima mineral, como alguns, irônicamente, procuram insinuar, porque se sabe que a rodovia não é adequada para o transporte de material pesado. Não se pode, no entanto, esquecer que a estrada foi construída, de maneira inteligente, fazendo a conexão entre o transporte rodoviário e o fluvial, pois passa em tôdas as cidades limites de navegação dos principais rios da margem direita do Amazonas.

Com relação ao conjunto da Amazônia, o mais alarmante é a relação entre os grandes projetos de exploração mineral e os grandes capitais mundiais. Assim, o ferro da Serra dos Carajás será explorado pela associação entre a Companhia Vale do Rio Doce (51% das ações) e a United States Steel (49% das ações). Esta última é o maior truste internacional de aço, tendo inclusive poder para determinar o preço do produto no mercado mundial.

No vale do Rio Trombetas, onde se localizam importantes jazidas de bauxita, 3 companhias estrangeiras já as exploram: uma é a ALCOA, a maior emprêsa mundial no ramo; outra é a ALCAN, também grande emprêsa; a terceira é um grupo muito conhecido desde a época da Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre a venda de terras a estrangeiros — A National Bolk Carriers. Conforme se verifica, êles sabiam muito bem o que estavam comprando...

Por outro lado, a Georgia Pacific, no município de Portel e Hans Brynzeel, no Amapá e em Marajó, fazem exploração madeireira, em grandes propriedades, também objeto de denúncias pela CPI de vendas de terras, numa área que possui inventário florestal realizado pela FAO, o qual não é encontrado em nossas bibliotecas especializadas. Êstes projetos de exploração madeireira gozam, ainda, dos benefícios dos incentivos fiscais.

Se a exploração dos minérios existentes na área servida pela Transamazônica cair nas mãos de estrangeiros, e a economia voltar-se, conseqüentemente, para o exterior, a Amazônia tenderá a cada vez mais se distanciar do Brasil, e a abertura da estrada, com a finalidade de integração nacional, se desvanecerá. Esta, evidentemente, não é a vontade, nem êste é o interêsse do povo brasileiro.

A RODOVIA BELÉM—BRASÍLIA E OS FAZEDORES DE DESERTOS

E A TRANSAMAZÔNICA? E AS OUTRAS?...

Ruben Descartes de Garcia Paula *

Saudamos com o melhor do nosso entusiasmo cívico, primeiro o projeto, depois a criação de Brasília e a mudança da Capital da República. Obra que, por suas múltiplas e relevantes conseqüências, bastaria para consagrar o govêrno do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira como um dos mais profícuos de que tem gozado o povo brasileiro. Era um anseio histórico que muito pedia e muito esperou por um realizador. Com efeito, além de outras manifestações anteriores mostrando a conveniência de tal mudança, como a dos Inconfidentes mineiros de 1789, partiu de José Bonifácio — o maior, o mais clarividente de nossos estadistas de todos os tempos — a mais incisiva proposição no sentido da interiorização de nossa Capital.

De fato:

"Em nota de 1821 para instruções do Govêrno Provisório de São Paulo aos Deputados às Côrtes de Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva preconizava "criar uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Regência, que poderia ser em 15° de latitude, em sítio, sadio, ameno, fértil e junto a algum rio navegável" e "abrir desta, caminhos de terra para as diversas províncias e portos de mar", cabendo-lhe a primazia, em 1823, de sugerir (oficialmente) o nome de Brasília...

Mudança que era ordenada pela I Constituição Republicana — a modelar Carta Magna de 1891 — e repetida nas Constituições de 1934 e 1946.

---

* Químico, Diretor de Divisão, aposentado, do Instituto Nacional de Tecnologia; professor, também aposentado, de Iniciação às Ciências e de Química do Colégio Pedro II.

E, ainda que tardiamente, foi construída e, por fim, inaugurada, Brasília, 21 de abril de 1960.

Salvo pequenos detalhes, a localização da novel capital correspondeu às sugestões do Patriarca; próxima do paralelo 15° de latitude sul, quase eqüidistante dos quadrantes do País e, como complemento inarredável, assentada a Capital, partiu-se para o "abrir desta, caminhos de terra para as diversas Províncias e portos de mar."

Assim se impunha e assim nasceu a rodovia Belém—Brasília ou BR-14, objeto especial dêste artigo, onde focalizamos alguns de seus aspectos fisiográficos, econômicos e sociais. Outras estradas, como a B. Horizonte—Brasília, S. Paulo—Brasília, já concluídas, pois pavimentadas; as Brasília—Acre, Brasília—Fortaleza, Brasília-Salvador, a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém... seja em construção seja em projeto de construção, fazem e farão a ligação da capital aos principais portos e outros centros de vida intensa ou em potencial do País. Tôdas formam um importante contexto ou sistema de comunicações e de integração imprescindíveis ao desenvolvimento da Nação. Será, porém, a sorte delas (salvo as de ligação a S. Paulo e a B. Horizonte, as quais, por motivos diversos, merecem um tratamento a parte), semelhante a do que já aconteceu em outras vias tronco, inclusive a tão nova Belém—Brasília, o que nos leva a indagar: qual o seu destino? Carrear a penetração do homem — fator de progresso: o pioneiro, o desbravador que vira agricultor e criador, que funda vilas e cidades, que funda indústrias... ou o "mateiro" ou roceiro que, irracionalmente, derruba e queima matas, que depreda a terra e assiste, abandonado e incapacitado, sem orientação da técnica, a transformação das glebas em carrascais (nem matas, nem lavouras, nem pastagens dignas dêstes nomes)? É o que estamos acostumados a ver em nossas principais rodovias-troncos, seus prolongamentos e ramificações, como a Rio—Bahia, (sobretudo nos Estados do Rio e de Minas)... atravessam (pràticamente a começar do Estado da Guanabara) imensas regiões abandonadas, semidesertas, de onde as matas desapareceram, as lavouras, após breve ciclo de atividade, desapareceram igualmente; de onde o homem fugiu, mas o boi e/ou outros animais não apareceram na quantidade e na qualidade que era de se esperar, pois também êles não se dão bem, não se multiplicam, não dão carne nem leite, em quantidade, nos desertos. E o homem que fêz os "desertos" os abandona, por fim, em êxodo, para as cidades, servindo-se das ótimas estradas que os atravessa.

Em grande parte estão essas estradas reproduzindo o fenômeno social observado pelo inlustre geógrafo professor Orlando Val-

verde quando diz: ". . Quando se rompe o isolamento entre regiões mais adiantadas ou mais ricas e outras estagnadas num nível econômico e social atrasado, o reflexo imediato sôbre a última não é benéfico: verifica-se um desequilíbrio causado pelo êxodo da população em busca de melhores horizontes de trabalhos; só depois vai o progresso penetrando vagarosamente na região mais atrasada.

"Isto aconteceu no Brasil de nossos dias, quando, durante a última guerra, abriu-se a rodovia Rio—Bahia. A migração de nordestinos para o Sudeste agravou-se consideràvelmente." (Apud Orlando Valverde e Catharina V. Dias: A RODOVIA BELÉM—BRASÍLIA, pág. 166).

A Belém—Brasília não fugiria à regra; daria, necessàriamente lugar a migrações; não de fuga, pois na sua quase total extensão atravessa o despovoado; mas da chegada do homem atraído para "regiões mais ricas", isto é, de terras virgens, aparentemente férteis, baratas, etc. Devia acontecer naquelas plagas da Amazônia e do Brasil Central o que aconteceu com o Norte do Paraná: abertas estradas para lá, ràpidamente se formaram, de todo Brasil, correntes migratórias que "invadiram" suas terras até então virgens e *realmente férteis*. Foi mais um dos eldorados brasileiros. Houve devastações irracionais, desnecessárias e impiedosas de matas; isto é, com instinto predatório, o colonizador derrubou e queimou matas onde não devia, mais do que devia, se obedecesse a um código... mas a verdade é que lá (Norte do Paraná) surgiu, em curto prazo de tempo, um grande surto de progresso: extensas e prósperas lavouras e pastagens, estas com criação abundante; cidades igualmente prósperas; e, ao que soubemos, agora, terras de lavouras abandonadas estão sendo reflorestadas. (1)

Na vastíssima região atravessada pela Belém—Brasília o fenômeno é bem diverso; não deu lugar à emigração intensa, pelos motivos acima expostos; já a imigração, por motivos diversos, sendo os principais, parece-nos, a má qualidade das terras e distâncias excessivas dos centros de consumo; a imigração, repetimos, está longe de ter alcançado o nível previsto e desejável; nisto ela não repetiu nem a Rio—Bahia, nem a Curitiba, ou São Paulo—Norte do Paraná (como exemplos.) Pelo que exporemos a seguir, a BR-14, para extensas partes de suas margens, levou mais depressa o aventureiro-"mateiro"-depredador, do que o pioneiro-lavrador-criador. É sempre mais fácil destruir do que construir. Mas uma política de previsão aconselha ser mais necessário e imperativo construir, ou mesmo conservar, do que demolir. *Só se destrói, a fim de se construir,* ou, ainda, *conservar melhorando*... São as bases em que se assenta o progresso real, que persiste.

Antes de prosseguir na exposição crítica de alguns aspectos da Belém—Brasília, renovamos o voto de entusiasmo pela sua abertura; ela é indiscutìvelmente o marco inicial da efetiva e oportuna integração da Amazônia na grande comunidade brasileira. O que analisamos e, em muito, reprovamos, foi o que nas suas margens aconteceu e está acontecendo, por falta ou carência de estudos e de planejamento prévios de como ocupá-las (as ditas margens) conforme mostraremos a seguir.

A primeira manifestação de que a sorte das regiões atravessadas pela Belém—Brasília não seria diferente da de outras rodovias acima lembradas, tivemo-la através do pequeno livro do Sr. R. Menna Barreto, de título AVENTURA ATRAVÉS DO PROGRESSO (edição SPVEA e RODOBRÁS, 1965) eis o que diz êle: "... a BR-14 (estrada Belém—Brasília) tem ainda outras divisões bastantes nítidas, inclusive de interêsses turístico: de Belém até Ligação o espetáculo é luxuriosamente amazônico, através de igarapés e da visão da grande selva que, banida a 3 e 4 km das margens da estrada..." (pág. 28).

"... Aliás essa febre de roçar, desbravar, construir, destrói uma das visões mais esperadas de quem decide viajar pela primeira vez pela Belém—Brasília: a da estrada varando a selva. Tal cenário tão famoso pelas fotografias dos primeiros repórteres e viajantes, *não mais existe*. Ao longo dos 600 km em que ela atravessa regiões ocupadas, há anos atrás, pela mata virgem, e *esta foi expulsa* das margens da rodovia, pelas derrubadas e queimadas levadas a efeito pelos milhares de habitantes que lá se distribuem ao longo das margens..." (pág. 33/34). E na pág. 38 uma fotografia da rodovia com a seguinte legenda:

"*Único* trecho ainda através da mata.

O que sobrou de uma paisagem de 600 km!"

Como se vê, mal haviam decorridos 7-8 anos de sua abertura e já a Belém—Brasília tinha suas margens quase totalmente devastadas de modo irracional, pois levadas a efeito de cabo a rabo...

Pressentindo os malefícios de tal procedimento, tendo em mente os exemplos das regiões servidas por outras estradas, conforme expusemos atrás, por espírito conservacionista(não de se conservar florestas sempre estáticas e intactas, mas respeitadas nas e para suas múltiplas e salutares funções); em face disto resolvemos formar ao lado dos antipredadores, no afã de alertar as autoridades competentes e, com tal finalidade, escrevemos uma carta dirigida ao Presidente e Membros do Conselho Florestal Federal, com a data de 30-11-65.

Naquela carta, reproduzindo os trechos acima, do livro do Sr. Menna Barreto, aduzimos as seguintes considerações: "... é óbvio

que sabemos ter de se derrubar matas a fim de se dar lugar a estradas, vilas ou cidades, lavouras, pastagens etc. Mas o que é inadmissível e revolta as consciências esclarecidas é que isto esteja sendo feito como se fazia nos tempos do empirismo colonial — arrasando tudo — quilômetro por quilômetro; metro por metro, aquelas matas virgens, sem se respeitar — ao que se vê — os preceitos do Código Florestal (ou de um Código...).

"Não seria aconselhável as autoridades florestais vigiarem e orientarem aquilo? Estabelecer-se (é sugestão que me permito fazer) de distância em distância (de 100 em 100, ou de 200 em 200 km) às margens da BR-14 (como de outras estradas que vierem a atravessar grandes reservas de matas virgens), que se deixasse um trecho das ditas matas primitivas para que elas continuassem a cumprir ali o seu benéfico destino: paisagem, equilíbrio ecológico-climático e biológico, com a conservação, inclusive, de espécies florísticas e faunísticas, de cada região?

"Urge evitar o vandalismo que se está praticando.

"O que desejo com esta carta é dirigir um apêlo a VV. SS., a fim de observarem, *in loco* o que se está praticando naquelas plagas: fazer corrigir ou orientar no que deve ser feito, antes que transformem as ditas plagas em outros desertos do justo anátema de Euclides da Cunha..."

Em resposta à minha carta, recebi do Dr. João Maria Belo Lisboa, diretor do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, um ofício, de 12-2-66, em que, dentre outros, dizia: "O DRNR, órgão central relacionado com a conservação e exploração dos nossos recursos florestais e da fauna, tem envidado esfôrço total e constante no sentido de garantir, da melhor maneira, a defesa da flora e da fauna do País, coibindo a infringência da lei.

"O problema de melhor defender nossas florestas é sentido de longa data; mas, com o advento do nôvo Código Florestal (Lei n.º 4.771 de 15-9-65), que entrou em vigor em 14-1-66, está sendo atacado com todo vigor.

"Pondo-o a par do firme propósito do Govêrno atual de enfrentar, firme e honestamente, o problema tal como êle se afigura no momento, estamos certos de que V.S. prestará a devida colaboração, inclusive lendo e difundindo o nôvo Código Florestal e ajudando, no que puder, na aplicação do mesmo."

Foram tomadas as providências da nossa pacífica advertência e despretenciosa sugestão?

A verdade é que continuamos a ter conhecimento de que intensa atividade predatória se processava nas extensas margens da BR-14. Isto em publicações esparsas, mas, principalmente, através de um grande livro (no volume e no conteúdo): A RODOVIA

BELÉM—BRASÍLIA, de Orlando Valverde e Catharina V. Dias. Nêle é feito notável e minucioso estudo-levantamento geo-econômico e social da vasta região atravessada pela estrada.

No assunto que aqui focalizamos, isto é, devastação florestal, êsse livro, em parte, corrobora as denúncias do Sr. Menna Barreto, não só em descrições que faz, como através de inúmeras fotografias, das quais umas representam aquelas "eufóricas" paisagens do tempo da abertura, então, largamente difundidas pela imprensa, pela televisão, etc: A estrada rasgando a selva, aparecendo esta, à direita e à esquerda, a perder de vista, espêssa, pujante, com os vistosos espécimes de árvores da hiléia, das quais, como se sabe, algumas alcançam até 50 m de altura... Outras fotografias (a partir de 1965) representam o inverso, isto é, quase tôda aquela paisagem, das proximidades de Belém até o povoado de Açailândia, região limite sul da hiléia, de quase 600 km, da referida decantada mata hileana, a qual desapareceu. Se em seu lugar estivessem boas ou mesmo razoáveis lavouras e pastagens, plantações de seringueiras, de castanheiras do Pará, de dendezeiros, babaçú, em plantações sistemáticas, e outras das chamadas espécies florestais econômicas, seria uma compensação desejável; mas tal não aconteceu. Tivemos a decepção de verificar pessoalmente, "in loco", o que dizemos, empreendendo uma viagem pela Belém—Brasília, de carro: viajando sòmente durante o dia, "dormindo" na primeira pousada encontrada após o anoitecer de cada dia.

Antes de prosseguirmos neste relato devemos enfatizar que o que nos moveu em nosso empreendimento foi o desejo são e patriótico de ver e observar, a fim de poder julgar (...) algo do Brasil e de nossa gente. O nosso roteiro, de que a Belém—Brasília é parte, foi: Rio—Manaus, de navio; 6 dias de estadia na capital amazonense. Manaus—Belém, de avião; 5 dias na capital paraense (que já conhecíamos), Belém—Brasília, de carro de praça. Da Capital Federal (igualmente já visitada antes por nós, agora 3 dias de permanência); para o Rio, de ônibus. Cumpre-nos assinalar, outrossim, que, longe de nós a pretensão de havermos ficado conhecendo a Amazônia, a famosa hiléia, e os sertões dos altiplanos maranhense e goiano... a extensão das águas e do chão dêles perlustrados nessas longas andanças, aproveitadas para olhar e ver, foram no entanto, fartas amostras para uma tomada de conhecimento complementar do que já conhecíamos, um pouco "de visu" e mais da leitura do que outros viram e relataram. Feitas estas considerações passaremos a exarar nossa opinião sôbre o que vimos da grande rodovia, a começar pelos arredores da capital paraense por ela servidos.

Acostumado a ver o que se passa cá pelas nossas bandas do Centro-Sul (terras devastadas, depredadas, abandonadas, a começar do pequeno Estado da Guanabara), foi agradável surprêsa verificarmos que o paraense (como o Amazonense), quer os das margens dos rios, igarapés e igapós, quer das margens de estradas, como a de Manaus—Itacoatiara, a qual percorremos cêrca de 30 km; como fomos até Ponta Negra e outros arredores de Manaus; não são — os amazônios — devastadores-predadores irracionais; pelo contrário; nos pareceram êles amigos da terra, tratando-a melhor, conservando o seu revestimento natural, embora, por motivos conhecidos a maior parte de suas terras não sejam propícias às lavouras tradicionais... Mas, prosseguindo: nas proximidades de Belém, na chamada zona Bragantina-Salgado até a pequena cidade da Santa Mária (km 112 — início real da Belém—Brasília), ou mesmo até S. Miguel de Guamá (km 145), a terra é relativamente bem aproveitada; nela aparecem bastantes lavouras de pimenta-do-reino, de mandioca (macaxeira), de malva, de juta e de outras produtoras de fibras; pomares, pastagens com gado, plantações das seringueiras (mais ao longe, não visíveis da BR-14, mas, ao que nos informaram, plantações do dendezeiro); tudo isto entremeado de matas secundárias, de capoeiras, umas bem, outras relativamente conservadas, contendo abundantemente, o açaí — de grande importância na alimentação do paraense, como se sabe. Vêem-se, também, algumas derrubadas-queimadas aparentemente recentes; casas de fazendas, de sítios e outras, denotando vida e trabalho... a partir dêsse trecho, para o Sul, as casas e lavouras começam a rarear; é mais freqüente ver-se a terra devastada, do que a trabalhada e florestada. É, insistimos nesse quadro: o carrascal que se origina da terra tratada (?) por processos rotineiros e incrìvelmente empíricos, de efeitos mais desastrosos ainda (do que em solos normais) quando realizados em latosolos arenosos que são comuns na hiléia: derrubada a mata, procede-se à queimada dos galhos e troncos; esta (queimada) pela grande abundância do combustível e excessivo calor, destrói a capa humífera do solo, tornando-o ainda pior. As lavouras (roças) nessas terras não dão, geralmente, colheita de rendimento razoável, senão dois a três anos seguidos. Tornadas, assim, impróprias para lavouras (por processos rotineiros) (2) alguns lavradores-criadores plantam capim, fazendo pastagens; outros simplesmente abandonam a terra, e o mato, de espécies vegetais as mais diversas, inclusive gramíneas, cobre a gleba: são essas, via de regra, as pastagens das margens da Belém—Brasília, como de outras estradas a que nos reportarmos atrás. Se gado nelas existe é pouco e, certamente, de baixa qualidade. É, tìpicamente a paisagem da terra devastada

e abandonada, uma visão desoladora. É a "ghost landscap" dos geógrafos da língua inglêsa — *paisagem fantasma* — em vernáculo. *Mais fantasma* do que as congêneres do nosso Centro-Sul, porque os desbravadores-predadores da Amazônia ao fazerem as derrubadas deixam, em pé, bastantes árvores; justamente, parecenos, as de maior porte; ao procederem às queimadas, tais árvores remanescentes morrem. E, encimando o matagal rasteiro, lá estão seus esqueletos-espectros tornando ainda mais lúgubre a "paisagem fantasma". Isto é o que foi feito e o visto na extensa faixa da hiléia, rasgada pela BR-14, principalmente no vastíssimo município de Paragominas (onde se situa pequena cidade do mesmo nome), a qual, prosseguindo para o Sul, passa por Gurupi do Pará, Ligação, Itinga, até Açailândia.

É o trecho assinalado pela existência de grandes invernadas. Mas suas pastagens, visíveis até grandes distâncias, são de péssimo aspecto, isto é, das "paisagens fantasmas" acima faladas. (3)

Não ignoramos que longe das margens da rodovia, à direita e à esquerda, existem lavouras de arroz, milho, algodão, etc. Assim como são vistos, aqui e ali alguns capões de matas primitivas, porém, mais encontradiços são capoeirões ou matas secundárias, assim como começam a aparecer babaçuais nativos (já no Estado do Maranhão). São os produtos de tais lavouras, juntamente com a exploração rudimentar do babaçú, da lenha, do carvão, bem assim, a criação de gado, que dão alguma vida àquelas terras e que deram apreciável surto de progresso às velhas cidades de Imperatriz (MA), Estreito (MA-GO) e Araguaína (GO), as quais, tiveram, nos últimos 10 anos, as respectivas populações bastante aumentadas e viram nascer pequenas indústrias, como beneficiamento de arroz, prensagem e refinação de óleo babaçu, sabão, e, até, próximo de Piriá, uma usina de tratamento de leite. Como atividade de alguma importância, no trecho, foi o que observamos.

Verdade é que se formam ao longo da rodovia, geralmente muito distantes um dos outros, pequenos povoados, porém, muito pobres; mais do que pobres, miseráveis; são aglomerações de casebres que se depara ao longo da estrada, onde há formações do babaçu mais ou menos densas. Rareando ou desaparecendo os palmais, também desaparecem os ranchos, para reaparecerem, os dois em seguida, repetidamente... a mostrar que o pobre caboclo dali e sua família vivem, mormente, da dependência incerta, do babaçu. Sabemos da existência de fazendas: umas poucas, com sede à vista dos viajantes; outras indicadas por entradas ou caminhos assinalados por tabuletas. Naquelas à vista, o aspecto que apresentam é, com algumas exceções, de desorganização, de empirismo, de pobreza: casas assás modestas, agricultura inexistente

ou escassa, pastagens que são, antes, carrascais, capoeirões, capoeiras mal tratadas (raramente um bom trecho de mata...). Se as visíveis são assim, não deverão ser muito diferentes as que se adentram ou se distanciam das margens da rodovia. Se são melhores, é porque são de exploração mais recente; suas terras ainda estão dando... mas sua sorte será idêntica à das primeiras. E assim vemos repetir-se êsse fenômeno típico da rotineira, desorganizada, e irracional agricultura itinerante brasileira: derrubar, plantar, abandonar (a terra); tocar pra diante, repetir: derrubar, plantar, abandonar... até onde? Até os limites extremos da fazenda, do Município, do Estado, do País... Agricultura que traz fugaz prosperidade para os primeiros a chegarem, mas que acaba criando a "paisagem fantasma", e nela, a pobreza, e dela a fuga do homem.

Entrando-se no Estado de Goiás, em Estreito, onde o caudaloso Tocantins separa os dois Estados: (MA-GO), continua-se, para o Sul, notando-se uma mudança na ecologia da região: a vegetação típica do serrado se acentua, embora entremeada com a vegetação característica da terra úmida; continuam as formações da *Orbignia sp,* (babaçu). O trato da terra continua predatório, conseqüentemente muita pobreza; o que assim vai, ora melhor, ora pior. Mas, atravessada a vastíssima zona do hostil e conseqüentemente pobre serrado goiano (4), eis que se depara um verdadeiro oásis: a região de Ceres; ali se aprecia, até grandes distâncias das duas margens da rodovia, todos os sinais de uma região rica, de terras férteis, bem tratadas, em parte florestadas, em parte apresentando lavouras e, em outra, extensas áreas de terras preparadas para as próximas semeaduras (de setembro em diante). Bem escolhido o topônimo: *Ceres,* a deusa da agricultura, da fartura.

Ceres é até onde chegou (setembro 71) — partindo de Brasília, a pavimentação da BR-14 (280 km). Partindo de Belém a mesma pavimentação alcança até a distância de cêrca de 230 km; no total, cêrca de 510 km pavimentados numa rodovia de aproximadamente 2.200 km de extensão. É pouquíssimo, decorridos mais de 10 anos de sua abertura; senão para a estrada tôda, ao menos para os trechos, seja de tráfego mais intenso, seja de leito mais precário, se de terra: lama na estação chuvosa, poeira, "costelas" na sêca.

De Ceres a Anápolis, e desta a Brasília, são velhas rodovias (modernizadas), servindo, seja terras cuja ocupação e trato antecederam o advento da nova Capital, seja aquelas e outras cidades, as quais, consideràvelmente se beneficiaram, muito floresceram

com a oportuna implantação da Capital da República no planalto goiano.

Pelo que expusemos, a que aduziremos outras considerações atinentes, as terras que margeiam a BR-14 foram e estão sendo, sobretudo as compreendidas na região hileana, grosseiramente devastadas; e, do que se observa, maltratadas ou mal aproveitadas; outras — do extensíssimo cerrado, pela sua natureza hostil, mal tocadas pelo homem. Com a destruição quase sistemática das matas, destrói-se *ipso fato*, grande parte das reservas ou mananciais do extrativismo vegetal (e não há notícias de jazimentos minerais de importância, ali); com a carente ou escassa agricultura; com a rudimentar criação de gado, a qual dispensa trabalhadores... com a modestíssima indústria que se instalou e se instala (que é da matéria-prima?); com tantos fatôres adversos, as populações, quer a rural, quer a urbana, salvo as de algumas "ilhas", não conhecem a prosperidade; pelo contrário; a impressão colhida é de bastante pobreza, senão de miséria. Outro modo de se avaliar essa pobreza, além do já exposto, tivemo-lo na observação do tráfego na estrada: Vêem-se nela bastante caminhões, principalmente aquêles grandes, carregados e como que "lacrados", os quais, estão transportando cargas de S. Paulo, do Rio, de B. Horizonte, etc., para Belém (e dali para Manaus), e vice-versa; não (com exceção do boi vivo) transportando os produtos da terra para os grandes centros de consumo ou interpequenas cidades da vasta área. Ao revés, dos grandes centros chega algo e para êles enviam algo, porém, pelos motivos acima lembrados, em pequena escala: pouco tem a vender e, pela sua pobreza e baixo poder aquisitivo, pouco podem comprar. Triste e contraditória realidade em que a Belém—Brasília vem se aparelhar com outras de nossas principais rodovias, como de ferrovias: não carrear para as cidades, em abundância e variedade, os frutos das terras que cortam; carream, sim, para elas, igualmente, minguados artigos das cidades para a minguada gente que lá se encontra... ainda!

A nosso ver, um remédio para essa contraditória situação é uma séria eficiente e inadiável REFORMA AGRÁRIA. Através dela sustar as devastações florestais ou desmatamentos desnecessários, até criminosos; recuperar as, ou parte das terras abandonadas e incultas, reinstalando nelas lavouras, pastagens de verdade, matas. Reter a gente que ainda lá se encontra; atrair para lá gente que hoje está vegetando e atravancando as cidades, nas

(*) Ver êste, isto é, *Reforma Agrária* e outros assuntos assinalados por um asterisco (*), desenvolvidos no livro com o título: SUBDESENVOLVIMENTO — MANCHA A APAGAR... de Ruben Descartes de Garcia Paula (Livraria São José, Rua São José, n.º 70 — ZC-21 Rio de Janeiro — GB Brasil).

vergonhosas favelas (*); realizar em trechos da BR-14 e de outras rodovias, os oportunos planos de colonização previstos e em execução na Transamazônica, para instalação e fixação do homem — agricultor e criador — na terra.

Mas a hora da Reforma Agrária brasileira, efetiva e atuante, ainda não chegou. Está ela semicongelada; não perdeu aquêle caráter que lhe dão os rançosos proprietários do tipo da TFP (Sociedade Tradição, Família e Propriedade) de "coisa de comunistas" e de "subversivos..." Para tais "senhores" propriedade é intocável; lá estão suas fazendas: alqueires e mais alqueires de terras incultas e abandonadas, intocáveis. Êles não lhes dão atividades: não cultivam, não reflorestam, não criam; mas ninguém deve havê-las para pô-las em atividade criadora-produtiva; mesmo que seja no interêsse social. Não. É a propriedade! É intocável! (*).

Quando, no govêrno do Sr. João Goulart, se projetou efetivar a Reforma Agrária, um dos seus dispositivos previa a desapropriação das terras incultas das margens das principais BRs (construídas pelo Govêrno Federal), a fim de nelas se implantar a reforma: colonizando-as, recuperando-as para a produção agropecuária. A isto reagiu o "baronato" rural. Seu elemento feminino (todos residentes nas cidades) pôs na rua a famosa "Marcha com Deus, pela Família e pela Propriedade". (5)

Estando, então em discussão no Congresso o projeto de lei da R.A., publicamos, no Suplemento Agrário de um grande jornal do Rio, um artigo onde sugeríamos o seguinte: Com, ou sem, a geral desapropriação das terras marginais das principais BRs do País, boa e eficaz medida, a nosso ver, será: o Govêrno Federal, através do Ministério da Agricultura (ou o MA em convênio com as Secretarias de Agricultura estaduais), instalará de duzentos em duzentos km (..,) na extensão e à beira de cada estrada-tronco, bem à vista dos passantes, uma *Fazenda Modêlo*. Para êsse efeito, desapropriar-se-á, ou em alternativa, o Minist. da Agr. e/ou a Secret. de Agr. do Estado onde situa-se a fazenda, procurará associar-se ao proprietário numa emprêsa mista: Govêrno-fazendeiros, para a instalação e exploração de cada uma das ditas fazendas; disporão elas de campos, sempre em atividade, com lavouras (policultura) inclusive pomar e horta, silvicultura, manejamento de pastagens e de outras forrageiras, criação de gado e outros animais, inclusive de peixes etc. Disporão, igualmente, das principais máquinas agrícolas, assim como de alguns dos maquinismos para industrialização de produtos agropecuários; de assistência para os funcionários, trabalhadores, famílias, etc.

O grande alcance de tais fazendas, pensamos, será servirem de exemplos vivos aos fazendeiros e lavradores, em geral, de suas vizinhanças, induzindo-os a reproduzirem nas suas propriedades o

que nelas vêem. Elas mesmas deverão fazer propaganda de suas atribuições: as acima citadas e as de receberem os lavradores, ou irem às suas propriedades, a fim de lhes ministrar ensinamentos e práticas agropecuárias. As FM disporão, ainda, para êsse mister, de um corpo de agrônomos e de veterinários e de outros técnicos afins, bem como de patrulhas de máquinas agrícolas, uns e outros, para atenderem às próprias FM e aos fazendeiros e sitiantes da sua vizinhança que, mediante paga, solicitarem.

Sistema semelhante é que, em boa hora, está sendo implantado nas margens da Transamazônica.

Dedicamos-lhe, daqui, o nosso entusiástico aplauso.

Recordemos o regime geográfico-econômico-social que o Govêrno planejou e está simultâneamente, implantando, com sua abertura, na rodovia Transamazônica: desapropriação ou posse, por parte do Govêrno, de cada lado da estrada e em tôda sua extensão, de uma faixa de 10 km de profundidade; em cada uma das faixas serão demarcados lotes de 100 ha, cada; cada uma será cedido a um colono com família, para atividade agropastoril, etc. O colono só poderá desmatar, inicialmente, até 50% de seu lote para a dita atividade agropecuária; só sendo permitidos novos desmatamentos, mediante prévio reflorestamento de áreas correspondentes, desprezadas para lavouras e ou pastagens. Tudo isto complementado pela assistência social, técnica, econômica etc.

Ótimo e invejável planejamento; oxalá seja êle real e efetivamente executado. Oxalá, outrossim, não tenha êle o destino de outros tantos "modelares" planos, festivamente anunciados ontem e, hoje, dormindo em gavetas ou pendurados em paredes ministeriais e departamentais.

Sua realização global salvará, pelo menos, as faixas laterais citadas, das irracionais devastações, como o que já aconteceu na Belém—Brasília e em outras rodovias nacionais. Salvará mesmo? indagamos, incrédulos, lembrando fatos acontecidos, apesar da existência do Código Florestal e do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, vigilantes (?)

Com efeito, linhas atrás reproduzimos êste trecho do ofício que, à nossa argüição, nos escreveu o diretor do DRNR: "O problema de melhor defender nossas florestas é sentido de longa data; mas com o advento do nôvo Código Florestal (Lei n.º 4.771, de 15-9-65), que entrou em vigor em 14-1-66, está sendo atacado com todo vigor".

Pois bem, o Código e o Departamento citados não têm, lamentàvelmente, conseguido evitar as devastações e depredações que continuam, conforme mostramos; nas regiões servidas pela BR-14 (onde, ao que se sabe, inclusive, madeireiros clandestinos liquida-

ram, ou estão em vias de fazê-lo, com o *mogno* — preciosíssima madeira); devastações de matas e tiragem de madeiras que se reproduzem — repita-se, clandestinamente ou por contrabando — na Amazônia e alhures.

Ora, se assim é, estarão os órgãos governamentais competentes aparelhados para exigir que o CF seja respeitado e cumprido, e que o DRNR cumpra real e efetivamente suas atribuições nas, ainda, despovoadas regiões da Transamazônica e de outras estradas que se rasgam na selva hileana? Se o fizer nas faixas de 10 km de profundidade, nas margens e ao longo da rodovia, sob tutela do Govêrno... e nas matas que se adentram, além das ditas faixas?

O que pode acontecer e é de se temer. Os proprietários das terras além-faixas, através de veredas, atingirão suas ditas terras e estarão livres (ou não?) de devastá-las e depredá-las; de continuarem ali o vil processo de desertificação do Brasil.

Alegarão que aquilo é um mundo! Que por mais que se derrube e se queime, sempre sobrarão matas para o equilíbrio ecológico e como reservas, para os índios, umas; para o extrativismo vegetal, outras. Alegarão, igualmente, que malgrado 400 anos de destruição, ainda é o Brasil o maior depositário (mais de 40% de sua área) de matas naturais do Mundo. E, dirão ainda, temos, pelo menos, outros 400 anos para consumir êsse farto patrimônio...

Avivemos a mente dos descuidados imprevidentes: mostramos em nota da página... que há 60 anos atrás (arredondo as cifras aqui apresentadas), o Estado de Minas tinha cêrca de 40% de sua área em matas primitivas e secundárias; área florestada de hoje: cêrca de 5%. Então vejamos: levaram os mineiros quase 400 anos — do descobrimento até o princípio dêste século — para destruir quase a metade de suas matas primitivas. Mas, que monstruosidade! nos apenas 60 anos seguintes destruíram o resto; em ato de verdadeiro vandalismo!

Dirão que estamos vivendo uma era trepidante: as populações crescem muitíssimo ràpidamente; suas exigências de consumo, com o progresso social (embora tão acanhado ainda, julgamos), crescem em proporção mais elevada... Mas a verdade é que a imprevidência, a falta de visão do futuro, a cobiça, em parte, levam os proprietários rurais (...) a matarem sua "galinha dos ovos de ouro". Sim, não compreendem êles que uma área em mata pode valer muito mais do que área correspondente em lavoura ou em pastagem. E destróem (onde e quando não devem), aquela, para implantar estas. E quando a alternativa fôr o carrascal que se implanta? Que incúria. O que essa gente pensa legar aos seus herdeiros?

Lembremos que o processo da poluição marcha cèleremente, ameaçando as próximas gerações (6). E um dos seus efeitos mais graves, pelas saus implicações para os animais, inclusive o homem, é o desequilíbrio entre o *gás carbônico* e o *oxigênio* do ar, devido ao constante aumento da taxa do primeiro e o decréscimo da do segundo. As matas, as árvores, em geral, conforme o velho conceito que se lhes atribui acertadamente, são os "pulmões" das cidades, dos lugares povoados.

À vista da suma importância dêsse problema — a poluição e a luta contra ela, daqui dirigimos um apêlo aos órgãos, quer governamentais, quer particulares ou de iniciativa privada, de qualquer modo ligados à defesa e conservação da natureza (apêlo que estendemos a cada brasileiro): é das mais necessárias e mais nobres a sua missão de intransigente defesa e conservação da natureza viva existente e, por outro lado, de promover sua reposição ou reconstituição nos sítios onde foi ela destruída irracional e desnecessàriamente (7). É imperativo e urgente dar-se um basta aos *fazedores de desertos!*

Pois bem, grandes áreas da Amazônia por onde passam as rodovias já abertas e aquelas em construção, correm o mesmo perigo pelo que já passou a Belém—Brasília, isto é, de, pela vertiginosidade com que as atividades destrutivas-predatórias do meio ambiente, hoje se sucedem, virem a ter suas reservas florestais (as quais, guardadas por mais de 400 anos), virem a ser, repetimos, destruídas agora, em 30... 50 (?) anos!

É imperativo e urgente dar-se um basta aos *fazedores de desertos!*

Mas há outras implicações ligadas à abertura da Transamazônica e de outras estradas que se abrem naquele mundo: Serão elas destinadas sòmente à legítima *integração* da Amazônia, ou não servirão também (na expressão popular), para sua "entregação"? Têm os brasileiros motivações para esta indagação; eis uma amostra: "à proporção que o levantamento aerofotogramétrico ia focalizando jazidas de diferentes tipos de minerais, o território nacional, notadamente a Amazônia, passou a ser objeto de intensíssima atividades de compra-e-venda de terras. A tal ponto que se constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a averiguar em que extensão as operações se realizaram. Foi relator o brigadeiro Haroldo Veloso, deputado pelo Pará, e comprovaram-se compras de mais de 20 milhões de ha, nos Estados da Bahia, de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Amazonas e Território de Roraima".

energias para o trabalho fecundo e construtor. E êste trabalho

O *Jornal do Brasil* de 5-7-70 e o *Estado de S. Paulo*, da mesma data, publicaram o seguinte resumo das conclusões do inquérito:

"Já foram encaminhados ao Palácio do Planalto os autos da CPI da venda de terras, cujo relatório aprovado na última semana pelo plenário da Câmara, aponta a alienação de mais de 20 milhões de ha. (área pouco menor que a do Rio Grande do Sul) a pessoas ou grupos estrangeiros, em áreas localizadas na Bahia e na região amazônica."

"Os documentos assinados pelo falecido deputado Haroldo Veloso ressaltam a gravidade dos fatos, inclusive para a segurança nacional, e propõem numerosas providências, entre as quais a desapropriação de terras adquiridas e a apuração das irregularidades ocorridas com a firma norte-americana *Georgia Pacific.*" (Osny Duarte Pereira, A TRANSAMAZÔNICA: PRÓS E CONTRAS, pág. 50-1.)

A seguir, o livro reproduz uma relação das áreas vendidas, situadas nos Estados de Goiás, Maranhão, Amazonas, Pará, etc., sendo algumas nas margens da Belém—Brasília e outras na região por onde passará a Transamazônica...

Há outros muitos fatos dignos da maior atenção dos patriotas no volumoso, honesto e oportuno livro do eminente desembargador Osny Duarte.

Impõe-se, da parte dos brasileiros, em ação patriótica-nacionalista (*) uma real e constante vigilância da verdadeira integração da Amazônia: defesa contra a cobiça ilegítima de suas riquezas, de um lado; pesquisar, estimular sua racional e efetiva exploração, de outro lado. Mas isto, enfatizamos, é um esfôrço que o brasileiro deve exigir para si, tendo os instrumentos políticos e econômicos de sua execução em suas, em nossas mãos.

E, para terminarmos êste artigo, um aindagação-sugestão. Por que tão excelente plano econômico-social de colonização-exploração de glebas nacionais, só foi lembrado, agora, para as longínquas paragens amazônicas? Por que sòmente na Transamazônica?

No entanto, é imperativo para a construção de um Brasil realmente desenvolvido uma mais enérgica tomada de posição. Tem-se feito muito no campo industrial; esta atividade, porém, está, em grande parte, em mãos forâneas, através de uma persistente e infeliz desnacionalização (mostramos isto em nosso livro SUBDESENVOLVIMENTO: MANCHA A APAGAR). Mas, com a Indústria assim alienada ou com ela em nossas mãos, sòmente será (ela) grande e próspera mesmo, com uma, igualmente, grande e próspera base agropecuária, fonte de alimentos (e de matérias-primas diversas). Só um povo bem alimentado (pelo menos) terá

fecundo, inteligentemente planejado, sob a égide da ciência e da técnica moderna, tendo o homem, com suas aspirações, como principal meta, é o que a Pátria exige de seus filhos. Exige de nós, brasileiros!

---

1 Parte das impressões que expomos do Norte paranaense colhêmo-lha, "de visu", em viagem que realizamos, até Londrina, em 1943.

2 É fato quase notório que os solos da hiléia amazônica, a qual, como se sabe, representa cêrca de 59% do território brasileiro é, com algumas exceções, pouco ou nada propício à agricultura tradicional, ou de subsistência. Tais motivos levam os estudiosos daquela vastíssima região a aconselharem a utilização das ditas terras mais para a exploração florestal do que para a agropecuária. Juntando-se esta contingência à atual e crescente fome de madeiras (para todos os fins), do Mundo, chega-se à conclusão de que aquela colossal reserva não deve ser destruída simplesmente para a implantação da agropecuária, principalmente do boi que é, depois do homem deseducado, o pior fazedor de desertos. Cultivo de alimentos e criação de gado sim; mas isto sòmente nas áreas que um sério e rigoroso estudo edafológico (ou pedológico) indicar propício a tais atividades.
Ao se viajar por certas zonas, como nas margens das estradas para Itacoatiara, Ponta Negra e outras, próximas de Manaus, observa-se que as terras — do latosolo arenoso — onde a cobertura vegetal foi destruída, surgiu e lá está o areal. É uma advertência viva de como o proceder irracional poderá transformar aquilo num nôvo imenso Saara.
Importantes estudos de silvicultura experimental: conservação, exploração racional, renovação com reflorestamento seletivo com espécies, seja para madeira, para pasta e celulose para papel; sejam seringueiras e outras latíferas; sejam plantas odoríferas, como pau rosa, cumaru; sejam ainda, alimentares como a castanheira, o dendezeiro e outras palmeiras, as saborosas frutas regionais, etc; estão sendo realizadas, e serão ampliadas, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com sede em Manaus. Para tais experiências dispõe o Instituto de um Centro de Pesquisas Florestais na grande Reserva Duck, de 10.000 ha de área de floresta virgem. Reputamos êsses estudos como os da maior importância para a Amazônia, dos que se realizam no INPA.
No campo da agropecuária realizam trabalho de igual importância, alguns paralelamente aos do INPA e outros próprios ou específicos, o Inst. de Pesq. e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN) e a Escola de Agronomia da UFP, ambos em Belém, dos quais a precípua função, cremos, é estudar (e orientar, na prática, aos agricultores e criadores): *o que plantar, onde plantar, como plantar e criar.*
É imperativo que os órgãos competentes federais e estaduais orientados por tais instituições científico-técnicas especializadas não permitam a irracional devastação-depredação daquele promissor "mundo verde", necessário não só ao brasileiro, *seu dono*, como a tôda espécie humana, gigantesca "fabrica" de oxigênio, que é, contra a poluição.

3 As devastações na região de Paragominas nos levam à uma reflexão: o nome origina-se do fato de ser terra *paraense* povoada, principalmente, por *goianos* e *mineiros*. O paraense, ou o amazonense, em geral, observamos bem isto, é conservacionista; do goiano pouco sabemos; sôbre o mineiro, porém, pesa a culpa de ter tornado o seu Estado o mais devastado e depredado do Brasil. Com efeito, ao que se sabe, até uns 60 anos atrás, Minas tinha cêrca de 40% de sua área coberta de matas virgens. Hoje sua área revestida de matas é de cêrca de 5% da área total! Isto quando se sabe que preceitos universalmente estabelecidos como medida da manutenção do equilíbrio ecológico de cada região (estabelecendo responsabilidades: de cada fazenda, de cada Município, de cada Estado...) é ter cada um (ou uma), cêrca de 1/3 de sua área revestidas de matas: primitivas ou florestamento. Nunca, como em nossos dias, diante do ameaçador fenômeno da poluição, se torna tão imperativo a obediência da salutar medida e de sua efetiva prática.

4 *Serrado*, sabe-se, é a mata característica de vastas regiões de São Paulo (menos), Minas, Goiás e Mato Grosso, composto de pequenas árvores enfezadas, tortuosas, cascudas, entre às quais medra uma vegetação em que preponderam gramíneas grosseiras. Apresenta uma natureza hostíl de terra sêca e de plantas xerófilas. São os cerrados, aparentemente, pouco propícios à agricultura. Entretanto, no Mundo todo, inclusive no Brasil, está-se estudando os cerrados com vistas à sua ocupação e exploração agropastoril e florestal. São êles perfeitamente aproveitáveis, desde que nêles se use a técnica (não o empirismo). Desde que se planeje: *o que plantar, como plantar, como tratar.*

5 Foi a "Marcha, com Deus, pela Família e pela Propriedade", propalou-se na época, uma das causas da eclosão do movimento militar que depôs o presidente João Goulart. Estranho zêlo religioso o das damas patrícias (por si mesmas, por seus maridos e outros) que realizaram a dita marcha ou procissão: pedindo o favor divino para suas propriedades "ameaçadas pelos comunistas"... Em contrapartida, o que têm feito elas, os proprietários rurais e outros (salvo exceções que sempre há) ? Nunca se lembraram de rogar a Deus, pelo mesmo modo espectacular, proteção e vida menos miserável, mais cristã, mais humana, para os párias que vivem — ainda — em seus latifúndios de feição feudal: enormes fazendas inermes, ou de atividade rotineira; terras incultas ou mal tratadas, verdadeiros carrascais e nelas (salvo algumas exceções, repetimos), o trabalhador (não o colono que outrora vivia na, e era parte da fazenda; hoje, o mais comum a fim de se evitar os ônus da assistência, é arrebatar, pela manhã, o trabalhador diarista na beira das estradas, nas favelas das cidades, para a jornada e, à noite, largá-los nos mesmos lugares...)

Tais trabalhadores rurais, na maioria dos casos, percebem, pelas jornadas, salários que mal alcançam 1/3 do salário-mínimo do Rio! É cristão isto?...

Mudança se impõe nêsse arcaismo. De quem, no entanto, a iniciativa: dos proprietários ou dos Governos?

É fato notório que o empresário brasileiro, em geral, é cego defensor da iniciativa privada e, por essa atitude, chega a tornar-se de um reacionarismo virulento na condenação do cha-

mado intervencionismo do Estado (em atividades lucrativas industriais, comerciais e outras). Mas e aí o tartufismo de sua atitude — êle, por si mesmo ou associado ao empresário estrangeiro, reclama para si (iniciativa privada ou livre emprêsa — "free enterprise" — dos patrões de cima), os bons e rendosos negócios. Os maus (negócios) ou anti-econômicos êle tudo faz para transferir para o Govêrno, isto é, para encargo do povo... (*). Em alternativa com essa transferência, passam à contradição: exigem dos Governos a criação de sistemas de intervenção estatal na esfera dos negócios. Exemplos disso são as Autarquias — Institutos do Café, do Açúcar e do Álcool, do Arroz, da Carne, etc; em que a máquina estatal, em última análise, garante aos empresários uma sorte de privilégios: ora de áreas de atividade, ora de contrôle de preços — aquisição-estocagem de mercadorias, etc, tudo levando seja ao afastamento da concorrência, seja à elevação dos preços da mercadoria de cada Autarquia, em benefício do produtor (não do consumidor).

Não tem sido menos infeliz o comportamento dos pregoeiros da iniciativa privada no nosso meio agrário. De fato, em face da notória e persistente existência de vastíssimos latifúndios improdutivos e abandonados por êste Brasil afora, muitos dêles nas margens das melhores rodovias, pensou-se, mediante uma Reforma Agrária, recuperá-los para a produção agropecuária. Uma das alternativas seria o Govêrno desapropriar faixas de terras "abandonadas", laterais às rodovias troncos e ali implantar a dita RA, (por processos semelhantes aos que vieram a ser e estão sendo postos em prática na Transamazônica). Qual foi a reação da dita iniciativa privada dona dos latifúndios? Como a desapropriação, pela lógica, seria feita pelo valor histórico (avaliado pela importância da tributação em vigor para cada propriedade), a isto se opôs o latifundiário, pondo à calva uma ilisura: para pagar impostos atribuía um baixo valor à propriedade, mas para expropriá-la o Govêrno teria que pagar outro valor: mais alto! Depois foi a "Marcha"; e a Reforma Agrária gorou... Assim é a livre emprêsa no Brasil, inclusive no setor agrário: os proprietários retêm a terra inculta, improdutiva, sujeita a uma crescente degradação-desertificação pela erosão e outras causas (a propriedade é sagrada...). Aguardam — os proprietários — que o Govêrno, mediante uma intervenção (?!) lhes propicie um bom negócio...

6 No Japão, por exemplo, a poluição já passou do estágio da ameaça para o fato, só, talvez, não tão aterrador, pela sua vizinhança das imensas reservas florestais da Sibéria.

7 Entrementes a importância universal dêste assunto, poluição, merecia, julgamos, sua mais ampla e intensa divulgação: nas escolas primárias (como parte das *lições de coisas*); nas secundárias (quer na cadeira de Iniciação às Ciências, do ginasial, quer na de História Natural-Biologia do científico); nos quartéis, etc. Conquanto louvável e salutar, não é bastante a exaltação da Natureza e da árvore, que se verifica, entre nós, na entrada da primavera. Continuemos a celebrar a Festa da Primavera. Tornemos, porém, mais intensos e mais persistentes os ensinamentos relativos à defesa, à conservação e à reconstituição (reposição onde foi destruída irracionalmente) da Natureza, principalmente das florestas ou matas.

A PESCA AMAZÔNICA E AS 200 MILHAS

Rui Simões de Menezes *

O Decreto-Lei nº 1.098, de 1970, proclamou a soberania brasileira nas 200 milhas marítimas de nossas águas territoriais. Em 1971, foi regulamentado êsse diploma legal; e, a partir de 1-6-71, começaram a ser afastados, dessas nossas águas territoriais, os barcos pesqueiros estrangeiros que ali vinham operando, sem qualquer consideração pela preservação das nossas riquezas piscatórias.

O presidente do Senegal, Sr. Senghor, anunciou sua intenção de pedir a U Thant, secretário-geral da ONU (que fêz uma visita a Dacar), a organização de uma conferência, sob a égide da FAO, tendo o objetivo de regulamentar a pesca no Atlântico Centro e Sul. Acentuou o Sr. Senghor a necessidade de proteger as águas territoriais contra "as frotas de pesca dos países desenvolvidos que, depois de terem esgotados os seus oceanos, vêm esgotar os dos países subdesenvolvidos africanos". O seu Relatório menciona a presença, em águas do Senegal, de "navios atuneiros que pescam clandestinamente". Êstes "barcos de pesca, grandes como cargueiros, quando não são fábricas flutuantes", dispõem de helicópteros para localizarem os bancos de pescado. (Jornal do Pescador, Lisboa, março 1970)

Não são apenas as nações subdesenvolvidas que lutam para proteger seus recursos pesqueiros, mediante o alargamento das águas territoriais. Em janeiro de 1969, o Dr. Julius Stratton, presidente da "Commission on Marine Science, Engineering and Resources", dos Estados Unidos, apresentou um Relatório ao presidente Nixon e ao Congresso, depois de dois anos de estudo dos problemas ligados à exploração oceânica, por parte daquele país. Dentre as recomendações dêsse Relatório, transcrevemos as seguintes: — "(1) As nações costeiras devem ter acesso preferencial aos

* (Eng.º agrônomo, pesquisador em Biologia, Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — Professor do "Primer Centro Latino-americano de Capacitación Pesquera" — Ex-diretor do Serviço de Piscicultura do DNOCS).

recursos marinhos ao largo de suas costas, a fim de reduzir as tensões internacionais e a apreensão de barcos; (2)DEVEM SER FEITAS TENTATIVAS PARA CONCORDAR NO ALARGAMENTO MÁXIMO DO MAR TERRITORIAL".

Mostram estudos, divulgados em 1965, que a região entre Trinidad e a foz do Rio Amazonas poderá produzir, anualmente, 100 milhões de libras-pêso de camarão. De janeiro a julho de 1966, as três Guianas exportaram, para os Estados Unidos, 8.015.000 libras-pêso de camarão (7.884.000 no mesmo período de 1965). Nesses sete meses de 1966, o Brasil vendeu apenas 345.000 libras. Grande parte do camarão exportado pelas Guianas e por Trinidad-Tobago, além de outros países, é colhido ao largo do Estado do Pará e do Território do Amapá. Êsse camarão nasce em águas brasileiras, vive em águas brasileiras e é alimentado pelos nutrientes carreados pelo Rio Amazonas, de terras brasileiras. Vale 200 milhões de dólares anuais.

Segundo o Sr. Luís Roberto de Souza Queirós, enviado especil de "O Estado de São Paulo" (edição de 27-4-1971), em abril de 1971 havia, em águas brasileiras, ao largo do Pará e do Amapá, "474 camaroneiros de pequenos países das Baixas Antilhas, vivendo à custa do camarão brasileiro; são dezenas de barcos cubanos; navios-usina do Japão; pesqueiros soviéticos". Esta expoliação irracional das reservas do nosso camarão acabou, graças à patriótica decisão das 200 milhas, do Sr. Presidente da República.

Resta, agora, desenvolver a pesca do camarão, com emprêsas brasileiras, para dar lucro ao Brasil e emprêgo a brasileiros. A maior parte dêsses 200 milhões de dólares gerados pelo camarão ficará entre nós, como grande fator de enriquecimento nacional.

Cumpre ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e à Universidade Federal do Pará, em colaboração, instalarem um Laboratório de Ciências do Mar ou um Instituto de Ciências do Mar (à semelhança de entidades similares mantidas pelas Universidades do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia). Uma das principais tarefas dêsse Instituto — *e urgente* — deverá ser a pesquisa científica dos estoques de camarão, a fim de assegurar rentabilidade racional às emprêsas de pesca nacionais.

Sôbre os camarões ao largo do Pará e do Amapá foi publicado um bom trabalho, do Professor Melquíades Pinto Paiva, no "Anuário de Pesca, 1970" (editado pela "Revista Nacional da Pesca", São Paulo). Sôbre "Pesca e Pescado na Amazônia", o autor publicou uma série de nove artigos, na revista portuguêsa "Conservas de Peixe", de 1958 a 1961 (cópias na Biblioteca do Museu Paraense "Emílio Goeldi", Belém, Pará).

BORRACHA: VIGOROSA DENÚNCIA DO DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA (MDB — RONDÔNIA)

O SR. JERÔNIMO SANTANA:

(*Comunicação. Lê*) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Amazônia continua sendo o vale do futuro, embora esta concepção sacrifique os milhares de brasileiros que ali vivem mas é a pura realidade.

Integrada no País por uma conquista épica, onde sobressai a argúcia e a coragem dos portuguêses nos trópicos, formou-se ao longo do tempo uma sociedade à base do extrativismo, sedimentando costumes, modo de vida e uma nova mentalidade. Graças à borracha, as castanhas e peles, fêz-se a precária fixação do homem no vale, ao lado de um comércio sujeito às mais violentas oscilações e instabilidades constantes.

A Amazônia nunca deixou de estar em crise. Problemas diversos que as populações enfrentam a cada momento, em decorrência da estrutura da propriedade, agravados pelo isolamento dos habitantes, sem condições de explorar nossas riquezas, nunca lhes deram condições de estabilidade econômica e social.

O caso da borracha, em cujo ciclo surgiu o escasso povoamento da Amazônia, não mereceu dos órgãos competentes a atenção devida e nem o fomento que essa fabulosa riqueza representa para o País. Os milhares de seringueiros espalhados pela Amazônia sem o mínimo amparo, sem ganhar sequer o salário mínimo, privados de tudo, não sabem o que é escola, assistência médica e são submetidos à mais violenta estrutura de propriedade de que dá notícia a história do homem no Brasil, não lhes fazendo diferença entre o que é ou não é escravidão.

A Amazônia interessou e surgiu para o Brasil a partir da borracha, das castanhas e das peles, isto sob o ponto de vista econômico. Criou-se em decorrência o Banco da Borracha, tal a expressão e o intêresse despertado em tôrno dêsse produto. Êsse banco, de erros e desacertos acumulados, de Banco da Borracha passou a ser contra ela e o declínio e a crise da Amazônia foram

agravados pela inversão e miopia dos órgãos atuantes no setor, todos contra as atividades dos seringais. Isto gerou em largo plano o despovoamento da região — o seringueiro foi obrigado a abandonar sua atividade, pois esta já não compensava e êle não podia viver mais só da extração da goma elástica.

O produto está hoje a preços vis. O seringalista e o seringueiro estão equiparados ao mesmo grau de pobreza e esvaziamento. A Superintendência da Borracha, aliada e controlada pelos grupos dos pneumáticos que têm no Sr. Cássio Fonseca, seu representante máximo, promoveu a desagregação da Amazônia. De órgão de fomento na região, passou às atividades de exploração imoral. Compram o produto a preços humilhantes para revendê-lo pelo duplo ou triplo no sul. Essa Superintendência, patrocinando a exploração do seringalista e do seringueiro, nos dá a idéia do quadro desolador das irregularidades acumuladas ao longo do tempo. Ela se transformou em laboratório manipulador dos interêsses contrários à Amazônia.

O nobre Deputado Gabriel Hermes abordou o problema desta tribuna e fê-lo com muita propriedade. Constituiu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, a despeito de tudo, prossegue o Sr. Cássio Fonseca enganando a Deus e o mundo, fazendo coisas que podem ser pertinentes a tudo, menos para resolver a problemática da Amazônia.

Basta êsse fato — o Banco da Borracha, hoje Banco da Amazônia, é contra a produção da borracha e, de banco de produção passou a ser um banco comercial como os outros, encarecendo o custo do dinheiro que é emprestado a juros extorsivos e a prazos curtos.

Denuncio ao Sr. Presidente da República as manobras urdidas na Superintendência da Borracha e órgãos conexos, contra a Amazônia, onde meia dúzia está-se beneficiando e enriquecendo com a importação do produto e por êsse fato relegaram nossos seringais. O plantio de seringueiras virou embuste e êsses órgãos todos passaram a meros cabides de emprêgo. Basta ver o abandono do Vale do Guaporé para se aquilatar a iniqüidade dos órgãos encarregados da conduta e equacionamento dos problemas da borracha no País, todos comprometidos e envolvidos em altas transações de importação do produto.

A política de importação é criminosa e fere frontalmente a Amazônia, quando poderíamos estar exportando e, desde que a Superintendência foi criada, vemos a produção caindo numa disparada devido à influência de poderosos grupos internacionais agindo em seu meio e ditando-lhe as normas a serem seguidas, normas essas que não coincidem com os interêsses nacionais.

O artigo do Sr. Genival Rabêlo sôbre a borracha no Estado do Acre, de que dá notícia o jornal Alto Madeira, de Pôrto Velho, e que aqui transcrevemos, delineia a triste situação atual e assinalamos que a mesma em Rondônia é igual ou pior do que aquela que se verifica naquele Estado.

Já em 1967, uma Comissão Parlamentar destinada a verificar as razões do desestímulo da produção da borracha, de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Peres e outros, perguntava:

"a) qual a razão da política de preços inadequada em relação à borracha, em completo desajuste com o aumento do custo de vida no País?

b) qual a razão do virtual congelamento de preços da borracha natural?

c) qual a razão da diminuição da produção de borracha natural brasileira, o que tem servido de pretexto para autorização de importação dêsse produto?

d) qual a razão e o critério adotados para autorização das últimas importações de borracha pela indústria, as isenções e facilidades concedidas e as bases para fixação do volume a ser importado?

e) quais as conseqüências dessas importações, no mercado nacional da borracha nativa e suas implicações quanto ao preço de comercialização da mesma?

f) quais as implicações dêsses fatos no abandono dos seringais, redução de produção e abandono de regiões da Amazônia, tendo-se em vista a segurança nacional e a política de integração e ocupação da Amazônia do atual Govêrno?"

Apesar das boas intenções daquela Comissão, a problemática da borracha continua desafiando os órgãos do govêrno para seu eficiente equacionamento e nos permitiríamos formular, agora, ao Sr. Cássio Fonseca estas novas indagações:

a) por quê está totalmente abandonada ou descuidada nossa produção de borracha?

b) por quê não investir uma parte que fôsse do custo de importação no incremento da produção da borracha nativa?

c) Por quê a Comissão de Defesa da Borracha, com um quarto de século de existência, não conseguiu ainda obter que a nossa produção de borracha ultrapasse os níveis de produção de há 25 anos atrás, na chamada batalha da borracha, finalidade precípua para que essa Comissão foi criada?

d) nos depósitos do Banco da Amazônia, existem milhares de toneladas de borracha estragada, tanto em Pôrto Velho como em Cuiabá. Por quê essa borracha se perdeu?

Reportamo-nos, agora, ao problema, visto por Genival Rabêlo, cujo artigo diz, *in verbis;*

"A BORRACHA PEDE CONCORDATA PARA ESCAPAR DA FALÊNCIA

Genival Rabêlo

Se você leu "A Selva", de Ferreira de Castro, tem uma idéia aproximada do que foi o drama do seringueiro nos chamados áureos tempos da borracha (1870-1912). Se leu "Brasil Delirante", de Pierre Rondierre, sabe que morreram, então, nada menos de 500 mil nordestinos. E se leu "O Massacre dos Índios" de Lucien Bodard, fàcilmente conclui que, entre êstes, as perdas foram ainda mais elevadas.

Mas se você visitar, hoje, as áreas de produção da borracha, sente que a situação não melhorou. Segundo Frei José, que há mais de 30 anos presta assistência às populações acreanas, as relações de trabalho entre patrão e empregado são as piores possíveis pois, para o seringueiro, o seringalista não passa de um ladrão e para êste, o seringueiro trabalhador e honesto ainda está para nascer. Acresce que ambos são miseràvelmente ludibriados pelo marreteiro, espécie de atravessador que negocia diretamente com o seringueiro, prejudicando o seringalista em até mais de um têrço da produção do seringal.

Dias atrás, houve uma rebelião em Iracema. O dono do seringal mantinha, em atraso, saldo dos seringueiros num montante superior a 31 mil cruzeiros, Frei José foi chamado a intervir. Confessou-me, a propósito:

— Com muita dificuldade, consegui acalmar, momentâneamente, os homens. Mas adverti o seringalista de que, se êle não conseguir um financiamento que lhe permitia pôr em dia suas obrigações para com os trabalhadores, ninguém poderá evitar que o desespêro leve um dêles ao desatino de lhe meter uma bala na cabeça.

O pior é que Iracema não é um caso isolado. A quase totalidade dos seringais do Acre, cuja produção global se eleva, em média, a pouco mais de 8 mil toneladas anuais, num valor aproximado de Cr$ 33 milhões,

ocupando cêrca de 16 mil seringueiros e respondendo pelo sustento de 60 por cento da população do Estado, estão na mesma dramática situação.

Em face do problema, o governador Vanderley Dantas dirigiu memorial ao presidente da República, no qual, entre outras coisas, observa:

"Além de pequena a produção, é insignificante a produtividade, com resultados sociais incapazes de gegar desenvolvimento de vez que não cria um mercado consumidor, capaz de suportar o crescimento de atividades industriais e comerciais mais bem instaurados. Mas o incremento da produtividade exige muito mais do que dispõe o Govêrno do Estado. Faltam, principalmente, recursos para oferecer a necessária remuneração aos investimentos que deverão ser feitos para se alcançar posição razoável a curto prazo".

Critica o Banco da Amazônia por estribar sua política de incentivos em prazos extremamente reduzídos.

Entre as soluções possíveis para contornar a crise propõe o reescalonamento dos débitos vencidos com prazo de cinco anos, sendo dois de carência.

Diz de forma incisiva:

"Sòmente o reescalonamento tornará viável a permanência, em atividade de vários dos centros produtores, que não possuem condições para resgate total e imediato dos débitos".

Reclama também a redução do custo de dinheiro e assinala:

"Para ativar a produção, será necessário repovoar os seringais. E isso não ocorrerá se os seringalistas continuarem recebendo crédito ao custo atual de 10%".

Faz referência ao Programa de Crédito Rural Orientado, criado pelo Conselho Monetário Nacional para conceder crédito ao custo de 7% ao ano em prazos de até 8 anos, com 3 de carência, e conclui:

"O que se pede, portanto, é apenas a aplicação ao extrativismo acreano das mesmas medidas adotadas para a valorização de outros Estados da Federação".

O mais importante no memorial de Vanderley Dantas, é sua advertência de que a crise da borracha ainda pode ser contornada, apesar de sua gravidade. Mas cumpre não esperar que ela continue a ser esticada.

No momento, a borracha, que é principal riqueza do fronteiriço Estado do Acre (cujo desenvolvimento

é de importância decisiva na sua função de ponte de amizade entre o Brasil e os países vizinhos da orla do Pacífico), ainda tem condições de pedir e poder sair de uma concordata. Mas se tal medida extrema não fôr adotada com brevidade, dificilmente a borracha poderá escapar da falência".

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

(Publicado no Diário do Congresso Nacional, de 25 de agôsto de 1971, págs. 4.281 e 4.282 da Seção I).

MANGANÊS

Gen. Antônio de Brito Júnior

A siderurgia, de importância capital ao nosso desenvolvimento econômico, é considerada como indústria chave. Requer, em particular, como matérias-primas: Ferro, Carvão, Manganês.
Sòmente sôbre êste último, vamos tecer ligeiras, mas mui oportunas, considerações.

Manganês

— Na fabricação do aço, o manganês impede que êle se oxide ou sulforize.

O cientista W. R. Jones o considera como o sabão do aço e escreve: "Sem sabão não se lava a roupa; sem manganês não se pode fabricar aço decente".

Assim o manganês, minério necessário à metalurgia do ferro nas ligas, na eliminação de impurezas e na fabricação de aços especiais, pode hoje ser considerado como um mineral semi precioso.

Pouquíssimos são os países que ainda possuem reservas apreciáveis dessa matéria-prima indispensável à siderurgia: Rússia, União Sul Africana, Costa de Ouro e Índia.

Nossas reservas que muito variam de teor e de tipo, são escassas e ocorrem principalmente em Minas, Bahia, Mato Grosso e Amapá, em regra associadas ao ferro. Os depósitos de Minas, de mais fácil acesso por mais próximos dos centros consumidores, se localizam no centro dêsse Estado em Lafaiete, Ouro Preto, São João del Rei, Lavras, Itabira, D. Silvério, Pitangui, Santa Bárbara e Diamantina. Não são de vulto êsses depósitos e já é evidente o esgotamento das minas.

Os depósitos da Bahia aparecem a cêrca de 500 km do litoral ou próximos dêle, em Nazaré, Jacobina, Bonfim e Santo Antônio de Jesus. Acham-se pràticamente esgotados.

Os depósitos de Mato Grosso são os mais volumosos e se encontram no morro do Urucum, próximo à fronteira com a Bo-

lívia a cêrca de 25 km ao Sul de Corumbá, ou a umas 1.700 milhas à montante do Prata. Escoadouro natural via Paraguai-Paraná.

Finalmente, as reservas do Amapá descobertas recentemente (1945), estão situadas em ambas as margens do Amapari, afluente do Araguari, na Serra do Navio. Vem sendo exploradas pela Bethlehem Steel Co., por intermédio da firma Indústria e Comércio de Minérios (Icomi). É o minério do hemisfério Sul mais próximo do mercado consumidor norte-americano, do qual dista 3.200 milhas, enquanto dista de quase 5.000 milhas do pôrto do Rio de Janeiro.

Os pequenos depósitos de manganês no território americano estão reservados para emprêgo em caso de guerra.

A Rússia dispõe ainda hoje das maiores reservas de manganês do mundo e, durante muito tempo, atendeu a cêrca de 30% das necessidades norte-americanas; o restante ia da Índia e da África (Costa de Ouro, União Sul-Africana e Libéria).

Como as emprêsas americanas não podem mais importar êsse minério da Rússia e são cada vez mais limitadas as reservas das demais jazidas mundiais, sentem dificuldades imensas para alimentar a sua fabricação de aço, a maior do mundo. Por tais razões, se compreende fàcilmente o empenho com que se associam a cometimentos como os do Amapá e as pressões que exercem para a obtenção de novas fontes de fornecimento.

Defendem uma questão vital, com direito igual ao que temos na defesa de nossos interêsses.

A opinião generalizada é a de que devemos restringir a exportação do manganês sob pena de ser comprometido o futuro de nossa indústria siderúrgica. Em particular, se impõe a preservação dos depósitos em Minas para atender às solicitações crescentes dessa indústria. As citações abaixo transcritas, de autoridades no assunto, confirmam o que se acaba de asseverar:

— Geólogo Sílvio Frois de Abreu: As reservas de minério de manganês do Brasil, não são tão abundantes a ponto de dispensar que se cogite de zelar pelo abastecimento da indústria metalúrgica nacional, nos próximos anos;

— Roberto Pinto de Souza: A indústria extrativa não cria por si só riqueza na região em que se encontra;

— Brasil 1960 (Publicação do Ministério das Relações Exteriores): O problema da exportação do minério de manganês, devido as suas características estratégicas para o nosso desenvolvimento siderúrgico constituiu matéria bastante discutida. Estudiosos... aceitam que não se deve estimular a exportação do manganês do estado de Minas;

— Engenheiro José Hermírio de Morais: Até agora temos exportado minério com resultado pouco remunerador. Ao terminar a exploração restam apenas cidades ou aldeias mortas, sem o menor valor econômico.

— Geólogo Othon Leonardo: Cumpre exportar com ponderação os produtos minerais "in natura";

— Professor Robert Mehl: Em Minas Gerais, o esgotamento das jazidas de manganês já é evidente;

— Ministro Bitencourt Sampaio: Os países possuidores do manganês só o deixam sair a trôco dos mais modernos armamentos;

— Engenheiro de minas Glycon de Paiva: Até agora temos exportado minério com resultado pouco animador;

— Engenheiro metalúrgico Waldemar de Lima e Silva: O manganês para a indústria siderúrgica é um problema mais sério do que se imagina. A exportação do manganês não convém que seja levada em excesso, pois o Brasil muito necessita dêle para acompanhar a evolução de sua indústria siderúrgica, presentemente num período áureo de expansão;

— General Raimundo Sampaio: Urge seja submetida a exportação do manganês a rigoroso contrôle do Estado a fim de impedir que em futuro mais ou menos próximo a indústria siderúrgica nacional venha a sofrer tremenda crise, com prejuízos incalculáveis para a economia nacional;

— Conjuntura Econômica (1951): No rítmo em que se vem processando a exploração das jazidas de manganês em Minas Gerais, a indústria siderúrgica breve estará privada dos suprimentos dêsse minério;

— Economista Pimentel Gomes: O futuro siderúrgico está ameaçado pelas exportações maciças e a preços baixos de manganês, elemento semi-raro e absolutamente indispensável;

— Jornalista Costa Rêgo: Importamos borracha para manter nossa indústria de pneumáticos. Importaremos sem dúvida manganês para sustentar nossa indústria siderúrgica, e isto no regime de economia dirigida, mal dirigida, vê-se bem;

— Tenente-Coronel Newton Lisboa Lemos, no seu muito bem organizado trabalho, separata da Revista do Club Militar, ao ano de 1960, sob o título "Manganês": Se deixarmos o minério de Minas Gerais, exclusivamente para atender ao consumo interno, até 1987, isto é, num período de 27 anos as reservas atualmente conhecidas naquele Estado estarão totalmente esgotadas. E ainda: Suspender, imediatamente, tôda e qualquer exportação do minério de manganês proveniente das jazidas no Estado de Minas Gerais;

— Finalmente, a declaração feita por eminente industrial americano e trazida ao nosso conhecimento pelo distinto engenheiro metalúrgico Waldemar de Lima e Silva, a propósito do minério que devia ser comprado pelo govêrno dos Estados Unidos, para o seu programa de estocagem, sem preocupações de preço: — O minério de manganês vale mais que todo o ouro do Forte Knox.

Vozes há; faltam ouvidos!...

Opiniões tão abalizadas nos conferem o direito de asseverar a incoveniência da exportação do minério de manganês de Minas Gerais, já escasso, permitindo-se a exportação do minério da periferia, de Macapá e de Mato Grosso.

Exportação essa que deverá ser feita a preços compensadores, por se tratar de minério cujas reservas mundiais são limitadas em quantidade e em fornecedores.

O país marcha a passos gigantescos na senda do progresso, com a colaboração do povo que nunca se manifestou tão confiante como agora, na sadia e patriótica direção de um govêrno honesto e realizador.

"Creio firmemente na industrialização do nosso País porque ela corresponde a uma realidade e a uma necessidade, diz o General Macedo Soares".

Creio eu também na vontade coletiva do País a favor de nossa completa emancipação econômica.

A ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO ESTADO DA GUANABARA E O CONTRÔLE DA NATALIDADE

Em ofício circular dirigido às entidades médicas do País, assim se manifestou a AMEG sôbre os acôrdos estabelecidos entre a BEMFAM e os governos do Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

Ofício-Circular
N.º 58/71

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1971

Apraz-me informar que o Conselho Deliberativo desta entidade de classe aprovou a seguinte nota oficial:

"A Associação Médica do Estado da Guanabara, na devida oportunidade, enviou expediente ao Senhor Presidente da República apontando os graves inconvenientes e a ilegitimidade dos acôrdos firmados pelos governos dos Estados do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo com a BEMFAM, sociedade civil que desenvolve programa de contrôle da natalidade, considerado crime de genocídio pela legislação brasileira.

A reportagem de dois enviados especiais de importante órgão da imprensa brasileira a respeito do que está ocorrendo no município norte-riograndense de Currais Novos, publicada no dia 10 do corrente, retrata, com perfeição, a forma como atua a BEMFAM para conseguir os seus maléficos objetivos.

Comprova-se que a BEMFAM, para o "aliciamento das suas clientes" utiliza o especioso argumento de que "basta apenas o uso da pílula ou do dispositivo intra-uterino para resolver as dificuldades financeiras das famílias", omitindo o fato de que não há notícia, em qualquer parte do mundo, da erradicação da pobreza através do contrôle da natalidade.

Evidencia-se que a BEMFAM emprega falsa identidade quando se apresenta como "uma sociedade de médicos brasileiros cujo único interêsse é o bem-estar da família" quando todos sabem que a grande mola propulsora dos seus programas é o financia-

mento oriundo da Federação Internacional de Planejamento Familiar, com sede em Nova Iorque e Londres.

Confirma-se que a BEMFAM, pelos seus prepostos, difunde a enganosa versão de que "essa história de que os anticoncepcionais causam transtornos é mentira", escamoteando, deliberadamente os efeitos danosos provocados pelas pílulas e pelos dispositivos intra-uterinos, amplamente registrados na imprensa médica, nacional e estrangeira.

Demonstra-se que a BEMFAM, ciente de que "o Código Penal proíbe a propaganda ostensiva de métodos anticoncepcionais", o seu representante em Currais Novos "pediu às primeiras clientes que espalhassem pela cidade os objetivos da campanha".

Diante dêsses fatos novos, que reafirmam denúncias anteriores, a Associação Médica do Estado da Guanabara encarece a necessidade imperiosa de providências contra a desabusada campanha em favor de indiscriminada limitação da natalidade, conforme salienta Dom Vicente Scherer, Cardeal Arcebispo de Pôrto Alegre.

Impõe-se que sejam expressamente proibidas atividades dessa natureza, que desatendem aos interêsses nacionais, nos têrmos das renomadas afirmações dos Ministros Delfim Netto, Mário Gibson Barbosa e Magalhães Pinto, bem como do próprio Presidente Emílio Garrastazu Médici".

Atenciosas saudações
Mário Victor de Assis Pacheco
Secretário-Geral

LEI SÔBRE VENDA DE TERRAS A ESTRANGEIROS

A Comissão Nacional pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA) divulgou no segundo número da sua "A Amazônia Brasileira em Foco" o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar a questão da venda de terras a estrangeiros. Êste documento, de inestimável valor e importância, foi elaborado pelo relator da referida Comissão Parlamentar, o falecido Dep. Brigadeiro Haroldo Coimbra Velloso, ínclito patriota e denodado artífice do sublime ideal da grandeza do Brasil no dizer autorizado de Sua Excelência o Sr. Ministro de Estado da Aeronáutica em convite para a missa do 2º aniversário do passamento daquele ilustre e brilhante militar, figura admirada e querida por todos os que acompanham, com carinho e devotamento, a luta pela emancipação econômica e o desenvolvimento do nosso País. Como corolário do seu trabalho patriótico o Govêrno acaba de assinar a lei sôbre venda de terras a estrangeiros, já publicada na nossa imprensa, e cujo texto abaixo transcrevemos:

"O Presidente da República sancionou a lei que regula a venda de terras a estrangeiros. Um dos seus dispostivos estabelece que os estrangeiros que pretendam comprar imóveis rurais no país *assumam o compromisso de fixar domicílio no Brasil e explorar as terras adquiridas no prazo de três anos.*

A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira — diz ainda a lei sancionada — não poderá exceder a 50 módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua. Êsse limite entretanto poderá ser aumentado pelo Presidente da República, mediante audiência ao Conselho de Segurança Nacional.

A LEI

É o seguinte o texto da Lei:

"Art. 1º — O estrangeiro residente no país e a pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil só poderão adquirir imóvel rural na forma prevista nesta lei.

Parágrafo 1º — Fica, todavia, sujeita ao regime estabelecido por esta lei a pessoa jurídica brasileira, da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior.

Parágrafo 2º — As restrições estabelecidas nesta lei não se aplicam aos casos de transmissão causa mortis.

Art. 2º — Ao estrangeiro, que pretenda imigrar para o Brasil, é facultado celebrar, ainda em seu país de origem, compromissos de compra e venda de imóvel rural, desde que, dentro de 3 (três) anos, contados da data do contrato, venha *fixar domicílio no Brasil e explorar o imóvel.*

Parágrafo 1º — Se o compromissário comprador descumprir qualquer das condições estabelecidas neste artigo, reputar-se-á absolutamente ineficaz o compromisso de compra e venda, sendo-lhe defeso adquirir, por qualquer modo, a propriedade do imóvel.

Parágrafo 2º — No caso previsto no parágrafo antecedente, caberá ao promitente vendedor propor a ação para declarar a ineficácia do compromisso, estando desobrigado de restituir as importâncias que receber do compromissário comprador.

Parágrafo 3º — O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado, ouvido o setor competente do Ministério da Agricultura, caso o promitente comprador já tenha utilizado imóvel na implantação do projeto de culturas permanentes.

Parágrafo 4º — As disposições dêste artigo constarão, obrigatòriamente, dos compromissos de compra e venda nêle referidos, sob pena de nulidade dos respectivos contratos.

Art. 3º — A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinqüenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

Parágrafo 1º — Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independendo de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.

Parágrafo 2º — O Poder Executivo baixará normas para a aquisição de área compreendida entre 3 (três) e 50 (cinqüenta) módulos de exploração definida.

Parágrafo 3º — O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, *poderá aumentar o limite fixado neste artigo.*

Art. 4º — Nos loteamentos rurais efetuados por emprêsas particulares de colonização, *a aquisição e ocupação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área total serão feitas obrigatòriamente por brasileiros.*

Art. 5º — As pessoas jurídicas estrangeiras referidas no Artigo 1º desta lei só poderão adquirir imóveis rurais destinados à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais, ou de colonização, vinculados aos seus objetivos estatuários.

Parágrafo 1º — Os projetos de que trata êste artigo deverão ser aprovados pelo Ministério da Agricultura, ouvido o órgão federal competente de desenvolvimento regional na respectiva área.

Parágrafo 2º — Sôbre os projetos de caráter industrial será ouvido o Ministério da Indústria e Comércio.

Art. 6º — Adotarão obrigatòriamente a forma nominativa as ações de sociedade anônimas:

I — Que se dediquem a loteamento rural;

II — Que explorem diretamente áreas ruais; e

III — Que sejam proprietários de imóveis rurais não vinculados a suas atividades estatuárias.

Parágrafo Único. — A norma dêste artigo não se aplica às entidades mencionadas no Art. 4º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1967.

Art. 7º — A aquisição de imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional por pessoa estrangeira, física ou jurídica, depende do *assentimento prévio da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional.*

Art. 8º — Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.

Art. 9º — Da escritura relativa à aquisição de área rural por pessoas físicas estrangeiras constará, obrigatòriamente:

I — Menção do documento de identidade do adquirente;

II — Prova de residência no território nacional; e

III — Quando fôr o caso, autorização do órgão competente ou assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo Único. — Tratando-se de pessoa jurídica estrangeira, constará da escritura a transcrição do ato que concedeu autorização para a aquisição da área rural bem como dos documentos comprobatórios de sua constituição e de licença para seu funcionamento no Brasil.

Art. 10 — Os cartórios de registro de imóveis manterão cadastro especial, em livro auxiliar, das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras, físicas e jurídicas, no qual deverá constar:

I — Menção do documento de identidade das partes contratantes ou dos respectivos atos de constituição, se pessoas jurídicas.

II — Memorial descritivo do imóvel, com área, características, limites e confrontações; e

III — Transcrição da autorização do órgão competente, quando fôr o caso.

Art. 11 — Trimestralmente, os cartórios de registro de imóveis remeterão, sob pena de perda do cargo, à Corregedoria da Justiça dos Estados a que estiverem subordinados e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados enumerados no artigo anterior.

Parágrafo Único. — Quando se tratar de imóvel situado em área indispensável à segurança nacional, a relação mencionada neste artigo deverá ser remetida também à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 12 — *A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a 1/4 (um quarto) da superfície dos municípios onde se situem, comprovada por certidão do registro de imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o Art. 10.*

Parágrafo 1º — As pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada município, de mais de 40% (quarenta por cento) do limite fixado neste atigo.

Parágrafo 2º — *Ficam excluídas das restrições* dêste atigo as aquisições de áreas rurais:

I — Inferiores a 3 (três) módulos;

II — Que tiverem sido objeto de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão, mediante escritura pública ou instrumento particular devidamente protocolado no registro competente, e que tiverem sido cadastradas no INCRA em nome do promitente comprador, *antes de 10 de março de 1969;*

III — Quando o adquirente *tiver filho brasileiro ou fôr casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão de bens.*

Parágrafo 3º — *O Presidente da República poderá, mediante decreto, autorizar a aquisição além dos limites fixados neste artigo,* quando se tratar de imóvel rural vinculado a projetos julgados prioritários em face dos planos de desenvolvimento do país.

Art. 13 — O Art. 60 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60 — Para os efeitos desta lei, consideram-se emprêsas particulares de colonização as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, ou constituídas e sediadas no país, que tiverem por finalidade executar programas de valorização de área ou distribuição de terras".

Art. 14 — Salvo nos casos previstos em legislação de núcleos coloniais, onde estabeleçam lotes rurais, como agricultores, estrangeiros imigrantes, *é vedada, a qualquer título, a doação de terras da União ou dos Estados a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas.*

Art. 18 — *São mantidas em vigor as autorizações concedidas,* com base nos Decreto-Leis nºs 194, de 10 de março de 1969, e 924, de 10 de outubro de 1969, em estudos e processos já concluídos, cujos projetos tenham sido aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 19 — O Poder Executivo baixará, dentro de 90 (noventa) dias, o regulamento para execução desta lei.

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 — Revogam-se os Decretos-Leis nºs 494, de 10 de março de 1969 e 924, de 10 de outubro de 1969, e demais disposições em contrário".

Amazônia, Conjuntura Nacional e Nacionalismo na Imprensa Brasileira

RODRIGO OTÁVIO: PROGRESSO COM LIBERDADE

Ao assumir o comando da Escola Superior de Guerra, o General Rodrigo Otávio Jordão Ramos disse que "em um mundo dividido, devastado pela miséria e a fome e trabalhado pela polarização ideológica, sòmente a harmonia social, o desenvolvimento econômico e a liberdade política poderão constituir a única estratégia válida na esperança da sobrevivência da civilização, com dignificação humana".

A solenidade foi presenciada pelo Ministro do Exército, General Orlando Geisel; chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, Almirante Murilo do Vale, Marechais Juarez Távora e Cordeiro de Farias, Generais Antônio Carlos da Silva Murici, Augusto Fragoso, Marechal-do-Ar Henrique Fleiuss, Embaixador Miguel Paranhos do Rio Branco e outras autoridades civis e militares.

O subcomandante da ESG, General Lauro Alves Pinto, respondendo interinamente pelo comando, presidiu a solenidade lembrando que receber o General Rodrigo Otávio Jordão Ramos "é uma honra para esta Casa. Êle a viu nascer." Disse também que a ESG está em sua 12.ª semana de aulas e que já está organizado o currículo para êste ano.

O DISCURSO

O General Rodrigo Otávio Jordão Ramos iniciou o discurso de posse, que durou 30 minutos, anunciando a determinação presidencial, publicada n dia 14 dêste mês, sôbre a sua indicação para o comando da ESG.

A seguir, destacamos trechos do discurso, publicado pelo "Jornal do Brasil":

> "Em um Mundo dividido, devastado pela miséria e a fome e trabalhado pela polarização ideológica, levado

à expectativa angustiante de um holocausto termonuclear, sòmente a harmonia social, o desenvolvimento econômico e a liberdade política, poderão constituir a única estratégia válida na esperança da sobrevivência da civilização, com dignificação humana."

Na lealdade e franqueza que me são próprias, devo declarar que embora honroso e distinguido por todos os títulos, jamais desejei tal Comando, não pelo temor das responsabilidades pertinentes, pois bem as identifico e avalio, componente que fui da dedicada equipe que assessorou os seus dois primeiros Comandantes, na criação e consolidação dêste nobre Instituto, mas sobretudo pela vontade em não me afastar do Exército, onde sob a direção de seu digno Ministro vinha como Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações, realizando empolgante e fascinante *programa de integração e ecumenização de nossas áreas-problema, em particular da Amazônia,* ao lado da rara oportunidade que me fôra propiciada de estimular a indústria militar e cooperar com a indústria nacional em significativos projetos de desenvolvimento técnico e fabricação de nosso equipamento bélico.

No perlustrar, porém, da carreira voluntàriamente abraçada — como disse ontem ao despedir-me do DEC — sempre entendi e professei em sua servidão que "não há querer ou não querer, poder ou não poder" e sim e sempre uma missão a cumprir e um dever a honrar, para os quais a Pátria tem o direito de esperar de seus soldados, marinheiros e aviadores, uma devoção integral, saturada de fé, perseverança e entusiasmo.

.....

Como Instituto de Altos Estudos Brasileiros e mais pròpriamente Escola de Estratégia Nacional — e assim vem-se afirmando indiscutìvelmente a sua conceituação através do tempo, em nossas elites culturais, civis e militares — não poderei deixar de nela continuar a *assegurar a livre exposição e debate das teses apresentadas a nossa consideração e estudo, inclusive no que se refere à dinâmica evolutiva de sua base doutrinária.* Na apreciação dos temas conjunturais, nos trabalhos de Grupo e de Turma, e nas viagens de Estudo identificaremos e avaliaremos também as nossas potencialidades e vulnerabilidades — perante o "Mundo que conta", na área continental e na área nacional — juntamente com as metas desejadas pelas aspirações revolucionárias — desde 1964 e mais particularmente após 69 — destinados a fundamentar o *Trabalho Final de Planejamento,* iniciado com a revisão do Conceito Estratégico Nacional, verdadeira idéia de manobra da ação estratégica integral a ser desenvolvida na preparação e aplicação

do Poder Nacional, no tempo e no espaço, visando à consecução e salvaguarda dos objetivos fixados pela Política. Relaciona assim — três elementos — tempo, lugar e valor das fôrças materiais e morais, integradas por um fator complexo — a manobra resultante da dialética dos antagonismos e que determinará a seqüência e a relação das situações sucessivas, tornando possível a existência de condições adequadas para a consecução dos objetivos visados.

Acredito que, com a definição categórica dos Objetivos Nacionais a serem colimados pela Revolução, constantes de diversas manifestações presidenciais, inclusive nas Metas e Bases para a Ação de Govêrno — 1970 — visando ao ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século, "através de uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se assim a viabilidade econômica, social e política do país, como Grande Potência" — nenhuma dúvida haverá quanto aos rumos a serem seguidos em todos os escalões governamentais, paraestatais e privados, de maneira a ser possível consagrar efetivamente os fins em vista.

Neste particular, avulta realmente a participação que a ESG poderá emprestar à ação do Govêrno, em bases práticas, através de estudos estratégicos que permitam fixar adversidades e antagonismos conjunturais a serem superados, bem como precisar o valor do Poder Nacional, em todos os seus campos, capaz de participar dessa superação, seja em sua forma atual, seja pela transformação acelerada de seu valor potencial.

Na rápida constatação que pudéssemos fazer com esta finalidade, do panorama universal e da realidade brasileira, consideradas as pressões eventuais daí incidentes, contrariando a consecução dos Objetivos Nacionais, não poderíamos deixar de alimentar sérias apreensões, mas também fundadas esperanças, na prospectiva do tempo, face ao quadro estratégico e tecnológico atualmente defrontados e em sua evolução provável, a curto e médio prazos.

. . . . . .

Também na perspectiva nacional, sentimos, em nossa imaturidade, como estamos ainda longe da Pátria una, integrada, desenvolvida de nossos sonhos, ainda que ufanistas, abrigando uma sociedade aberta, solidária, efetivamente democrática. Na verdade a *maturidade* de uma nação não consiste apenas na existência de uma economia fundamentada na produção em massa, satisfazendo amplamente ao consumo interno e à exportação crescente em quantidades significativas, apenas em suas zonas desenvolvidas: na consolidação política estribada em uma democracia social ou libe-

ral, como base de um Estado de Direito, aliçerdada na garantia dos direitos individuais, na representatividade política, no favorecimento das mesmas oportunidades, na justiça social, na indiscriminação racial, na liberdade religiosa; no respeito que lhe devota o Mundo exterior, seja pelo seu potencial militar e econômico, seja pela elevada expressão de cultura. Realmente, uma nação só se poderá sentir perfeitamente amadurecida quando — através da distribuição eqüitativa do *bem comum,* compreendido êste como um conjunto de condições sociais que permitam e facilitem ao homem o desenvolvimento integral da personalidade, na concepção de João XXIII — se integrar, social, política e econômicamente, de forma que seus espaços geográficos não constituam apenas expressão de domínio político e os seus núcleos populacionais, embora rarefeitos e dispersos ou aglomerados nos grandes centros, não apresentem feição colonial, indigência incompatível com a condição humana e não tenham desníveis no usufruto daquele bem comum. Além disso, todos os seus tratos espaciais, equilibrados social e econômicamente, deverão estar intimamente ligados aos Centros de Poder, por um sistema de circulação ativa, que permita vivificar tôda base física, além de garantir em suas fímbrias raianas, espaços interiores ou orla litorânea, uma segurança estratégica adequada.

Será que em relação à Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, e aos submundos de suas grandes metrópoles, o Brasil já alcançou a sua plena maturidade? Evidentemente, não. O que temos na verdade são três Brasis — infra, sub e semidesenvolvido — função dos índices regionais atuais, diversificados em suas características geográficas e em seu dimensionamento sócio-econômico, inclusive em suas culturas peculiares — atlântica, mista, caipira e primitiva — inseridas, em sua gradação, simultâneamente, nos mesmos núcleos populacionais.

Não se tem conta, de fato, da gravidade da situação em evolução para o Brasil, quer no contexto internacional, quer no complexo nacional, pela pobreza e desintegração dessas áreas ou dessas ilhas urbanas.

É nessa perspectiva difusa e incerta, onde a progressão das transformações tecnológicas se fazem em escala exponencial e as sociais em progressão geomértica, que os povos desenvolvidos, fechados em seus egoísmos tradicionais e fortemente batidos pelos tufões vesânicos da contestação marcusiana, em um conflito de gerações e de filosofias de viver, atingindo fortemente a ética e a moral do comportamento humano, não se sentem dispostos a ajudar, com positividade indiscutível, o *take off* e a superação de etapas dos povos subdesenvolvidos, deixando ao contrário que se alarguem cada vez mais as brechas tecnológicas e econômicas atuais.

Também os nossos descompassos regionais se ampliam em nossa diversidade geográfica, social e econômica, enquanto a multiplicação demográfica, acelerada não só no Brasil, como no mundo, agrava o problema de sobrevivência, com dignificação humana, das massas dominadas pela pobreza e mais das vêzes pela miséria — em um complexo e fechado ciclo de condições debilitantes — analfabetismo, fome, desesperança — acrescendo paradoxalmente os zeros econômicos e sociais, no saldo negativo do balanço de nosso progresso. É neste quadro pincelado de realismo incontrastável, que a nossa e as futuras gerações terão de viver, lutando na busca daquele caminho iluminado pela harmonia social na distribuição dos bens econômicos reais, dentro de um enquadramento político que, como dissemos, não seja dificultado pelo liberalismo em sua forma pragmática tradicional — como respeito único à lei democrática — ou obstruído pela socialização marxista, como expressão da igualização forçada de bens individuais pela ação do Estado — e tendo sempre como alvo a consecução dos nossos ONP — objetivos políticos — dentre os quais se primaciam os da *integração nacional, integridade nacional, soberania nacional, desenvolvimento, justiça social, franquias democráticas e de grupamentos internos federados.*

Nesse contexto, a tarefa ingente de nossa geração — civil e militar — tem sido duramente concretizada pela linha de ação tenazmente perseguida pela Revolução desde 1964, restaurando inicialmente a moral pública e a hierarquia funcional, e em seguida, mediante trabalho persistente, afanoso e esclarecido, criando condições adequadas nos campos econômico, social e político, mediante instrumentos legais e administrativos visando a: um *desenvolvimento* acelerado, conciliado com a luta permanente contra a inflação; a *integração* dos espaços regionais diferençados pela superação dos desequilíbrios hoje existentes; a maximização da *educação* em todos os seus ciclos, inclusive com a prioridade de investimentos, a erradicação perseguida vivamente do analfalbetismo, o saneamento geo-educacional e o ensino tecno-profissional; a diminuição do descompasso social entre a emprêsa e a fôrça de trabalho; o aumento da *produção agrícola*, através da mecanização e processos racionais de trabalho; a densificação da *circulação* — transportes e comunicações; a *incorporação* efetiva do homem do campo à atividade nacional, a aceleração da produção industrial e mineral e da exportação; a intensificação da pesquisa científica e tecnológica, com penetração na área nuclear; as reformas das estruturas organizacionais, visando à racionalização administrativa e maior dinâmica funcional; a reforma tributária, com nova discriminação de rendas; a reorganização e reaparelhamento das Fôrças Armadas para condições de melhor eficiência, racionalidade e

integração de suas atividades, logísticas e operacionais; a contenção da expansão demográfica em zonas de miséria e de estagnação, erradicação das Endemias Rurais e melhores condições de higidez dos núcleos demográficos; maior autenticidade da representatividade política em bases mais consentâneas com a realidade nacional, na fase de transição ora vivida e a se confirmar no futuro; a comunicação mais efetiva com o povo, motivando o seu apoio à obra administrativa em curso; a captação intensiva de recursos internos e externos, sobretudo para os empreendimentos de infra-estrutura; a limitação da estatização empresarial, fortalecendo o setor privado; o ajustamento entre o excesso de mão-de-obra, ausência de capitais, falta de poupança e a técnica de produção, visando a altos índices de produtividade competitiva, etc. Tôdas essas medidas vêm permitindo em larga escala, a diminuição de nossas deficiências em todos os campos do Poder Nacional, em sua otimização econômica — acréscimo de reservas monetárias, aumento constante do PNB e redução do impacto inflacionário, mostrando que o País cada dia se acha mais galvanizado pela *idéia fôrça* de um desenvolvimento harmônico, integrado e organizado, de formação endógena e exógena, visando a curto prazo à auto-sustentação, buscando no dimensionamento social, político e econômico a ser atingido, estruturar uma sociedade aberta, desenvolvida, democrática, soberana e cristã que institucionalizará em tôda extensão, segundo o propósito explicitado pelo Chefe da Nação, na escalada compatibilizada pelas realidades conjunturais defrontadas, o processo revolucionários, ora em curso, através de um encontro leal e permanente entre as fontes reais e as fontes formais do Poder.

A hora é, pois, de fé, de esperança, de criatividade, de renovação, de determinação, e de impulsão em todos os setores da vida nacional.

. . . . . .

Nessa caminhada, de um estado de desejo para uma afirmação de realidade, não podemos nos largar ao extravio da aventura, ao risco da insensatez, ou à infidelidade às tradições de uma já consagrada cultura política estribada na convicção democrática, vocação liberal e na formação cristã. Já brilhante intelectual patrício, o eminente professor Nilo Pereira, asseverou com muita propriedade: "Se recusamos êsse caminho é porque preferimos as veredas; mas um povo não tem o direito de trocar a estrada feita pelos seus maiores pela sedução de horizontes escuros e incertos. Um povo que se nega perde o rumo. Renega-se de si mesmo a glória que o fêz povo, cultura, civilização, dignidade humana."

Para aqui vim, integrar-me em vossas fileiras, a fim de juntos, com a cooperação entusiasta de nossos irmãos Adesguianos,

prosseguirmos os nossos esforços, com determinação e consciência, através de nosso ingente trabalho diuturno — sem distinção hierárquica ou funcional — nesta grande Obra de Renovação Nacional, ora em plena edificação, e à qual a Escola Superior estêve em todos os tempos e está intimamente ligada. Só assim o Brasil unificado, integrado, socialmente justo, econômicamente equilibrado e politicamente democratizado, poderá vencer o desafio do tempo e das realidades nacionais, continentais e mundiais e afirmar-se, em paz, segurança e progresso continuado a esplendente dignificação humana de seus filhos e realizar o seu destino superior de Grande Nação, na Comunhão Universal."

AMAZÔNIA (I)

Mal. F. Lima Brayner

Tôda a imprensa está noticiando a chegada ao Rio dos representantes do famoso Instituto Hudson, dos Estados Unidos, que já foi apontado como tendo ligações estreitas com a indesejável CIA, que tantas preocupações traz ao mundo. Desta vez, vieram os diretores do Instituto — cinco — entre os quais o indesejável futurólogo Herman Kahn, o que dá entrevistas despido; e um tal Sr. Robert Panero, que deitou copiosa entrevista para explicar aos jornais o que serão os lagos amazônicos que êles pretendem construir. Seus colaboradores principais aqui são os Srs. Robert Campos e Gouveia de Bulhões, representantes de interêsses americanos no Brasil. Os homens vieram fazer seminários para propaganda de suas idéias diabólicas. O H. Kahn, que tanto nos denegriu na imprensa mundial, colocando o Brasil entre os últimos países subdesenvolvidos do Continente africano, agora adocicou a voz e procurou melhorar os conceitos com que nos insultava.

O que pretendem êles agora? Ninguém os chamou. Ninguém os aceita. Já foram mandados de volta, quando da última tentativa de tomar pé na Amazônia. Voltam pelas mãos escorregadias de Robert Campos, que se revelou nos debates mais veemente do que os próprios agentes americanos.

Um órgão da imprensa já noticiou que os meios militares e governamentais estão desconfiados e atentos quanto às intenções ocultas dêsse grupo (...).

— Quem chamou o bando Hudson — CIA e quem financiou a orgia de gastos que estão fazendo no Brasil?

—Quais os objetivos, claros e insofismáveis, que os trouxeram aqui, de volta?

(...) Vejamos o que diz Willard Price, o americano que mais conhece a Amazônia em seu livro *The Amazing Amazon*: "O

Amazonas é o maior rio do mundo. Êle afeta os americanos mais profundamente do que seu próprio Mississipi. Os produtos do solo amazônico são os mais ricos da face da Terra. 86% do que se cultiva, em todo o mundo, são representados no solo amazônico. Talvez tenha sido Winston Churchill quem primeiro despertou nossa atenção para o que significava o mundo amazônico, para o desenlace da II Guerra Mundial. Possìvelmente, nosso interêsse foi despertado pela afirmação do Presidente Roosevelt de que era essencial a cooperação do Brasil para a vitória dessa Guerra."

Thomas Dewey e o próprio General Eisenhower ressaltaram que a vitória emanava particularmente da capacidade industrial: "Todos os aspectos da existência da América e do mundo livre dependem sobretudo de um produto: manganês. Na guerra, sem manganês não pode haver aço e conseqüentemente não haverá canhões, nem tanques, nem navios, nem aviões e nem mesmo bombas atômicas. Nós obtemos o grosso do nosso manganês, da Rússia; e grande parte do resto dos países satélites. Se formos barrados no acesso a essas fontes, só nos restará uma reserva: Brasil! A margem sul da bacia Amazônica é fabulosamente rica em manganês. E na bacia Amazônica e adjacências estão os maiores depósitos de ferro, do mais alto teor do mundo, capazes de abastecer a totalidade do globo por muitos séculos." (...)

O alto aprêço demonstrado pelo grande estadista americano, pela preservação da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos, evoluiu, entretanto, e os estadistas que presentemente dirigem a nação americana consideram-na exclusivamente sob a égide dos seus interêsses materiais. (...)

Willard Price, em seu precioso livro *The Amazing Amazon*, acrescenta: "... A região (Amazônica) está pràticamente vazia e pode, de acôrdo com um observador, das Nações Unidas, acomodar um bilhão de pessoas — aproximadamente a metade da atual população do globo."

Ainda há mais, na sua impressionante finalização: "E torna-se evidentemente claro como é urgente o desenvolvimento da Amazônia, se as nações livres tiverem de assegurar sua própria defesa, se o mundo tiver de prover seu próprio alimento, e se essa imprudente procriação da raça humana necessitar encontrar espaço para os seus multiplicados milhões. Talvez o General Marshall tenha usado o têrmo exato: indispensável."

Eis aí o pensamento, sem rebuços, dos estadistas americanos contemporâneos, na palavra despida de cerimônia dêsse ostensivo CIA, Willard Price, profundo conhecedor da Amazônia.

O Presidente Médici, ao assumir o Govêrno, num requinte de sinceridade, disse: "Eu vim da fronteira do Sul..." De fato, o velho chefe bageense veio dos rincões do Aceguá e está pro-

curando chegar ao mistério verde da selva amazônica ,depois de passar pela desolada caatinga nordestina (...)

Só aí, o gaúcho da pradaria verde de Poncho Verde e Coronel Godói poderá comprender a verdadeira significação da palavra integração. O gaúcho Plácido de Castro e seus companheiros exigiram a incorporação do Acre ao complexo nacional, de armas na mão. Depois, os cearenses vieram e povoaram o nôvo Estado brasileiro.

Quando, mais tarde, pretenderam desbravar a Amazônia com a expedição João Alberto, os nordestinos foram transportados para lá como boi de corte. Desastre completo. A floresta os massacrou. Alguns conseguiram voltar. Muito poucos. Falta absoluta de planejamento. Desonestidade. Agora, Presidente, querem repetir a façanha. É preciso ver e conhecer os responsáveis pela realização da idéia; os que saem das canchas de gôlfe do Itanhangá, para levar o melhor bocado na empreitada da Transamazônica. Deslocar nordestinos em massa para o vale amazônico tem que ser obra de meticuloso planejamento guiado por condutores dotados da maior sensibilidade patriótica e nacionalista. Nada de mão-de-obra estrangeira acossada pelas campanhas racistas ou pela destruição de suas pátrias em outros continentes. (...)

O gordo Herman Kahn e seus comparsas, nacionais e estrangeiros, que meses atrás tinham horror aos hotéis brasileiros, agora estão dançando nas escolas de samba! Que nome devemos dar a isso? Podem voltar, com os seus lagos no saco. É como diz Pignatari: *go home!*

(Publicado no "Jornal do Brasil" de 16-9-70, 1º Cad., pág. 6, "Carta dos Leitores").

AMAZÔNIA (II)

Mal. F. Lima Brayner

"De há muito venho chamando a atenção dos nossos patrícios para o estado de abandono em que jazia a Amazônia, principalmente depois da derrocada da borracha, numa fase em que ninguém mais acreditava na sua recuperação econômica.

Depois que se intentou criar o célebre Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, de triste memória, a reação nacional que deu por terra a famosa Convenção de Iquitos, acordou a consciência nacional, graças ao *delenda Carthago*, encabeçado pelo saudoso Deputado Artur Bernardes. Daí por diante, começamos a sentir melhor a realidade em tôrno da Amazônia, as suas incomensuráveis riquezas, ainda desconhecidas dos brasileiros, mas já devida e completamente levantadas pelos americanos do Norte. A

tão decantada cobiça, de que muitos duvidavam, passou a ser uma ostensiva realidade.

A exploração do manganês da serra do Navio e tôda a riqueza do subsolo ao sul do grande rio e da fabulosa bacia do Tapajós. Com o seu quadrilátero aurífero de 73 mil quilômetros quadrados; os tesouros da cassiterita já contrabandeados numa companhia de táxi-aéreo. Enfim, veio o alarma geral. O Govêrno empunhou nobremente o bastão da reação, ao ver terras incomensuráveis vendidas clandestinamente a americanos, com a extensão de municípios inteiros. Era o mesmo princípio criminoso que presidira a idéia do Instiuto da Hiléia Amazônica: repartir a terra prodigiosa entre os consórcios da Unesco, de modo a, no momento oportuno, se transferirem as riquezas para os novos donos — dezenas de nações signatárias do Pacto de Iquitos.

Em junho de 1943, o General George Marshall, chefe do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, após prolongada visita ao Brasil, enviava a seu Govêrno um relatório reservado em que se lia: "De vital importância para a defesa estratégica dos Estados Unidos é o Brasil, que oferece o ponto mais acessível à aproximação do continente, vindo de Leste. (...) É também vital para o Canal do Panamá que as diferentes vias de acesso através do território brasileiro estejam em mãos amigas e convenientemente guardadas."

Ainda estão na lembrança de todos as bases militares americanas instaladas em todo o território brasileiro, principalmente no Nordeste. A base aérea de Parnamirim (Natal) era ocupada por mais de 15 mil americasos. Agora, essa preocupação visa ao *hinterland* de nosso país. As medidas de precaução de nosso Govêrno têm irritado o Govêrno americano que, em revide, vem montando represálias no campo econômico, para nos coagir, tal como faz com Haiti e São Domingos.

E foi mais longe, com o desacato às nossas leis de proteção às águas territoriais das 200 milhas. Agora, mesmo, nas costas do Amapá, acaba de ser aprisionado um barco que se recusara a cumprir as intimações, constando-se então que a embarcação ali "estava com missão de provocação, pois não se dedicava à pesca." Quem lhe teria dado missão tão ampla e audaciosa?

A firmeza de atitude do nosso Govêrno é absolutamente louvável. E não deve recuar. Ao contrário, deve acentuar a firmeza de atitudes ante a desfaçatez com que se vêm desrespeitando a soberania das nações menos enérgicas e imprevidentes.

(Publicado no "Jornal do Brasil" de 18-7-71, 1º Cad., pág. 6, "Cartas dos Leitores").

PARA UM PAÍS COLOSSAL, SOLUÇÕES COLOSSAIS

Limeira Tejo

Num ensaio, lido como aula inaugural da sua cadeira na Universidade de Harvard, lamentou o professor Munford Jones que não se tenha desenvolvido na formação da mentalidade nacional norte-americana — uma visão do mundo idêntica à que adquiriram os povos de origem ibérica do hemisfério. Êstes, no seu entender, apresentam-se hoje com maior maturidade cultural, apesar de ter sido mais lenta a sua caminhada histórica — ou, possìvelmente, por isso mesmo.

Recordando que a velha e complexa sabedoria da Europa se transportou para as Novas Terras em duas correntes paralelas, assinalou o mestre norte-americano que, na área da projeção de uma delas — a latina, mediterrânea e católica — produziram-se formas e maneiras de viver que se mantiveram mais fiéis aos valôres da *alma mater* do que as criadas no espaço da propagação do ramo nórdico saxônico, e protestante.

A tese central do ensaio é a de que a ocidentalização da América manteve a tônica da cultura humanística (insisto em lembrar ao ministro do Planejamento que não é a mesma coisa que humanitária) das culturas do desdobramento latino enquanto que — na resultante da ação saxônica — tornaram-se paroquiais os critérios valorativos. Mostra o professor, Jones, como um dos reforços à sua conclusão, o fato de não se haverem desenvolvido da mesma maneira as línguas trazidas pelas duas correntes.

Na faixa do processo mediterrâneo, os idiomas não teriam perdido o contato com o simbolismo da linguagem materna, muito embora se tenham enriquecido e até transferido significações de umas palavras para outras. Já na paisagem do desenvolvimento nórdico, as modificações não se limitaram às ditadas pelas necessidades de estabelecer relações com um nôvo meio — onde muitas coisas não tinham nome e muitas situações não tinham qualificação — e sim que se aprofundaram até o ponto do rompimento conceitual.

Daí, observou o catedrático de Harvard, não se tratar apenas de um problema de dificuldade de tradução a não correspondência vocabular entre o rico personalismo latino-americano e o rude individualismo do homem dos Estados Unidos, com o seu mito egoísta do *self made man* e a figura dêsse herói popular "contra o mundo": o *yankee*.

Na verdade, o professor Jones não se livra muito da "esteriotipação" tão a grado de estudiosos e observadores do seu país, quando se põem a estirar a vista para além da *southern border*. En-

tão, simplifica um pouco as coisas, tratando as sociedades latino-americanas em bloco. Ora, estas — embora culturalmente irmãs — são primas entre si, econômica — social e politicamente. Isto é, não coincidem como formas nacionais de desenvolvimento.

Não só o Brasil difere grandemente dos países de origem espanhola, como se verificam pronunciados contrastes na própria área da aventura castelhana, a exemplo dos que ressaltam quando se compara o México com a Argentina. Existe mais identidade de fato, de determinismos, entre as civilizações criadas na América pelos portuguêses e inglêses — ambas com bases geográficas continentais — do que entre a brasileira e as que, no hemisfério nasceram do mesmo berço mediterrâneo. Além disso, o Brasil e os Estados Unidos são teatro de uma "projeção cultural" de igual linhagem histórica, pois substituíram o índio pelo negro — o que não ocorreu em nenhuma outra parte das terras cujo descobrimento Colombo iniciou.

Os Estados Unidos se desgarraram da Civilização Ocidental — nos têrmos em que o professor Munford Jones colocou o problema — a partir do momento em que começou a corrida para tornar-se uma potência asiática. Tendo encontrado o Atlântico Norte já definido como um "lago" europeu, os norte-americanos decidiram-se pela conquista do Pacífico. Foi, assim, o esfôrço na direção do Extremo-Oriente que provocou o esvaziamento, na história do Colosso do Norte, dos valôres humanísticos da corrente saxônica no Nôvo Mundo.

Lembremo-nos, porém, de que essa corrente já partiu da Europa transvalorizada pelo pragmatismo calvinista e ameaçada por conceitos e preconceitos que, na nova paisagem, iriam produzir — como sendo da "vontade do Altíssimo" — o complexo da *white supremacy*. A mentalidade isolacionista, portanto paroquial, que presidiu à formação dos Estados Unidos, já viera em germen no bôjo da decisão — tomadas por fugitivas minorias religiosas — de fundarem, em outra parte do planêta, uma sociedade "só para elas".

Lembremo-nos de que, no folclore do pioneirismo norte-americano, "o Sol nasce no oeste". E êsse oeste, que começa na margem direita do Mississipi, estendia-se até os portos asiáticos. Êstes estavam de tal maneira incluídos na lógica do Destino Manifesto que não bastou, para lançar a ponte sôbre o Pacífico, a conquista dos territórios mexicanos a oeste das Montanhas Rochosas. Foi preciso, também, arrancar um pedaço da Colômbia, a fim de abrir — por meio do Canal do Panamá — uma via de comunicação marítima direta entre a industrializada costa leste dos Estados Unidos e as remotas regiões da humanidade amarela.

Essa arrancada para a Ásia limitou geogràficamente, no nosso hemisfério, o expansionismo norte-americano. Sòmente na Amé-

rica Central e nas Caraibas — onde se encontrava a porta de entrada do Canal — foi que se fêz sentir o tacão das botas dos *marines*. O Atlântico Sul foi deixado em relativo sossêgo, uma vez que era a mais vasta superfície oceânica do globo que deveria tornar-se no *mare nostrum* do nôvo Império Romano.

Mas, tendo perdido a China no final e, portanto, a guerra no Pacífico — em têrmos de estratégia econômica — os norte-americanos tiveram de voltar as vistas para a parte sul do hemisfério, até então uma vaga expressão geográfica sob a genérica e pejorativa denominação de *Banana Republics*. Foi, assim, concebido o plano de estabelecer, na parte latina do continente, a "retaguarda industrial" que Washington havia perdido na Ásia.

Naturalmente, as coisas já não podiam ser feitas com a mesma desfaçatez da "caça a Sandino". Os Estados Unidos iriam intervir no sul do continente sob o disfarce de alianças entre a panela de ferro e a de barro, para descerem juntas a pedregosa ladeira da salvação do Mundo Livre. Sabemos, porém, que — como no final da fábula — acabaríamos feitos em estilhaços.

Ora, do México para baixo, o Brasil é o único país que possui condições para formar, de imediato, a planejada retaguarda industrial. Dessa forma, os capitais que os Estados Unidos têm para nós são os destinados a promover a sua própria expansão no hemisfério, a pretexto de armar esquemas de "segurança continental". E mais: no nosso caso, com uma economia em processo de escalada — apesar do hercúleo esfôrço para nos transformar num sistema exportador — o que mais teme Washington não é que nasçam na nossa cara as barbas de Fidel Castro e, sim, que desponte no nosso queixo um cavanhaque igualzinho ao do Tio Sam.

Não foi à-toa que os colaboracionistas — que, até há bem pouco tempo, desempenhavam o papel de *policy makers* — tudo fizeram para que nos transformássemos no Primeiro Satélite dos Estados Unidos. Na própria Casa de Rio Branco — uma das grandes oficinas da nacionalidade — chegou-se a defender uma nova teoria: a de que não existem mais fronteiras geográficas, mas ideológicas.

Deve ter sido em obediência a êsse nôvo critério de um Mundo Só, que o sr. Vasco Leitão da Cunha — então embaixador brasileiro em Washington — entregou à emprêsa Georgia Pacific cópias aerofotogramétricas de uma das mais vastas e "sensíveis" regiões do País. Ideológica, também, foi a decisão de Calabar — pois escolheu entre dois colonizadores da sua terra — mas foi enforcado e continua infame até hoje.

Mas Deus é brasileiro e, hoje, os colaboracionistas estão todos aposentados, gozando o bem remunerado confôrto das poltronas nos gabinetes de diretoria de emprêsas estrangeiras. Um ou

outro, abrigado nas trincheiras da iniciativa privada, ainda esbraveja contra a construção da Transmazônica, com capcioso zêlo pelo equilíbrio ecológico do mundo — o que é, apenas, um jôgo subreptício para impedir que se abra, para nós mesmos, uma área onde os invasores já têm cabeças de ponte da extensão de milhões de hectares.

O perigo, todavia, ainda não passou. Estamos vivendo as nossas etapas decisivas. Não podemos dormir sôbre louros parciais. Por mais que os "desinflacionistas" gritem e os "exportadores" esbravejem como donos da "única solução", devemos ter sempre em mente que somos um País colossal — e que, portanto, só colossalmente, podemos planejar o desenvolvimento do Brasil.

(Publicado na "Tribuna da Imprensa" de 26-10-71, pág. 4).

AMÉRICA REBELDE

Evaldo Diniz

O grande Albuquerque quando chegou na Ásia disse que queria apenas comerciar com os zamorins da Índia e com os mandarins chineses. Os entrepostos colonialistas tinham pouquíssimas diferenças das atuais "zonas francas", conhecidas historicamente como a primeira medida num processo de dominação dos povos. Do comércio os portuguêses passaram a agressão armada e com ela para a conquista territorial.

Desde os séculos XVIII e XIX os holandeses, inglêses, franceses, japonêses e norte-americanos utilizam o mesmo expediente e, em algumas ocasiões, tem sido imprescindível a presença dos missionários religiosos, que se encarregam da substituição da cultura nativa pelas idéias estrangeiras. A perda do Gibraltar espanhol, a guerra do Congo e os morticínios de Biafra estiveram relacionados com a prática colonialista e imperialista de aquisição de riquezas naturais em benefício das metrópoles financeiras.

Por isso, quando ontem peguei a "Realidade", senti ódio da minha impotência jornalística, tive nojo da potência econômica dos grandes jornais e vomitei os políticos. A visão que a "Realidade" dá sôbre a Amazônia, embora com o propósito de exaltar o colonizador, é desoladora, sórdida e revoltante. Não faltou nada, tem até a declaração de um geólogo brasileiro dizendo que nosso povo é "indolente, que só gosta de cachaça e futebol".

Os entrevistados, dentre êles os missionário, os antropólogos, os geólogos, os veteranos de guerra e mais uma porção de homens da vanguarda imperialista na Amazônia, negaram que ali estivessem para desnacionalizar. Albuquerque, no século XVII nunca

confessou o caráter colonizador de suas expedições. Que o digam os povos da Ásia.

Mas a revista do sr. Victor Civita nos mostra que a Bruynzeel Madeiras S.A., já tem 200 mil hectares de terras entre o Amapá e a Ilha de Marajó; que a Georgia Pacific é um império com 500 mil hectares; que a "Toyomenka" recebeu o seu quinhão de 120 mil e está para ampliar em mais 180 mil hectares; que o sr. Robins Hollie McGlohn, da Madeiras Gerais da Amazônia S.A., é proprietário de 400 mil hectares, tôdas estas terras compradas a preço de banana.

"Realidade" faz também uma entrevista com o cidadão norte-americano John Trimaine, da U.S. Stel, que ganhou 5 bilhões de toneladas de ferro, na serra do Carajás, onde vai passar a Trans-amazônica:

— Gosto muito mais do Brasil que da Venezuela, a gente é muito mais animada, tem o espírito de carnaval. Aqui não temos problemas, a gente da Venezuela é muito nacionalista. Aqui não sinto nenhum anti-americanismo, os venezuelanos são muito contra os estrangeiros em geral.

Depois mostra como sua companhia adquiriu 80 mil hectares de terras, na região que talvez seja a mais rica do Brasil em minérios. Diz que a lei brasileira não permitia, anteriormente, a concessão de tão grande território, mas que "há algum tempo, vários setores do ministério de Minas e Energia queriam ampliar os limites das áreas de concessões de jazidas".

— Como resultado das negociações e dessas idéias, o govêrno mudou a lei ampliando a área de concessão de 5.000 para 50.000 hectares e permitindo a Companhia uma subsidiária com mais de 30.000 hectares disse mr. Trimaine.

Robert Korpeeshock, da National Bois Carries, que ganhou 1.500.000 hectares de terras no alto do rio Trombetas, chegou a confessar aos jornalistas que "foi uma das mais baratas descobertas de minério que eu conheci".

Lá está também a Aluminium Canadian Company (Alcan), que segundo a "Realidade" ocupa uma área de mais de 100 mil hectares e "é a maior mina de alumínio das três descobertas no mundo no ano passado e, no mínimo uma das 10 maiores do mundo". E conta como a "Georgia Pacific" conseguiu o seu quinhão na exploração: "No depoimento assinado na CPI, o sr. Glohn diz textual: — Em fins de 1966 ou comêço de 1967, a Georgia Pacific conseguiu cópias de levantamento aerofotogramétrico da região negociada, por intermédio do embaixador do Brasil em Washington, Vasco Leitão da Cunha, atualmente um dos diretores da Standard Eletric S.A.".

E para a felicidade dos brasileiros, a revista mostra um pedacinho do relatório Haroldo Velloso, que depois de denunciar a desnacionalização de 20 milhões de hectares de terras na Amazônia, diz isto: "Pode-se notar que a concentração maior de terras vendidas a estrangeiros está no Pará e no território do Amapá. A impressão tida ao examinar um mapa é a formação de um cordão isolando a Amazônia do resto do Brasil".

Isto é um décimo do que conta "Realidade". Não é pra ter raiva? Não é pra ter nojo?

(Publicado na Tribuna da Imprensa de 20-10-71, pág. 5)

AMÉRICA REBELDE

Evaldo Diniz

Patrice Lumumba foi assassinado por Moisés Tshombe quando tentou garantir a soberania do Congo nas minas de urânio que estavam sendo exploradas pela família Rockfeller. A principal causa da guerra no Vietnã é o tungstênio, que dava aos Estados Unidos mais de 300 milhões de dólares por ano, antes dos Acôrdos de Genebra de 1954.

O presidente Jacobo Arbens, da Guatemala, foi derrubado e humilhado pelos Estados Unidos, porque pretendeu nacionalizar as instalações da United Fruit Co. A invasão da República Dominicana, em 1965, teve por finalidade impedir o retôrno de Juan Bosch ao poder, que significaria a retomada das estradas de ferro e dos bananais dominicanos que estão controlados por emprêsas norte-americanas.

O general Juan José Torres, da Bolívia, só foi deposto porque nacionalizou a "Bolivian Gulf", e ameaçou contrariar outros interêsses dos Estados Unidos no país, tanto na exploração do estanho como na do petróleo. Artur Illía, da Argentina, pensou também em nacionalizar o petróleo e moralizar a política do capital estrangeiro, mas foi premiado com o cárcere e com a deposição.

Assim são inúmeros os exemplos históricos do comportamento imperialista nas áreas em que está atuando em regime de exploração neocolonial. Na impossibilidade de acôrdos mais lucrativos êle corrompe, na possibilidade de perder o poder material êle conspira e, ante a perspectiva de ser expulso por posições nacionalistas êle não tem escrúpulos em desencadear a guerra fratricida, tal como fêz no Vietnã, no Congo e em Biafra.

Por isso estamos assustados com o futuro da Amazônia.

Voltamos hoje ao número de "Realidade" sôbre a Amazônia. O sr. Victor Civita a denominou como "nossa maior reportagem:

5 meses na Amazônia, 1.232 horas de barco, 184 mil quilômetros da selva e rio, 135 cidades visitadas". Mas pelo manuseio da revista comprova-se que ela teve apenas um objetivo, o de justificar a invasão estrangeira na região mais rica do Brasil, acenando com benefícios superficiais que terminam sempre em seccionamento territorial.

Dessa vez vamos deixar a descrição com a própria "Realidade", precisamente na parte reservada ao sr. Daniel Ludwig "o homem que tem, dentro da Amazônia, um "pequeno" pedaço do seu Império: um latifúndio 10 vêzes maior que a Guanabara, mais de 1,5 milhão de hectares", segundo a própria revista.

"Belém: é hoje. O chefão chegou? Não. Só às 23 horas. O major reformado Heitor Ferreira, antigo assessor do general Golbery do Couto e Silva agora empregado do chefão, ainda não tinha tentado disfarçar: sim, dizem que êle vem ao Brasil.

Quase 23 horas. Não houve atraso. O avião está para chegar. A guarda pessoal do chefão olha mal-encarado para o lado dos inesperados recepcionistas. O major Heitor nos vê e vem reclamar: — É melhor vocês irem embora.

Daniel Ludwig entra em nossa história no ano de 1964. Em seu escritório de Nova York, êle está estudando dois fatos que, aparentemente, não têm relação nenhuma um com o outro; a descoberta de uma nova planta africana, a "Gmelina arborea" e a revolução de março no Brasil. Naquele ano, o então ministro Roberto Campos tinha passado em Nova York convidando empresários para investir no Brasil e garantindo que nosso país se tinha tornado um campo seguro para o capital estrangeiro...

Em 1967, era criada, no Congresso Nacional, uma comissão para apurar a venda de terras a estrangeiros que — segundo corria tinham tomado conta de um bom pedaço de terra do Brasil. Mr. Ludwig, porém, enfrentou o problema com bom senso prático de executivo.

Para chefe do escritório em Belém convidou o major Heitor Ferreira, do Serviço Nacional de Informações. Para presidente da Jari, contratou o general da reserva João Batista Tubino. Para chefe administrativo da cidade que construiria em Monte Dourado contratou o coronel reformado Jorge Aragão, ex-prefeito de Boa Vista. Para comandante da Navegação Sion, criada para dar apoio logístico ao empreendimento, escolheu o almirante José Luís da Silva...

O chefão se foi no domingo, deixando permissão para que visitássemos seu império amazônico, para vermos tudo".

Está aí mais uma partezinha do que conta "Realidade".

(Publicado na Tribuna da Imprensa de 26-10-71, pág. 5).

A COBIÇA DA AMAZÔNIA

Genival Rabelo

Em excelente série de artigos, publicados no "Diário do Comércio", de Belo Horizonte, Rocha Diniz relaciona nada menos de 32 fatos que revelam que a cobiça da Amazônia pelo estrangeiro é velha de mais de século. Selecionemos, dentre êles, os mais significativos:

1 — Em 1858, o secretário de Estado norte-americano, a conselho de Mathew Fontaine Maury, superintendente do Observatório Naval dos Estados Unidos, enviou dois oficiais da Marinha para estudar o Amazonas e seus tributários, visando a forçar o Brasil a abri-los à navegação internacional.

2 — Em 1860, Dr. Pedro II intercedeu junto a Mauá, concessionário da Cia. Comércio e Navegação da Amazônia, para transferir a concessão a The Amazon River Navegation.

3 — Em 1867, por pressão conjunta da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, o Brasil foi forçado a abrir o Amazonas e afluentes à navegação internacional.

4 — Em 1901, surgiu o Bolivian Syndicate, constituído de políticos e homens de negócios dos Estados Unidos, e com o objetivo de criar um nôvo Estado na Amazônia.

5 — Dois anos antes, em 1899, Henry Winkham, a serviço da coroa inglêsa, contrabandeara sementes de seringueira do Tapajós, que foram plantadas no Ceilão, iniciando-se, a partir daí, uma concorrência planejada, a qual liquidaria o monopólio brasileiro da produção de borracha natural.

6 — Em 1819, em reunião da Liga das Nações, em Paris, o presidente da delegação dos EUA, Woodrow Wilson, em presença de Epitácio Pessoa, delegado do Brasil propôs ao ministro britânico Lloyd George a internacionalização da Amazônia. (Diz-se que Epitácio Pessoa não compreendeu as razões da recusa do ministro britânico, mas há fundadas razões para se acreditar que referida recusa se ligava ao problema de petróleo, seguramente existente na Amazônia, e que mais fàcilmente viria cair nas mãos dos trustes americanos do que dos inglêses. O fato é que Epitácio Pessoa apenas se mostrou estarrecido diante da desrespeitosa audácia de Wilson e aparente generosidade de Lloyd George).

7 — Em 1921, o então diretor do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura — Euzébio Paulo de Oliveira — denunciou que o Estado do Amazonas havia sido dividido em 10 partes e dado em concessões para exploração mineral a companhias norte-americanos e canadenses.

8 — Em 1923, foi criada a Cia. Ford Industrial do Brasil para explorar as riquezas naturais da Amazônia.

9 — Em 1928, fêz-se intensa propaganda nos Estados Unidos com o objetivo de atenuar o problema racial, transferindo-se grandes levas de negros norte-americanos para a Amazônia.

10 — Em 1935, Paul Reynaud, ministro da França, e o representante da Polônia, diante da exigência de Hitler para reaver colônias alemãs, propuseram resolver o problema do "espaço vital" mediante cessão de terras da Amazônia.

11 — Durante a guerra, o coordenador dos Assuntos Latino-Americanos — Nelson Rockfeller — mandou engenheiros norte-americanos fazer estudos e levantamentos na Amazônia, sobretudo visando ao aproveitamento das riquezas minerais.

12 — Em 1949 foi criada a ICOMI, comandada pela Bethiem Steel Corporation, segunda maior emprêsa norte-americana no setor do aço e que ainda hoje controla a produção e exportação do manganês da Serra do Navio, no Amapá.

13 — Em 1967, o Hudson Institute entidade ligada ao Pentágono, deu publicidade ao plano de construção de grandes lagos na Amazônia e um ano depois Herman Kahn, presidente do Hudson Institute, publicou, com parceria de Anthony J. Wiener, também daquela organização, o livro "O Ano 2000", no qual são propostas administrações multinacionais na América do Sul.

Mas, na longa lista apresentada por Rocha Diniz, o fato que mais me chama a atenção é o da existência de falsos missionários estrangeiros, principalmente norte-americanos, que, a título de evangelizar os índios, promovem a esterilização das populações amazonenses e, ainda por cima, se reservam áreas às quais os brasileiros não têm acesso.

Se você está pensando que isso é lenda vá a Roraima, no extremo norte do País. Em Boa Vista, capital do Território, não faltará quem lhe fale de Parima, serra dominada pelos missionários, que de lá expulsaram há mais de dez anos, os nossos garimpeiros. Ouvi o seguinte depoimento de um criador de gado:

— Os poucos brasileiros que os missionários admitem, como empregados braçais nos seus serviços de Parima, não têm permissão de conversar com os índios. Conheci uma doméstica que foi encontrada, dois meses depois de lá estar, conversando com uma índia e foi recambiada, imediatamente, a Boa Vista.

De Manaus a Boa Vista, viajei, no avião com uma missionária norte-americana. Conversamos em inglês, pois ela não falava português. Disse-me que estudava a língua dos índios havia cinco anos. Que não os civilizava, mas os evangelizava. Não via possibilidade de casar-se com um índio mesmo depois de evangelizá-lo. Na despedida deu-me um livrinho de São Jorge (orações), em

português. E eu fiquei me perguntando porque os missionários gastam fortunas para evangelizar os índios de Parima.

(Publicada na "Tribuna da Imprensa" de 22-10-71, pág. 4).

AMAZÔNIA E OS NORDESTINOS

Dorian Sampaio

Não me limitei a um comentário apenas sôbre o êrro do govêrno federal em mosaicar a ocupação da Amazônia com brasileiros de todos os Estados. Na primeira fase do desbravamento, sòmente o nordestino está equipado, física e psicològicamente, para o empreendimento. Lançar o gaúcho, mineiro ou paulista para enfrentar os azares de uma natureza, virgem, amedrontadora e inóspita, é empreitada fadada ao insucesso. E tanto é verdade que o INCRA teve de levar de volta a equipe gaúcha que fôra encaminhada para participar da luta da ocupação da Amazônia.

Um fato vem favorecer a meus comentários. O Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária — INCRA — convidou o professor Vasconcelos Sobrinho, da Universidade Rural de Pernambuco para uma visita à área de colonização situada nas margens da rodovia Transamazônica.

Ao regresso, afirmou o cientista: "A Amazônia sòmente poderá ser ocupada com êxito nesta primeira fase do desbravamento pelo homem do Nordeste. O nordestino é resistente, paciente e perseverante e está acostumado à luta contra o ambiente ecológico desfavorável ao homem".

E mais adiante, referindo-se, à participação do colono sulista na região, o Prof. Vasconcelos Sobrinho assim nos conta "Estarrecido diante da floresta que lhe cabia desbravar em seu lote, o colono de um Estado sulino deixou cair o machado, ainda antes de dar o primeiro golpe em uma árvore, dizendo: isto é trabalho para "pau-de-arara".

Sem dúvida, só os povos acostumados desde o berço ao enfrentar diuturno com uma natureza hostil são capazes de enfrentar sobranceiramente aos rigores de um ambiente ecológico como o do Amazonas, onde o inesperado dá aquelas características terrificantes que os livros pintam mas que na realidade são mais fortes no seu contato direto.

O nordestino e de um modo especial o cearense, psicològicamente está preparado para o labor com uma natureza cruel e madrasta e não há de se apavorar com o que vê pela frente nêsse trabalho pioneiro das frentes amazônicas. O bastante para que o govêrno conclua que nessa fase, o deslocamento emigratório, para

ser positivo e rentábil há de ser feito com gente do Norte-Nordeste. Depois de desbravada, depois que a região estiver mostrando os sinais da vitória do homem, sôbre a natureza aí então que se procure o homem do sul, o colono paranaense, do Rio Grande do Sul ou das Minas Gerais, quando êle terá condições de vivência. Agora — repetindo o professor citado — só mesmo "pau-de-arara" é capaz do desempenho dessa epopéia nova que o Brasil está escrevendo no chão misterioso do Inferno Verde.

(Publicado em "O Povo", de Fortaleza, CE).

AMAZÔNIA: CPRM MOSTRA POTENCIAL DO MINÉRIO

O presidente da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, Ronaldo Moreira da Rocha, ao pronunciar conferência ontem, no Seminário de Desenvolvimento da Amazônia, citou como realidades minerais da Amazônia, a cassiterita, da Província Estanífera de Rondônia; o ferro da Serra do Carajás, no Pará; a bauxita, nas regiões de Oriximiná e de Paragominas, no mesmo Estado; o manganês, no Amapá e o sal-gema, existente no Tapajós.

Explicou, também, que a maior parte dos três projetos de pesquisa de urânio que a CPRM está realizando abrange território da Amazônia Legal, cobrindo uma área total de 100 mil quilômetros quadrados e consistem no reconhecimento radiogeológico das formações da Bacia do Meio Norte, informando: a CPRM já recebeu pedidos de financiamento para pesquisa de sal-gema e cassiterita na região, todos na modalidade de risco, totalizando cêrca de 20 milhões de cruzeiros.

Cassiterita

No caso da cassiterita, encontra-se na região uma reserva aferida da ordem de 5 milhões de toneladas, equivalente às reservas mundiais conhecidas. Ronaldo Moreira da Rocha disse que, considerando o fato de os principais supridores de estanho ao mercado mundial serem a Tailândia, a Malásia e a Bolívia, países com problemas internos ou internacionais e, tendo em vista que são pràticamente nulas as reservas de estanho na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, chegou-se à conclusão de que, com as medidas tomadas pelo Govêrno Federal, para a imediata e racional exploração das jazidas de cassiterita da Rondônia, poderá vir o Brasil a se tornar o grande supridor de estanho a essas regiões superdesenvolvidas.

Ferro

— O distrito ferrífero da Serra dos Carajás, localizado a 150 quilômetros de Marabá, constitui-se atualmente numa das mais importantes reservas de recursos minerais da região amazônica. Os estudos até agora relizados — assinalou — indicam uma reserva de cêrca de 10 bilhões de toneladas de minério com um teor de ferro variando entre 62 e 68 por cento.

— As condições topográficas da jazida, as características físicas do minério, o grande volume e posição privilegiada do depósito são fatôres que tornam essa jazida mais significativa que a do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, abrindo novas e auspiciosas perspectivas para o futuro econômico do Brasil no campo da produção e exportação do minério de ferro.

Pesquisas

O presidente da CPRM informou também que, dos 47 projetos que a emprêsa atualmente executa para o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, 9 estão sendo realizados na Amazônia Legal.

Contratos

Ressaltando que a participação da iniciativa privada nos trabalhos de pesquisa e levantamentos, geológicos é indispensável para se atingir os objetivos da diretriz do Govêrno no campo dos recursos minerais, Ronaldo Moreira da Rocha anunciou que se eleva a mais de Cr$ 25 milhões o montante dos contratos celebrados pela CPRM e as emprêsas particulares.

— O número de emprêsas de sondagem cadastradas na CPRM elevou-se, em menos de um ano, de 7 para 20, muitas delas já em plena expansão do seu corpo técnico e com mais sondas e equipamentos. Trabalhando lado a lado com as equipes da CPRM — disse — elas puderam realizar o aparente milagre de efetuar, só no campo da sondagem para a pesquisa de minérios nucleares, em apenas 12 meses, trabalho superior ao antes executado em 15 anos. Com resultado tão auspicioso e garantindo a tais emprêsas um fluxo de trabalho contínuo, não temos dúvidas de que será possível executar, anualmente, a partir de 1975, os 500 mil metros lineares de sondagem previstos para o setor mineral.

(Publicado no "Correio da Manhã" de 16-9-71, 1.º Cad., pág. 10)

REITOR: DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PARA A AMAZÔNIA

O Reitor da Universidade do Pará, professor Nelson de Figueiredo Ribeiro, defendeu ontem, em conferência que pronunciou no Seminário de Desenvolvimento da Amazônia, a vinculação entre o planejamento dos sistemas educacionais na região e a sua política de desenvolvimento, como requisito básico para o êxito da ação estratégica do Govêrno na expansão e adequação dos recursos humanos na Amazônia.

Explicou, também, que o fluxo de saídas do sistema educacional na Amazônia não tem sido dimensionado e orientado de tal forma que possibilite uma correta identificação da reflexão existente entre a oferta de profissionais e a capacidade ou necessidade que a região tem de absorvê-los.

Estratégia

Ao defender uma série de premissas estratégicas a serem adotadas para o planejamento educacional na Amazônia, o Professor Nelson de Figueiredo Ribeiro disse que o primeiro aspecto estratégico a ser definido em profundidade está na vinculação que deve existir entre o planejamento educacional na região e a sua política do desenvolvimento regional. A dissociação entre um e outro provocará — frisou — uma política de desenvolvimento irrealista e um planejamento educacional sem objetividade.

O segundo aspecto — acentuou — decorre do primeiro: a imprescindibilidade de ser montado na região um dispositivo organizacional de ação que provoque a integração dos sistemas educacionais com os sistemas de planejamento regional. O entrosamento fecundo entre as universidades regionais e os órgãos de desenvolvimento, sobretudo a Sudam, Banco da Amazônia, Ipean (Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária da Amazônia), Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia), poderá provocar uma revisão da política de ofertas do setor educacional, de modo a garantir a formação de pessoal técnico, profissionalmente voltado ao processo de desenvolvimento da região.

Finalmente, lembrou a situação peculiar do Estado do Pará na relação oferta e demanda, afirmando: "Torna-se urgente o estudo do problema pelas autoridades federais e estaduais, de vez que a capacidade de atendimento da demanda de ensino superior no Pará, como foi demonstrado, está muito aquém da média nacional; e tudo indica que êsse quadro tende a se agravar nos anos subseqüentes.

Reforma

O Reitor Nelson de Figueiredo Ribeiro disse ser uma necessidade a implantação da reforma universitária nas Universidades do Amazonas e do Acre, pois, "sòmente através das diretrizes dessa reforma, será possível a êsses dois dispositivos educacionais enganjarem-se no processo de desenvolvimento da região".

— Importante medida estratégica — assinalou — se relaciona com a Universidade do Acre. Recém-fundada para atender a demanda de ensino superior no mais longínquo sudoeste amazônico, tem uma significação pioneira; e certamente enfrenta dificuldades operacionais e, sobretudo, de pessoal docente qualificado, como se demonstrou por ocasião do II Colóquio Regional de Educação.

Características

Analisando as características dos recursos humanos locais, o conferencista destacou que se torna indispensável, do ponto de vista de política educacional, uma concentração de esforços no sentido da formação de líderes para a sociedade amazônica.

A sociedade amazônica muito pouco consegue participar das grandes decisões que têm sido tomadas no processo de seu planejamento. É uma sociedade politicamente débil, já a diminuta participação demográfica da Amazônia, no País, a par de sua vasta extensão territorial, não lhe garante um contingente eleitoral capaz de lhe proporcionar uma representação política suficientemente forte. Êsse fato tem provocado, ao longo de história regional, uma predominância de decisões exógenas sôbre os destinos da Região.

Tecnologia

Defendendo, ainda, a criação de uma tecnologia própria, o reitor disse: "As regiões tropicais constituem um imenso desafio ao homem. Os esporádicos sucessos que têm tido Israel, Índia e Birmânia demonstram a imperiosidade de um imenso esfôrço de criatividade no sentido de serem forjadas as soluções que possam romper os pontos de estrangulamento responsáveis pelo subdesenvolvimento dessas regiões. Trata-se de criar uma tecnologia própria, não só para o aproveitamento dos solos tropicais, como de todos os recursos naturais que essas regiões possuem." Sustentou também, a necessidade de uma política educacional orientada no sentido da formação de uma tecnologia adequada à industrialização de recursos naturais da região, visando, em longo prazo, di-

minuir a característica de supridora de matérias-primas e, em conseqüência, atenuar o sentido do reflexo de sua economia.

Ensino

Sôbre a composição da escolarização na Amazônia, revelou que a taxa de escolarização do ensino primário é idêntica à nacional, isto é, 1.450 alunos por 10 mil habitantes; para 1.421 no plano nacional.

— A partir do ensino médio, no entanto, cai extraordinàriamente o índice de escolarização, na Amazônia, pois apresenta nesse nível 385 alunos para cada 10 mil habitantes, contra a média nacional de 442 para 10 habitantes. No nível superior, o número de alunos por 10 mil habitantes na região, reduz-se quase à metade da média nacional, isto é, 43 nesta e 26 naquela. A distribuição dessa taxa pelas unidades amazônicas demonstra que, no ensino primário, três delas — Rondônia, Acre e Amazonas — situam-se muito abaixo da média nacional, enquanto Roraima, Pará e Amapá estão bem acima da média nacional. No ensino médio, com exceção do Amapá, tôdas estão abaixo da média nacional.

Depois de apresentar tabelas que demonstravam os problemas profissionais existentes na região, o professor Nelson de Figueiredo Ribeiro disse que o fluxo de saída do sistema educacional da Amazônia não tem sido dimensionado e orientado de tal forma que possibilite uma correta identificação da relação existente entre a oferta de profissionais e a capacidade ou necessidade que tem de absorvê-los:

Os dados demonstram que o comportamento da demanda do sistema de ensino superior no Pará e a conseqüente oferta de profissionais vem-se mantendo uniforme, ao longo de uma década. Êste fato configura a total desvinculação do sistema educacional de uma política de desenvolvimento regional — concluiu.

(Publicado no "Correio da Manhã, Diretor Econômico", de 17-9-71)

CNBB INSTALA SEMINÁRIO SÔBRE A TRANSAMAZÔNICA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil instalou, ontem, na Casa Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, o Seminário Sôbre Pastoral Amazônia com a finalidade de reunir elementos que possibilitem à Igreja oferecer subsídios ao Govêrno, dentro do Plano de Integação da Amazônia.

Foram constituídos três círculos de estudos, em tôrno dos seguintes temas: *Promoção Humana, Evangelização e Formação de Pessoal, para a Amazônia*. Para isso, foram analisadas experiências anteriores, apresentadas por Orlando Valverde e Catarina Dias, que mostraram a invasão estrangeira no século passado, quando se cogitou da construção da estrada de ferro ligando Belém a São Luís.

— A colonização é um dos pontos mais importantes que justificam a Transamazônica, tanto como forma de ocupação, como maneira de abordar a situação difícil em que vive o homem nordestino, assolado pela sêca e por uma estrutura fundiária irracional. A Igreja que se localiza na Amazônia precisa saber o que está acontecendo de real naquela região, a fim de preparar um plano bienal de socialização e catequese. Em cada debate, após cada exposição, conhecendo as experiências dos que vivem lá, cada vez mais nos inteiramos de que a Amazônia é um mundo desconhecido. É preciso evitar que os erros da Belém—Brasília se repitam na Transamazônica.

Por outro lado, Dom Alberto Ramos, que preside o seminário, como arcebispo de Belém do Pará e coordenador dos assuntos da Amazônia, trouxe à baila muitos problemas.

— Na teoria, o plano governamental é maravilhoso, mas na prática são muitas as desvantagens. Ficamos alarmados com a falta de um órgão que coordene todos os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos ali. O próprio representante do Ministério dos Transportes, hoje, disse desconhecer a existência de Grupo de Trabalho que reúne representantes da SUDAM, SUDENE, INCRA, Ministério do Interior, Trabalho e Transporte. Há cidades desaparecendo porque a estrada passou longe. É o caso da Leopoldina, no Maranhão.

Citou Dom Alberto a exploração dos subempreiteiros que contratam homens, para os desmatamentos nos diversos Estados, prometendo muitas vantagens e, no final do primeiro mês, descontam até as passagens que êles alegaram, para atrair os empregados, que era prêmio. Começam aí as decepções. Em Altamira, por exemplo, uma refeição custava Cr$ 0,70. De repente a população duplicou — passou de 4 para 8 mil habitantes e a exploração de hotéis e pensões foi grande também. E o nordestino, que pensou trazer a família, hoje não acha mais um prato de comida por Cr$ 3,50. Com isso vêm o desespêro, o desânimo e a fome, porque o salário-mínimo não dá condições de manter-se e à família".

(Publicado no "Correio da Manhã" de 15-7-71, 1.º Cad., pág. 3).

BISPO ATACA MARGINALIZAÇÃO SOCIAL E OS LATIFÚNDIOS DE MATO GROSSO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou o documento do Bispo de São Félix (Mato Grosso), Dom Pedro Casaldaliga, que, sob o título *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, denuncia, "o latifúndio, os maus tratos, a injustiça, a política local, a falta de assistência básica em relação à população da Amazônia."

— Esperamos que nenhum cristão com vergonha — afirma Dom Pedro Casaldáliga em seu trabalho — caia no cinismo de qualificar êste documento como subversivo. Estas páginas são simplesmente o grito de uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e sob a marginalização social, institucionalizada de fato.

O documento de Dom Pedro Casaldáliga, que o divulgou em caráter reservado no último dia 23, quando foi sagrado Bispo, tem 123 páginas, sendo que 75 delas exibem farta documentaçco. O relatório foi classificado pela CNBB, em seu boletim, como "um documento cheio de dores que, com cuidados e dramática documentação de fatos, lugares, datas e nomes, mostra as situações desumanas em que vivem os posseiros, os peões indígenas daquele recanto vitimado pelo latifúndio cruel."

A Prelazia de São Félix abrange uns 150 mil quilômetros quadrados de extensão, dentro da Amazônia legal, no Nordeste de Mato Grosso. Está encravada entre os rios Araguaia e Xingu e tem como espinha dorsal, de Sul a Norte, a serra do Roncador. São Félix é só distrito e pertence à Prefeitura de Barra do Garças, a uma distância de quase 700 quilômetros. Na área da Prelazia existem as aldeias indígenas da metade Leste do Parque Nacional do Xingu, e as aldeias de São Domingos, Santa Isabel, Fontoura, Macaúba, Tapirapé, Canuanã, Cachoeirinha, Areões, Barra do Tapirapé e Luciara.

Na região localizam-se a maior parte dos empreendimentos agropecuários — fazendas ou companhias — aprovados pela Sudam, entre êles a Suiá-Missu, Codeara, Reunidas, Frenova, Bordon, Guanabara, Elagro, Tanakavy, entre outras.

LATIFÚNDIO

Com êste título, o bispo Pedro Casaldáliga dá início ao seu relatório:

> *"Todo o território da Prelazia está situado dentro da área da Amazônia legal, a cargo da Sudam. As terras tôdas compradas — ou requeridas — ao Govêr-*

no de Mato Grosso por pessoas interessadas, não os moradores, a preços irrisórios, foram vendidas a grandes comerciantes de terras, que posteriormente as vendem a outros. Abelardo Vilela e Ariosto da Riva, dois dêstes comerciantes, tidos como pioneiros e desbravadores da Amazônia já venderam mais de 1 milhão de alqueires.

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os Municípios de Barra do Garças e Luciara 66 projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados.

As áreas de alguns dêstes empreendimentos, em território da Prelazia, são absurdas. Destacando-se entre tôdas a Agropecuária Suiá-Missui, com 695.843 alqueires e 8.351 metros quadrados, que corresponde a uma área cinco vêzes maior do que o Estado da Guanabara e de propriedade de uma única família paulista, a família Ometto.

Segundo as denúncias do Bispo de São Félix, êsses empreendimentos surgiram "graças aos incentivos dados pelo Govêrno, através da Sudam."

— É a aprovação oficial e financiada do grande latifúndio, com tôdas as conseqüências que dêle advém. Somas fabulosas são invertidas na região pelas pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no Brasil, subtraídas ao Impôsto de Renda devido.

TERRAS VENDIDAS

— Tôdas as terras dêste imenso Nordeste mato-grossense — denuncia Dom Pedro Casaldáliga — já estão vendidas. Mesmo as que pertencem ao Parque Nacional do Xingu. Por isto a esperança do povo por um pedaço de terra é quase nula.

Posseiros é outro título que o relatório dá quando analisa a situação dos posseiros naquela região. "Os primeiros desbravadores da região são os hoje chamados posseiros. Localizados aqui há cinco, 10, 15 e 20 anos, cultivando o solo pelos métodos mais primitivos, plantando arroz, milho e mandioca. Lavoura de pura subsistência. Sem a menor assistência sanitária e higiênica, sem amparo legal, sem meios técnicos à sua disposição. Após o início das atividades agropecuárias ligadas à Sudam, uma série de dificuldades surgiu. Vamos mostrar umas situações-tipo das gritantes injustiças praticadas contra êles."

Depois da ressalva, Dom Pedro Casaldáliga dá a relação dos povoados (Santa Teresinha, Pôrto Alegre, Serra Nova, Pontinópolis), detalhando "a injustiça, a espoliação a que estão relegados."

Dom Pedro conta que Pôrto Alegre é um povoado que, em 12 de junho de 1970, recebeu os proprietários da Agropecuária Nova Amazônia S/A — Frenova, que fixaram residência no local afirmando pertencer tôda aquela área ao Patrimônio. O povoado possuía em sua sede 35 famílias e 180 na Zona Rural. Funcionava lá uma escola com freqüência de 120 alunos.

— Logo começou a pressão dos proprietários contra os posseiros. Queria-se a retirada dêles. Que vendessem suas benfeitorias e abandonassem o lugar. O padre Henrique Jaquemart, de Santa Teresinha, passando por lá, esclareceu o povo quanto a seus direitos. O gerente Plínio Ferraz, ciente do acontecido, prometeu pagar a dois capangas, Sebastião e João, para dar uma "surra até o fim" no padre que estava missionando na região. Os dois supostos capangas voltaram depois de algum tempo à sede da fazenda, dizendo ter executado a ordem e querendo o dinheiro prometido. Receberam o dinheiro e montaria para fugir com carta de recomendação para uma fazenda. Os dois ao chegarem a Santa Teresinha procuraram o padre Francisco e lhe contaram o sucedido, dispondo-se a prestar depoimento diante das autoridades. Padre Francisco foi com êles até Santa Isabel onde fizeram suas declarações perante elementos da FAB. O prefeito municipal, José Liton da Luz, reuniu o povo de Pôrto Alegre, dizendo ser necessário que cada um colaborasse para pagar o advogado que iria advogar sua causa. Os posseiros presentes à reunião entregaram mais de 170 animais, entre reses e cavalos, e grande soma em dinheiro ao prefeito. Prefeito e advogado apoderaram-se das doações dos posseiros e nenhuma providência tomaram na defesa dos mesmos.

No dia 17 de setembro, em sessão extraordinária da Câmara Municipal, foi aprovada a desapropriação de uma gleba de 4.500 hectares, onde se encontra o povoado. Apesar disso, os posseiros estão recebendo ordens do próprio prefeito para abandonarem suas posses, entregando-as à Frenova. E mais: o prefeito autorizou a fazenda a se apropriar do material escolar, tranferindo-o para a Companhia. O que realmente aconteceu. Os funcionários da Frenova, após apanhar o material, derrubaram a escola.

ÍNDIOS

Segundo Dom Pedro Casaldáliga, a problemática indígena "ultrapassa uma simples questão de terras."

— Os xavantes da aldeia dos Areões encontram-se em notável abandono. Sem assistência concreta e regular, sem terras bem definidas para si. Após os desmandos administrativos e humanos do antigo SPI, a Funai nem sempre conseguiu melhorar positiva-

mente o atendimento ao índio. Por causa do pouco preparo dos elementos do órgão e, sobretudo, pela própria ideologia da Funai, não se levam em conta os avanços da verdadeiras Etnologia e Antropologia e sacrifica-se impunemente a cultura do índio. Um exemplo flagrante disso é a criação da Guarda Indígena, preparada e formada por oficial da polícia de Belo Horizonte, em 1969, e que vem transformar dentro das tribos todos os conceitos de autoridade.

PEÕES

> *— Não há com os peões nenhum contrato de trabalho. Tudo fica em simples combinação oral com o empreiteiro. Acontece mesmo que o empreiteiro foge, deixando na mão todos os seus subordinados. Os pagamentos são efetuados ao bel-prazer das emprêsas. É o que acontece atualmente na Bordon S/A. Até o presente, bem poucos dos peões receberam qualquer dinheiro, mesmo após terem concluído as tarefas. Recebem ùnicamente vales. Alguns, necessitando de dinheiro para atender às necessidades da família que está fora, chegam a trocar seus vales de* Cr$ 1 *mil por* Cr$ 500,00 *em moeda, com seus colegas.*

Outros, muitos doentes, fogem para sobreviver. Nestas fugas são barrados por pistoleiros pagos para tanto. A própria polícia local é utilizada com freqüência para manter ainda mais escravizados os peões. Depois de a Polícia Federal ter desvendado uma série de barbaridades cometidas contra os trabalhadores, os donos não sofrem a mínima punição. Aliás a intervenção federal só se faz presente quando a opinião pública é mobilizada. Não há nenhuma fiscalização com relação ao trabalho nas fazendas.

POLÍTICA LOCAL

Causa principal, também, e sobretudo cobertura da injustiça reinante na região é a política local. Política do interior, característica de muitas regiões do Brasil: coronelismo, poder hereditário, oligarquias locais perfeitamente entrosados no interêsse e no domínio absoluto.

Os moradores da região, em condições de pura sobrevivência, vivem numa falta habitual de assistência básica. Grande porcentagem de crianças e rapazes da região não têm acesso às aulas. A Prefeitura de Barra do Garças tem nomeado várias professôras reconhecidas pùblicamente como prostitutas. Geralmente é o povo

que deve enfrentar a construção do prédio escolar. Os professôres do curso primário recebem um ordenado de C$ 100,00 e Cr$ 125,00 com atraso de seis meses até um ano.

A saúde é um problema trágico para tôda a região. Um problema sem solução para 80% dos moradores. Dentro dos 150 mil quilômetros do território só existe o Hospital do Índio, em condições precaríssimas de atendimento e com um só médico, intermitente. Por concessão atende-se o pessoal não indígena à base de Cr$ 30,00 a consulta e Cr$ 45,00 a diária.

O GRITO DA IGREJA

Denunciamos fatos vividos e documentados. Quem achar infantil, distorcida, imprudente, agressiva, dramatizante, publicitária a nossa atitude, entre na sua consciência e leia com simplicidade o Evangelho — diz Dom Pedro Casadáliga ao "chamar angustiosamente a tôda a Igreja do Brasil, à qual pertencemos".

— Aos "católicos" latifundiários que escravizam o povo de nossa região pediríamos, se nos quisessem ouvir, um simples pronunciamento entre sua fé e seu egoísmo. Não se pode servir a dois senhores. Não lhes adiantará dar cursinhos em São Paulo ou patrocinar o Natal do pobre e entregar esmolas para as Missões, se fecham os olhos e o coração para os peões escravizados ou mortos nas suas fazendas.

Esperamos que nenhum cristão com vergonha caia no cinismo de qualificar êste documento como subversivo. Estas páginas são simplesmente o grito de uma igreja na Amazônia — a Prelazia de São Félix, no Nordeste de Mato Grosso — em conflito com o latifúndio e sob a marginalização social, institucionalizada de fato. Não deixamos de ver o que é belo na natureza ou no progresso da Amazônia, nem subestimamos o que o Govêrno do Brasil ou os particulares fazem de bom nesta região infinita. Há poesia e publicidade em abundância para cantar tudo isso. O que nesta Amazônia é trágico, o que nela se faz erradamente, ou se omite, o que já não se pode mais tolerar, isto é que nos, por dever pastoral e por solidariedade humana, devemos publicar. Dizer a verdade é um serviço e o propósito de dizer a verdade nos faz livres.

DEPOIMENTO

Em setembro de 1970 Dom Pedro Casaldáliga escrevia: "No dia 8 de agôsto houve uma intervenção espetacular da Polícia Federal na Companhia Codeara (Companhia de Desenvolvimento do

Araguaia), a famosa *condenada*, na gíria do povo. Essa intervenção — Polícia Federal e imprensa — revelou alguma coisa, nem tudo, de uma trágica realidade global, uniforme em aspectos bem importantes, em tôda a região.

Faz dois anos e um mês que estou morando aqui, entre o Araguaia e o Xingu, no extremo Norte de Mato Grosso. Agora, como prelado administrativo apostólico de São Félix. Com tempo, viagens e contatos diretos mais do que suficientes para conhecer a verdade revoltante dos fatos e para confrontar dopoimentos, lágrimas, feridas e até a palavra irrecusável da própria morte de muitas testemunhas-vítimas da escravidão e do feudalismo que intento gritar neste relatório sumário.

Escrevo-o por dever de consciência, por imperativo da mais elementar justiça cristã. Nestes últimos meses a tragédia estourou em tais têrmos que não pode ser mais calada. Nem para todos será uma voz no deserto a minha pobre voz de estrangeiro missionário. Sôbre o feudalismo que impera na região deve-se-ia escrever com urgência um estudo-depoimento estatístico e detalhado, por quantos vivem ou conhecem a situação da Amazônia e têm alguma possibilidade de falar dêstes latifúndios escandalosos.

Reforma Agrária aqui como em outras partes do país e do mundo não é uma ilusão subversiva. Nem pode ficar sendo uma fraude publicitária. Nem se pode adiar. Menos agora que o empreendimento amazônico do Govêrno federal comove a opinião do Brasil e provoca *in loco* novas possibilidades ou novas injustiças. Comentando êstes problemas com um fazendeiro que tem fama de ser menos desonesto do que os outros, eu lhe dizia "também não adianta abrir grandes estradas ou fazendas, se é à custa da vida dos pobres, sôbre as ossadas dos peões". Êle me respondeu: "Sempre foi assim na História".

Há posseiros que moram numa terra e a trabalham — dentro de suas possibilidades mínimas — faz 20 anos ou mais. As Companhias ou fazendas chegaram faz dois, três, 10 anos. E ocuparam a terra pela fôrça do dinheiro ou por conchavos políticos. Sem indenizar.

Os próprios índios foram literalmente expulsos em vários pontos da região pela invasão das fazendas latifundiárias. É conhecida em todo o país a condição mais ou menos fraudulenta da propriedade de muitas terras de Mato Grosso. O ex-presidente de um organismo nacional falava-me pessoalmente de até três títulos de propriedades, superpostos, no próprio Parque Nacional do Xingu.

Faz três anos que perdura o litígio judicial dos posseiros de Santa Teresinha com a companhia Codeara. E o problema não foi ainda resolvido, mesmo com a intervenção do IBRA, da Política Federal e do próprio Presidente Costa e Silva. O porta-voz dos

posseiros foi prêso recentemente pela polícia estadual e levado para Cuiabá, num avião da própria companhia, depois do encontro-churrasco do Ministro do Interior com fazendeiros da região e os Governadores de Mato Grosso e do Pará. E ficou prêso três meses, sem processo e sem justificar-se posteriormente a detenção.

ESCRAVIDÃO

Vou assinalar primeiro algumas características gerais sôbre a escravidão dos peões. São geralmente gente nova. Porém com freqüência pais de família com vários filhos. E até menores de idade: mais de 50 garotos, 13, 14, 15 anos, encontravam-se nas derrubadas da Codeara. Em sistema de empreitada que significa submeter-se, além do dono e seu gerente, às fraudes e abusos dos empreiteiros.

> *Atacados pela malária, quase em exceção. Com o fígado e o baço inchados. Mortos muitos dêles pela malária, acumulada às vêzes, nas diversas espécies da doença. Sem medicamentos ou com medicamentos insuficiente e atendidos já tarde, sem esperança. Sem pagamento nenhum, muitas vêzes, depois de meses de empreitada, os peões acabam o serviço devendo à fazenda. Saem fugindo da morte, por doença. Pelas matas. A pé, léguas, dias. Perseguidos. Atirados e mortos. Perdidos para sempre, o nome e o cadáver. Ameaçados de arma nos escritórios de algumas fazendas para aceitarem já fatalmente as inesperadas condições como fato consumado. Convidados até a se despedir da família e da vida, por gerentes ou pistoleiros e capatazes. Por parte dos responsáveis da polícia local deve-se assinalar a inibição ou até uma ação vendida.*

IGREJA DEFENDE NATIVO NA AMAZÔNIA

Belém (Correspondente) — A participação dos nativos no desenvolvimento da Amazônia foi aprovada pelos bispos, padres e leigos presentes ao encontro interregional da CNBB, que se realiza nesta capital sob a coordenação do Arcebispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos.

Os participantes da reunião, que aprovaram um documento baseado na linha de ação do Plano Pastoral para a Amazônia, decidiram ainda "defender o índio dos abusos dos colonos mal-intencionados, salvaguardando seus direitos".

Respeito ao Nativo

O documento aprovado no encontro considera que "na construção das novas estradas e nos demais empreendimentos, o desenvolvimento é enfocado como promoção do Norte, entretanto, tanto na idealização como na execução, o fato número um foi a solução dos problemas do Nordeste flagelado pela sêca. Os problemas decorrentes desta distorção, que se traduzem na prática em preterição e exploração do nativo transformado em subempregado, enquadram-se nos critérios seletivos das linhas de pastoral, de maneira perfeita e com caracteres de problemas prioritários, pois trata-se de problemas-chaves, que envolvem valôres transcendentais e mesmo não sendo problemas diretamente da Igreja não deixam de afetá-la".

Dentro de sua nova linha de ação, a Igreja vai defender os nativos através de agentes pastorais e obter uma legislação (ou tratamento) mais favorável a êles. Ao mesmo tempo vai se informar das injustiças praticadas contra os nativos e, se necessário, denunciar os responsáveis. Paralelamente vai incentivar o nativo e valorizá-lo, não só respeitando-o, mas promovendo-o conforme suas capacidades e possibilidades e de acôrdo com sua cultura.

A Justiça Necessária

O Plano Pastoral para a Amazônia denuncia, também, "o recrudescimento dos problemas de justiça trabalhista nas frentes de trabalho das estradas e de colonização, por vêzes semi-forçada". Quer a Igreja dar a sua colaboração, pois êsses problemas "entram no quadro de critérios adotados no presente plano, como prioridade absoluta, por envolverem valôres transcendentais, que atingem diretamente o homem e por serem geradores de outros problemas".

Defesa do Índio

Mais adiante o documento fixa as bases de uma ação em defesa do índio amazônico. "A Igreja — diz — consciente do papel que lhe cabe neste momento tão decisivo para a Amazônia, quer se prodigalizar para que sejam salvaguardados os direitos de todos, mais de modo particular o do índio".

(Publicado no "Jornal do Brasil", de 10-11-71, 1º Cad., página 7).

GENERAL SAMPSON NÓBREGA SAMPAIO

É com profundo pezar que a Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia assinala o falecimento do seu componente e destacado colaborador, o General Sampson Nóbrega Sampaio, ocorrido em setembro transato.

Oficial de engenharia do Exército, teve sua formação militar iniciada no antigo Colégio Militar de Barbacena, onde foi comandante-aluno nos últimos quatro anos do curso. Desde o movimento armado de 5 de julho de 1922 enfileirou-se entre os revolucionários autênticos do Brasil, combatendo em 1924 e 1926, em São Paulo e Rio Grande do Sul. Prêso por várias vêzes, estêve largo período de tempo desertado das fileiras, para ser anistiado em 1930 pela revolução vitoriosa.

Reintegrado aos quadros do Exército, completou sua formação de engenheiro nas Escola Politécnica e Técnica do Exército, passando a desempenhar destacadas comissões de sua arma nos mais variados pontos do território nacional. Fiel aos ideais pelos quais se batera, sempre militou entre aquêles que colocam a esperança de uma Pátria Brasileira, livre e econômicamente desenvolvida, acima de quaisquer interêsses subalternos.

Assim é que, já na reserva, veio filiar-se espontâneamente à CNDDA em 1966, trabalhando conosco, até morrer pela nossa causa comum, que é a de vermos a Amazônia Brasileira integrada a outra metade do Brasil e desenvolvida em benefício integral e único do povo brasileiro. Chefiou diferentes comissões de estudo, trabalhou incansàvelmente e se fêz dileto amigo de quantos aqui mourejam na tarefa que se impuseram.

É pensamento da Comissão prestar em breve solene homenagem póstuma ao companheiro desaparecido, cuja memória está sempre presente em nossas mentes. Oportunamente será anunciada a data de tal homenagem e amplamente divulgada, para que a família enlutada e os inúmeros amigos

do General Sampson aqui estejam presentes. O General Sampson foi um brasileiro amante de sua Pátria, um soldado do Brasil, um dedicado servidor das causas nacionais brasileiras, um técnico esclarecido e lutador, um verdadeiro patriota. Faleceu a 7 de setembro de 1971, Dia da Pátria.

ÍNDICE

pág.

A Amazônia e o seu Desenvolvimento — Arthur Cezar Ferreira Reis 7
A Interligação das Bacias do Amazonas e Prata — João Botelho 23
Sôbre a Política de Ocupação da Amazônia — Irene Garrido Filha 69
A Rodovia Belém—Brasília e os Fazedores de Desertos — Rubens Descartes de Garcia Paula 78
A Pesca Amazônica e as 200 Milhas — Rui Simões de Menezes 96
Borracha: Vigorosa Denúncia do Deputado Jerônimo Santana (MDB — Rondônia) 98
Manganês — Gen. Antonio de Brito Júnior 104
A Asociação Médica do Estado da Guanabara e o Contrôle da Natalidade 108
Lei Sôbre Venda de Terras a Estrangeiros 110

AMAZÔNIA, CONJUNTURA NACIONAL E NACIONALISMO NA IMPRENSA BRASILEIRA

— Rodrigo Otávio: Progresso com Liberdade 115
— Amazônia (I) — Mal. F. Lima Brayner 121
— Amazônia (II) — Mal. F. Lima Brayner 123
— Para um País Colossal, Soluções Colossais — Limeira Tejo .. 125
— América Rebelde — Evaldo Diniz 128
— América Rebelde — Evaldo Diniz 130
— A Cobiça da Amazônia — Genival Rabelo 132
— Amazônia e os Nordestinos — Dorian Sampaio 134
— Amazônia: CPRM — Mostra Potencial do Minério 135
— Reitor: Desenvolvimento e Educação Para a Amazônia 137
— CNBB Instala Seminário Sôbre a Transamazônica 139
— Bispo Ataca Marginalização Social e os Latifúndios de Mato Grosso 141

General Sampson Nóbrega Sampaio 149

Composto e impresso nas oficinas da
GRAFICA EDITORA ITAMBÉ S. A.
Rua Leandro Martins, 72

CNDDA
Comissão Nacional de Defesa e
pelo Desenvolvimento da
Amazônia

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura